

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDSON RODOLFO GARRIDO MOTTA

O SENTIDO DO TEMPO LIVRE PARA OS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO
DO CONTESTADO – LAPA/PR

CURITIBA
2019

EDSON RODOLFO GARRIDO MOTTA

O SENTIDO DO TEMPO LIVRE PARA OS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO
DO CONTESTADO – LAPA/PR

Texto de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Motta, Edson Rodolfo Garrido

O sentido do tempo livre para os camponeses do assentamento do
contestado – Lapa/PR. / Edson Rodolfo Garrido Motta. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Alfio Brandenburg

1. Assentamentos rurais – Lapa (PR). 2. Ecologia agrícola – Lapa (PR).
3. Lazer. 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil).
I. Brandenburg, Alfio, 1949 -. II. Título.

CDD – 333.31



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **EDSON RODOLFO GARRIDO MOTTA** intitulada: **O sentido do tempo livre para os camponeses do Assentamento do Contestado - Lapa/PR.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Junho de 2019.

ALFIO BRANDENBURG
Presidente da Banca Examinadora

LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER
Avaliador Externo (UFSCAR)

ANTONIO MARCIO HALISKI
Avaliador Externo (ITFPR)

RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA
Avaliador Externo (UFPR)

JOSE LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO
Avaliador Externo (UFPR)

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Rodolfo Garrido e Flor Motta, por todo acompanhamento e incentivo desde os primeiros passos de meu processo educativo até a concretização deste sonho acadêmico. Igualmente aos meus irmãos e sobrinhos e demais familiares pelo pensamento positivo.

Agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois através do primeiro “Provar” - *Política Pública* para a ocupação de vagas remanescentes nas Universidades Públicas, que pude dar início a minha trajetória acadêmica na UFPR.

Agradeço, em especial, a todos os companheiros e companheiras do Assentamento do Contestado, por abrirem a porteira do tempo para contarmos ao mundo um pouco da vida dos Assentados. Também um especial abraço ao Nei Orzekovski pelas horas de conversas, pelas hospedagens e por todos os contatos viabilizados para a realização da pesquisa.

Agradeço aos seguintes amigos e amigas: Aceilton Ganzert, Enrique Orellana, Jean Gerhardt, Jader e Jaqueline Santos, Lucas Garcia, Mariana Bettega, Marcia Pastore, Nashyelli Salazar, Robson Vilalba, Rosângela Albini, Agathe, Wolfgang e tantos outros que de algum modo contribuíram para a realização deste trabalho. Também especialmente ao parceiro de luta Rafael Ramos no compartilhamento das angústias, aos diálogos com Erico Massoli, ao Fritz Jorg pelos “tratos” nas fotos e ao Fabio Hasegawa pela força, ideias, apontamentos, leituras e releituras, Por fim, à Eucléia Gonçalves por todo carinho, pela compreensão de minhas aflições e força para seguir “adelante”.

Agradeço ao Professor Orientador Alfio Brandenburg por toda atenção, cobrança, conversas, e por participar diretamente na construção de minha trajetória acadêmica a partir do mestrado. Além disso, devido ao seu humanismo, paciência e persistência que nos conduziu ao fim da tese.

Agradeço ao Professor Antonio Marcio Haliski, Professor José Luiz Fernandes Cerveira Filho e ao Professor Adriano da Costa Valadão, pelas fundamentais contribuições a este trabalho a partir da qualificação.

Agradeço a El Colegio de México pelo acolhimento para a realização de intercâmbio de conhecimento e desenvolvimento de pesquisa. Também agradeço ao Professor Gustavo Verduzco Igartúa pela coorientação no exterior, ao Professor Minor Mora Salas pelo empenho e concretização deste intercâmbio, à Professora Jessica Nájera pelo convite em participar do projeto de pesquisa junto aos albergues de acolhimento de refugiados, sendo uma experiência incrível e inesquecível para minha vida. Igualmente agradeço à amiga e Professora Elodi Brun pela hospedagem, pela confiança, pelas “andanças” e amizades apresentadas na Cidade do México.

Agradeço, por fim, o financiamento do presente trabalho realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como, pela bolsa sanduíche de estudo realizado no México.

BUSCANDO O SENTIDO

O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.
Relação, não coisa, entre a consciência, a violência, e as coisas e os eventos.
O sentido dos gostos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.
Me recuso a viver num mundo sem sentido.
Estes anseios/ensaios são incursões conceptuais em busca do sentido.
Por isso o próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser
buscado, numa busca que é sua própria fundação.
Só buscar o sentido faz, realmente, sentido.
Tirando isso, não tem sentido.
(PAULO LEMINSKI, Curitiba, agosto de 1986).

RESUMO

O presente trabalho pesquisa o sentido de tempo livre e, conseqüentemente, do lazer para os camponeses moradores, em importante assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, localizado na Região Metropolitana de Curitiba, na área rural do município da Lapa no Estado do Paraná. Em 1999, foram assentadas 108 famílias, divididas em 10 núcleos na área do assentamento. O objetivo do estudo foi compreender a noção de tempo livre no Assentamento do Contestado na Lapa/PR, considerando a teoria de tempo livre na literatura da modernidade contemporânea e a noção de lazer na teoria do campesinato. A pesquisa deu ênfase à percepção do tempo livre dos assentados que atuam com o modo de produção agroecológica, assim como, na interpretação das sociabilidades presentes na forma coletiva e individual no referido tempo dos assentados de modo geral. A investigação se deu por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Esta última foi realizada no assentamento entre os anos de 2015 e 2019, segundo a metodologia de pesquisa observação participante combinada à etnografia, sendo os dados coletados obtidos através do uso de entrevista semiestruturada, diário de campo e fotografia como aporte para leitura sociológica. A análise foi estruturada com base no aporte teórico da literatura clássica da sociologia, bem como nos escritos da Escola de Frankfurt e da literatura clássica do campesinato. As conclusões centrais da pesquisa evidenciam que a partir dos agricultores ecológicos do Assentamento do Contestado, o sentido do tempo livre define-se nas subjetividades conectadas à natureza e ligada ao trabalho, tendo-se o lazer como ponto de intersecção e exaltação estrutural da própria dinâmica laboral e da vivência cotidiana. Também se constatou que o tempo livre usufruído nos espaços coletivizados tem sido reduzido, basicamente, aos momentos de futebol, aos poucos eventos festivos que ocorrem durante o ano, sendo os bailes uma das práticas mais mencionadas pelos assentados. Além disso, a carência de equipamentos de lazer no assentamento tem afetado diretamente os assentados no convívio e nas sociabilidades, tornando-os nesse sentido mais introspectivo.

Palavras-Chave: Assentamento do Contestado. Agroecologia. Tempo. Tempo livre. Lazer.

ABSTRACT

The present work investigates the sense of free time and, consequently, leisure for the peasants living in an important settlement of the “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (MST), located in the Metropolitan Region of Curitiba, in the rural area of the Lapa town, in the State of Paraná. In 1999, 108 families were settled, divided into 10 main areas of the settlement. The objective of the study was to understand the notion of free time in the Settlement of Contestado in Lapa / PR, considering the free - time theory in the contemporary modernity literature and the notion of leisure in the peasantry theory. The research emphasized the perception of the free time of the settlers who work with the agroecological mode of production, as well as in the interpretation of the sociabilities present in the collective and individual form in the related time of the settlers in general. The research was done through bibliographical research and field research. The latter was carried out in the settlement between the years of 2015 and 2019, according to a participatory observation research methodology combined with ethnography, and the collected data were obtained through the use of semi-structured interview, field diary and photography as a contribution to sociological reading. The analysis was structured based on the theoretical contribution of the classical literature of sociology, as well as on the writings of the Frankfurt School and the classical literature of the peasantry. The central conclusions of the research show that from the ecological farmers of the Contestado`s Settlement, the sense of free time is defined in the subjectivities connected to nature and linked to work, with leisure as a point of intersection and structural exaltation of the labor dynamics and everyday life. It has also been observed that free time enjoyed in collective spaces has been reduced basically to football moments, to the few festive events that take place during the year, with dances being one of the most mentioned practices by the settlers. In addition, the lack of recreational equipment in the settlement has directly affected the settlers in socializing and sociability, making them more introspective.

Keywords: Contestado Settlement. Agroecology. Time. Free time. Leisure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - SECRETARIA DO ASSENTAMENTO	19
FIGURA 2 - VISÃO AÉREA DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO	40
FIGURA 3 - MARCO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO	41
FIGURA 4 - CASARÃO HISTÓRICO DA FAZENDA SANTA AMÉLIA	42
FIGURA 5 - ALOJAMENTO DE ALUNOS E SALA DE AULA DA ELAA	44
FIGURA 6 - POSTO DE SAÚDE	46
FIGURA 7 - O SOSSEGO DO LAR E O MATE	50
FIGURA 8 - PROGRAMAÇÃO CENTRO CULTURAL CASARÃO	65
FIGURA 9 - NA SOMBRA DA NATUREZA RECONSTRUÍDA	96
FIGURA 10 - NA ERA DO RÁDIO	98
FIGURA 11 - A TIROLESA E GANGORRA	107
FIGURA 12 - A TEMPORALIDADE NO RURAL DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO - LAPA/PR	109
FIGURA 13 - O TORNEIO DE FUTEBOL	112
FIGURA 14 - ARMAZÉM DO CONTESTADO	118
FIGURA 15 - O BAILE CAMPONÊS	129
FIGURA 16 - A FESTA DE ANIVERSÁRIO	132
FIGURA 17 - TEMPO PARA REUNIÃO E CERTIFICAÇÃO	136
FIGURA 18 - OS ASSENTADOS E AS MEDICINAS ALTERNATIVAS	139

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	LISTA DOS NÚCLEOS ONDE FORAM FEITAS ENTREVISTAS/OBSERVAÇÕES	20
TABELA 2 -	NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÃO NO PARANÁ- 2010-2013	36
TABELA 3 -	NÚMERO ASSENTAMENTOS RURAIS E FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PARANÁ – 2010-2013	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Os procedimentos metodológicos.....	18
2	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E O ASSENTAMENTO DO CONTESTADO NA LAPA/PR.	25
2.1	MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO - O MST E OS ASSENTAMENTOS.	25
2.1.1	A luta e a transição da ocupação para assentamento	32
2.2	O ASSENTAMENTO DO CONTESTADO E A RELAÇÃO HISTÓRICA COM O RURAL DA LAPA.....	39
2.2.1	A caracterização do Assentamento do Contestado	39
2.2.2	A relação dos assentados com os elementos históricos do rural lapeano.	47
3	A TEMPORALIDADE NO COTIDIANO DA VIDA	52
3.1	A TEMPORALIDADE EM SEU DEVIDO TEMPO.....	52
3.1.1	Sobre o tempo: A perspectiva dos clássicos da sociologia	53
3.1.2	Temporalidade e tempo livre na modernidade contemporânea	62
3.2	O LAZER: É EXCLUSIVIDADE DA VIDA URBANA?	73
3.3	O TEMPO E O TEMPO LIVRE NA TEORIA SOBRE O CAMPESINATO.....	76
3.4	OS ASSENTADOS DO CONTESTADO: O RETRATO DA RECAMPENIZAÇÃO	86
4	O TEMPO NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO	91
4.1	A AGROECOLOGIA COMO FILOSOFIA DE VIDA E TRABALHO.	91
4.2	VERSÕES DO TEMPO LIVRE NO ÂMBITO DO: ÓCIO, DAS SOCIABILIDADES E DA RELAÇÃO COM A NATUREZA.....	100
4.3	O TEMPO LIVRE PARA AS INSTITUIÇÕES E COLETIVIDADES NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO	110
4.3.1	O futebol – o tempo pela memória, seu papel político e seus tensionamentos	110
4.3.2	O tempo para prática religiosa	120
4.3.3	O tempo livre: o saudosismo dos bailes	128

4.3.4	O tempo socializado coletivamente: “o cara no movimento não é trabalho”?	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	148
	ANEXO A	152

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida a seguir se originou de motivações de ordem intelectual e por minha trajetória acadêmica. Tais motivações me direcionaram para um espaço social com pouca profundidade teórica tanto no campo do turismo como nas Ciências Sociais, mais especificamente, na Sociologia. Meu interesse pela Sociologia se construiu desde o período de minha graduação em Turismo, pela Universidade Federal do Paraná. Dentro da grade curricular do curso havia a disciplina de Sociologia, considerada relevante para entender a complexidade do fenômeno do turismo. Porém, o conteúdo e a ausência de fundamentação teórica para determinados temas me deixaram com muitas inquietações, indagações e poucas respostas.

No período de graduação, tive, também, mais intimidade com a temática ambiental, o que me levou a realizar estágio na Secretária Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, com sede no Parque Barigui. Neste local, tínhamos a função de realizar atividades e oficinas de “Educação Ambiental” para crianças e adolescentes no período de tempo de aprendizagem formal (escolar), bem como de jovens e adultos (com ênfase na terceira idade) no tempo livre destes. Os conhecimentos e experiências adquiridas me incentivaram a realizar a Especialização em Educação Ambiental no SENAC. Por meio desta, tive a oportunidade de elaborar e efetivar um projeto de arte e educação ambiental em uma instituição privada de ensino fundamental e médio de Curitiba. Este projeto articulava as questões ambientais com as múltiplas linguagens artísticas (como música, artes visuais, cinema e teatro) visando construção reflexiva, interativa e criativa dos alunos, que os levava a desenvolver as ideias para além do tempo em sala de aula. Do mesmo modo, à medida que avançava os estudos da especialização me aproximava cada vez mais das leituras da sociologia ambiental e sociologia da arte.

Sendo assim, o vácuo sociológico presente na graduação, somado aos conhecimentos adquiridos na área ambiental foram preponderantes para o redirecionamento acadêmico. Nesse contexto, em 2011 ingressei no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Ruralidades e Meio Ambiente.

No mestrado investigamos os efeitos do turismo rural e as transformações socioambientais para a comunidade de agricultores familiares da Comunidade Mergulhão, que integram o Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho em São José dos Pinhais, em que entre as constatações os agricultores haviam deixado os “parreirais” e sua produção de lado para adquirirem uvas de outros locais, tornando-se assim, comerciantes de vinho. Deste modo, alinhando-se a uma ruralidade moderna, na qual para o grupo estudado não havia mais sentido produzir uva e se envolver com a terra, se bastava investir no modo de produção para comprar a matéria-prima e transformá-la para venda direta, descaracterizando-o de suas origens culturais de modo a não despertar nosso interesse em dar sequência investigativa no referido objeto.

Além disso, nessa pesquisa constatamos que os agricultores, comerciantes de vinho, receptores de uma população urbana que se deslocavam para usufruir dos espaços rurais para entretenimento, ocupavam seu tempo para atividades comerciais, nos finais de semana. Isso foi sendo consequência do próprio desenvolvimento da “massificação” turística na localidade. Nos primeiros anos de constituição do Circuito qualificavam esse tempo como horas de lazer ou de não-trabalho, pelo fato de interagir com visitantes locais, trocar conhecimentos locais sobre suas atividades e de sua cultura. Todavia, no decorrer dos últimos anos a noção de lazer e de não-trabalho converteram-se para a lógica econômica e de mais trabalho para dar conta da demanda. Isso me chamou atenção para o sentido de lazer ou tempo livre, para viticultores e agricultores locais.

Ao final do mestrado, refletindo a respeito da relação do agricultor familiar ou camponesa com a temática do *tempo livre* (inclusive por ser considerado elemento fundamental para o Turismo), percebemos em nossas leituras que o fenômeno não tem sido foco de pesquisas na especificidade da sociologia rural, nos levando a trilhar caminho investigativo no sentido de contribuir e incentivar a outros trabalhos sociológicos sobre este tema.

Sendo assim, vimos a necessidade de investigar como o *tempo livre* é traduzido no contexto dos agricultores ou camponeses que praticam agricultura de modo exclusivo, sem envolvimento com outras atividades complementares – como no caso do turismo rural, estudado anteriormente. Pensamos num universo de estudo como o de Assentamento Rural, por estar ligado a uma reconstrução de rural

onde os indivíduos são politizados, de movimentos sociais, que recriam sua cultura e sua reorganização produtiva. Na base teórica dessa “curiosidade” investigativa estava a formulação de tempo livre de Marx, onde se tem um tempo reservado a cultura, ao lazer, à politização, educação, próximo do humano que não é reduzido apenas à dimensão do trabalho e da economia, mas a estas outras dimensões, e que faz do assentado o indivíduo ideal para este tipo de investigação. Para este fim, o Assentamento do Contestado na Lapa – PR nos pareceu o local apropriado para refletir e encontrar aos nossos objetivos, pois de acordo com as lideranças locais e regionais, o mesmo é considerado pelo MST como modelo por sua infraestrutura e engajamento no projeto em que se propõe atuar.

Normalmente, a complexidade do fenômeno do *Tempo Livre* tem sido pensada e escrita a partir da Revolução Industrial e da modernidade sob a perspectiva urbana industrial, visto que a escalada de crescimento e desenvolvimento das próprias cidades fez com que as análises em torno do que as pessoas faziam ou deveriam fazer em seu tempo liberado das ditas obrigações - sejam de ordem laboral ou de quaisquer outras demandas – recaísse ao modo de vida urbana, sobrepondo-se, desta forma, à riqueza e singularidades presentes no modo de vida rural. Esse fato deve-se, também, porque, tradicionalmente, sociólogos do tempo livre (Dumazedier, 1979) e da própria sociologia rural (Mendras 1978; Queiroz 1973) admitirem que as sociedades rurais estivessem passíveis de sofrerem processos de esvaziamento, escamoteamento ou empobrecimento, não havendo sentido em se debruçar sobre, por exemplo, a temática do tempo em um mundo rural “estagnado” em relação à escalada industrial e sua, conseqüente, urbanização.

Os estudos clássicos sobre a problemática do fenômeno do *tempo livre* encontram-se presentes nos escritos de Engels (1965) e Marx (2006) ao analisarem as conseqüências das longas jornadas de trabalho sobre o meio social da classe operária e da noção de sociedade idealizada a partir da economia de tempo.

As discussões de autores da modernidade como Giddens (1991) e Elias (1998) e, fundamentalmente, a postura crítica da Escola de Frankfurt são alicerces para reflexão tanto do fenômeno do tempo como, na especificidade, do *tempo livre*. No entanto, na discussão sobre o *tempo*, Norbert Elias (1998) parte da ordem simbólica para explicar como, em estágios precoces, a humanidade sentia a

necessidade de estabelecer um direcionamento a fatos ocorridos por processos físicos e naturais, nos quais estações do ano, pôr do sol e seu nascer, as fases lunares, o ritmo das marés, as chuvas ou secas eram os indicadores ou ponto referenciais na ritmização da vida e que, posteriormente, substituídos pelos relógios assumindo definitivamente a instrumentalização da vida social, naturalizando-se assim, a determinação do tempo de modo coercitivo pelas diferentes instituições.

Neste passo, partindo-se do *tempo livre* como resultante após obrigações cotidianas e laborais, Theodor Adorno (2002) foca nas imposições advindas da indústria cultural que tolhe a liberdade de escolha pelo controle ideológico e comportamental dos indivíduos, impelindo-os ao consumo e “desejos” direcionados, cerceando-lhes a autonomia decisória e as criatividades humanas.

Diante do exposto, como os conteúdos estudados referentes ao fenômeno do *tempo livre* são reduzidos ao cotidiano industrial e urbano, partimos dessa base teórica conceitual para pensar sobre o mesmo no meio rural na especificidade do caso do Assentamento do Contestado¹ na Lapa-PR e, deste modo, analisa-se os elementos que constituem o *tempo livre* camponês na modernidade.

Nesse sentido, apesar das distintas realidades do rural brasileiro, para corroborar na perspectiva de como poderíamos captar as narrativas a respeito dos momentos de *tempo livre* na vida do campo, inspirados nas condições de vida, de trabalho e das sociabilidades que suscitam as diferentes experiências literaturas de sociologia rural, encontramos, por exemplo, nas obras de Cândido (1977) o lazer como parte indissociável da cultura caipira. Em Santos (1978) as observações sobre os “lazers” que ocorriam em períodos de entressafas da uva no nordeste do Rio Grande do Sul, assim como, em Woortmann (1990) seu atento olhar investigativo para as subjetividades e a autonomia como forma de controle do tempo. A somatória de elementos verificados, entre outros escritos que veremos no decorrer deste trabalho, onde se subentende a noção do *tempo livre* configurado por outro prisma,

¹ A nomeação deste assentamento se refere à Guerra do Contestado, ocorrida no período entre 1912 e 1916, na região Contestada entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Resumidamente, o sangrento conflito armado ocorreu entre um dos maiores movimentos camponês de luta pela terra já visto no Brasil - o movimento do Contestado – e os donos de grandes companhias estrangeiras apoiadas por Coronéis Catarinenses e agentes federais. E em um segundo momento o confronto se deu contra soldados paranaenses que viam na presença de pessoas do referido movimento dentro do território do Estado como invasores. Para saber mais ver Haliski (2013).

em que a natureza, jogos, brincadeiras, festas, atividades religiosas e culturais se inter-relacionam em prol do fortalecimento coletivo.

A pesquisa intitulada “Agricultura Familiar em Área de Proteção Ambiental: A reprodução social de um modo de vida”, de autoria de Edna Cristina Francisco, talvez seja um dos estudos relevantes por trazer uma análise sobre os momentos de sociabilidade relacionados ao lazer ou em momentos de não trabalho no meio rural paranaense. Ao pesquisar a comunidade rural Rio Verde que pertencente à Guaraqueçaba, Francisco (2007) constatou que nos momentos de lazer reafirmavam as trocas de capital social inerente ao patrimônio sociocultural, afinal:

Em Rio Verde, esses momentos de sociabilidade estão ligados ao lazer, como as ocasiões de jogos de futebol, bailes, pescarias, banhos de rio, conversas em bares, pátios, visitas e outros. O lazer é pensado neste caso, com um momento de ruptura, seja com o cotidiano familiar, do trabalho. (FRANCISCO, 2007, p. 51).

Em decorrência das novas dinâmicas ocorridas no meio rural do Brasil nas últimas décadas do século XX entrando para o corrente século, tem-se verificado a modificação não só no tecido social familiar rural como em suas relações sociais e nos espaços em que vivem. No entanto, que um novo olhar sobre o campo e sua respectiva valorização, vem estabelecendo e desenvolvendo uma complexa rede de interações entre os indivíduos de pequenas (comunidades) e grandes sociedades com a finalidade de se viabilizar novas alternativas de vida (CARNEIRO, 2012).

Desse modo, apesar da heterogeneidade de indivíduos no campo, os camponeses assumem, em certo sentido, o papel de protagonista e de elo entre meio natural e o meio urbano, nos levando a perscrutar e refletir sobre o entendimento de como o fenômeno do *tempo livre* se constitui no Assentamento do Contestado.

Lembremos, também, que a inserção de um modelo tecnológico para agricultura no Brasil, que se deu a partir da década de 1960, introduziu a racionalização de todas as etapas de produção agrícola representando a concepção da lógica do capital. A aliança do Estado Nacional com o capital estrangeiro no decorrer das décadas seguintes trouxe sérias consequências no meio rural nos âmbitos social e econômico, o que acarretou em perda da autonomia do modo de produção por parte do pequeno produtor rural. E como uma das formas de oposição a esse processo, emergiu o Movimento Sem Terra na década de 1980, que passou

a ser fundamental para a resistência e permanência do agricultor no campo. A partir da concepção de cooperação agrícola nos assentamentos, tem-se uma reorganização da vida cotidiana que, por sua vez, resultou em infraestrutura básica, construções das casas, alimentação e projetos tanto para adoção de práticas produtivas como sociais.

Nesse sentido, a originalidade da tese se justifica e se radica sobre a inexplorada problemática e abordagens em torno do *tempo livre* em Assentamentos, embora mostremos como a temporalidade cotidiana camponesa aparece em diversos textos.

Outra motivação está em confrontar a noção de que *ócio* ou *lazer* são inerentes apenas às sociedades industriais como enunciadas por Dumazedier (1979) e reforçada pela pesquisadora boliviana Quitón (1997) ao afirmar que nas sociedades agrárias de seu país, o lazer, o descanso, os jogos e as cerimônias não são elementos que se enquadram ao tempo livre devido à indeterminabilidade do tempo em que estes ocorrem, pois os mesmos apenas teriam sentido a partir do regramento dado pelo tempo de trabalho do modo de vida urbano industrial. Isso nos evidencia a complexidade e a dificuldade de se compreender o tempo para além de uma visão dicotômica entre o tempo livre e o tempo do trabalho (FANGER, 2006; MORENO, 2005; TOTI, 1975).

Também nossa pesquisa se justifica pelo fato de estarmos em pleno século XXI em que diferentes formas de ruralidades vêm convivendo com antigos problemas e novas reivindicações, entre os dilemas da vida tradicional e o moderno. Por isso, pensar o tempo livre no campo, em um cenário altamente automatizado em plena contemporaneidade, nos conduz a refletir sobre possíveis transformações nas atividades recreativas do “passado” em relação às atividades do presente. Se precedentemente, o tempo livre caracterizava-se pelas festas, os jogos, a religiosidade aliada à televisão e ao rádio como elementos básicos do lazer, atualmente, com os aparelhamentos tecnológicos disponíveis, como celulares, computadores e as redes sociais são fatores que nos motivaram atentar sobre o objeto de pesquisa, afinal o Assentamento do Contestado com sua proximidade a um grande centro urbano, articulado ao seu reordenamento produtivo via agroecologia, de um modo ou de outro, tornando-se um interessante campo de

estudo no sentido de se verificar possíveis mudanças no tempo de trabalho e, conseqüentemente, do *tempo livre* dos assentados.

Com isso, a partir de nossas observações, nas percepções e vozes dos camponeses, a realidade social pesquisada nos levou a estarmos atentos aos elementos que traduziam a temporalidade vivenciada pelos homens, mulheres, jovens e crianças, desde os momentos de integração entre todos, perpassando pelos processos de construções coletivas definidas por gênero ou não, onde as atividades de “ordem voluntária” corroboram diretamente em muitas das ações propositivas determinadas pelo movimento social e que, também, ajudam a caracterizar na significação do tempo livre. Concomitante a isso, demonstraremos que a pesquisa teve uma mirada atenta aos momentos considerados de lazer, com seus elementos característicos, seu entendimento e anseio sobre o mesmo por parte dos assentados.

A partir dessa contextualização apontamos as seguintes questões: o conceito de *tempo livre* tem sentido (ou significação) para os camponeses do Assentamento do Contestado? De que forma se caracteriza o tempo livre para as famílias do Contestado? Em que medida a introdução da agroecologia tem transformado o tempo de trabalho e o tempo livre para o assentado?

Por último, ao atentarmos para o sentido da temporalidade dos camponeses do Contestado através do reconhecimento de suas práticas sociais e de vida na contemporaneidade, de alguma forma, também, contribui-se para trazer à tona aspectos que perfazem a noção de ruralidades.

Enfim, esta Tese de Doutorado tem como **objetivo geral**:

- Compreender a noção de tempo livre no Assentamento do Contestado na Lapa- PR, considerando a teoria de tempo livre na literatura da modernidade contemporânea e a noção de lazer na teoria do campesinato.

Para intentar responder ao propósito geral, têm-se os seguintes **objetivos específicos**:

- ✓ Caracterizar o território do Assentamento Contestado em seus aspectos materiais e simbólicos.
- ✓ Identificar quais as atividades dos assentados relacionados ao lazer e tempo livre.
- ✓ Caracterizar o tempo livre a partir da percepção dos assentados que atuam com o modo de produção agroecológica;
- ✓ Interpretar as sociabilidades presentes na forma coletiva ou individual no tempo livre.
- ✓ Compreender ou (verificar) a influência do uso de objetos tecnológicos da modernidade na vida cotidiana dos assentados.

Com fins de nortear nosso trabalho, temos a seguinte **hipótese**:

- Considerando as transformações recorrentes da sociedade, o assentado vai nos revelar que pratica o tempo livre tal como a sociedade moderna.

1.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

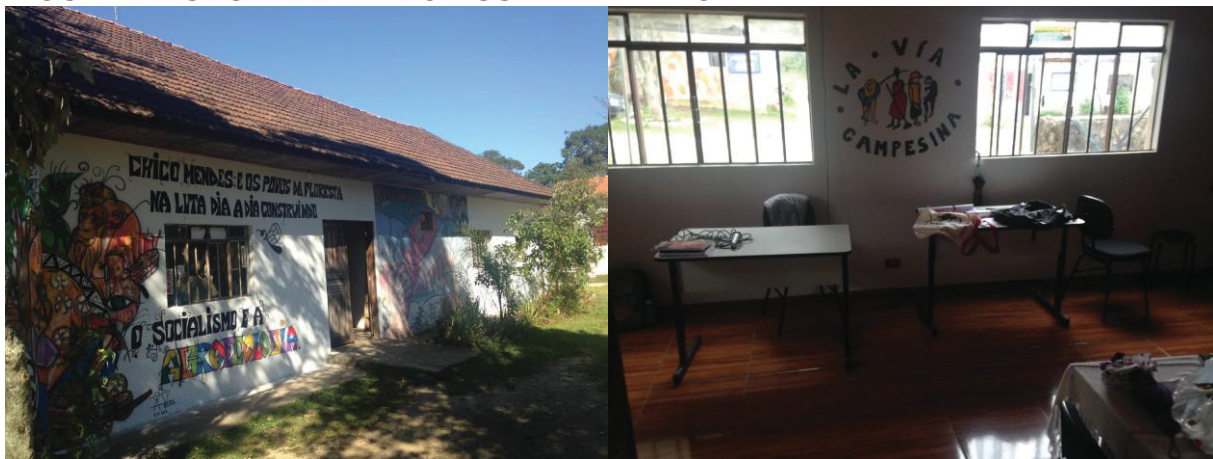
Com a finalidade de se buscar respostas à problemática e aos objetivos de investigação, este trabalho teve como universo de observação o Assentamento do Contestado, localizado na área rural do município da Lapa, a cerca de 20 km da sede municipal e a 70 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba.

No início do processo de ocupação, o MST contava com aproximadamente 40 famílias, em 9 de fevereiro de 1999. Ao se obter o reconhecimento de Assentamento pelo INCRA, o número de assentados passou para 108 famílias, que foram subdivididas em 10 núcleos, sendo que dessa totalidade de assentados, atualmente, 60% de agricultores são ecológicos.

Nossa aproximação no campo de pesquisa iniciou-se a partir do dia 8 de abril de 2015, na secretaria do Assentamento onde realizamos nosso primeiro contato junto a uma das lideranças (coordenador geral) do assentamento, com a finalidade de explicar a intenção da pesquisa e solicitar autorização para realização da mesma. Durante a reunião com o coordenador geral percebemos que via com

“bons olhos” nosso projeto de pesquisa sobre *o tempo livre*, visto que o mesmo já foi nos contando algumas iniciativas que faziam parte do projeto do assentamento atividades de lazer para o coletivo do Assentamento, em que se almejava a implementação de um espaço de lazer que viesse a atender as necessidades para além do campo de futebol. Entre as ideias nos citava a quadra de vôlei, “cantinho do baralho”, campo de bocha, um centro cultural e formação de um grupo de coral. Dada a receptividade somada a esses fatores nos reforçaram de que havia fundamento para obtenção de dados e observações em campo.

FIGURA 1 - SECRETARIA DO ASSENTAMENTO



FONTE: Autor (2016).

Para a realização desta investigação, efetuamos no decorrer de quase quatro anos algumas “viagens” de pesquisa, com permanências que variava entre um a dez dias no assentamento, nas quais observamos e entrevistamos camponeses homens, mulheres, jovens (adolescentes) e idosos que se mostraram receptivos a mesma.

Ao longo do nosso trabalho, sempre estivemos em contato com as lideranças do Assentamento – Coordenador Geral, coordenadores de núcleos e coordenadores da cooperativa, visto que estas pessoas envolvidas nas diferentes coordenações eram fornecedoras de informações sobre o que estudávamos e as generalidades em torno de outras demandas, dificuldades, conflitos e divergências existentes dentro do movimento social.

Para dar andamento à nossa pesquisa no Assentamento do Contestado, como cada núcleo se compõe em média entre 10 às 12 famílias, se fazia necessário que o Coordenador Geral entrasse em contato com os Coordenadores de núcleos,

para que em reuniões das mesmas se expusesse o interesse do pesquisador, a temática, o método de trabalho, para que as famílias se dispusessem ou não a colaborar com a mesma. Como resultante dessa dinâmica, estivemos trabalhando efetivamente em 5 núcleos com a adesão total de 30 famílias que participaram de nossa investigação, sendo todos ecológicos, como evidencia-se no quadro a seguir:

TABELA 1 - LISTA DOS NÚCLEOS ONDE FORAM FEITAS ENTREVISTAS/OBSERVAÇÕES

Nome do Núcleo	Número de domicílios	Famílias entrevistadas/observadas
Iguaçu	10	9
Antonio Tavares	13	6
Gabriel Kais	10	4
Roseli Nunes	14	5
Sepé Tiaraju	10	6

FONTE: Autor (2019).

Frisamos que todas nossas visitas e entrevistas obedeciam ao agendamento determinado pelos coordenadores de núcleo junto às famílias que se dispuseram à mesma. Para a realização desta investigação participamos de diferentes reuniões que ocorriam no assentamento, com a finalidade de cada vez sermos apresentados aos assentados, pois estávamos em situação de “outsiders” versus “estabelecidos”. Esse processo de construção relacional, de aproximação e de reconhecimento foi sendo construída durante o tempo de pesquisa, obteve-se gradativamente a confiança para transitar em diferentes espaços do assentamento, com a obtenção de dados mais consistentes ao nosso propósito.

Atentamos que não empregamos uma pesquisa estatística ou quantitativa, mas fundamentalmente participativa e qualitativa. Nesse sentido, por se tratar de um estudo de caso, inicialmente, em nosso trabalho recorreremos a coleta de dados através de conversas informais aliada à técnica de entrevista semi-estruturada como ferramenta de aproximação, o que facilitou o primeiro contato com os pesquisados, nos permitindo explicar com mais precisão nossa pesquisa. Essa estratégia também nos auxiliou no sentido de percebermos o comportamento no interior das residências

e de conhecermos com mais detalhes as trajetórias pessoal e familiar dos assentados

Portanto para o processo investigativo, a entrevista com o uso do questionário para obtenção de informações foi importante para os interlocutores conversarem e discorrerem sobre o tema do *tempo livre*, “sem repostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador com o intuito de obter informações relacionadas às subjetividades” (MINAYO, 2000a, p.108). Todavia, nesse contexto, Cicourel (1980, p.116) atenta que na “pesquisa de campo a participação intensiva pode restringir a padronização que as entrevistas permitem”, mesmo porque na medida em que se convive com o grupo, a informação obtida na própria observação nos levou a reformular algumas questões reforçando-se a maleabilidade desse processo investigativo.

Como trabalhamos com motivos, percepções, símbolos e outras subjetividades, o instrumento “**observação participante**” combinada à etnografia foi o alicerce fundamental de nossa pesquisa. Isso permitiu a aproximação com os sujeitos selecionados e maior aprofundamento tanto na coleta como na análise de dados, visto que “é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente” (MINAYO, 1993, p.63). Nessa esteira, Pierson (prefácio, XII, 1959) reforça que o cientista social, ao compreender profundamente as sociedades particulares, “a fim de dar maior fidelidade e realismo”, deve usar as próprias palavras dos investigados, seguindo-se assim a linha metodológica de Candido (1977, p. 17) em “que aqui se combinam, mais ou menos livremente, certas orientações do antropólogo e outras mais próprias do sociólogo”.

Com isto, realizamos sistemáticas observações para se apreenderem elementos que perfazem o *tempo livre* por meio da dinâmica social dos assentados, buscando-se, em diversos momentos, individualizados ou coletivos, a fidedignidade de atuação. Desse modo, com a finalidade de captar as características da vida diária recorreremos a *participação–como-observador*, por ser uma técnica de observação informal em que se tem a consciência dos dois lados, de relação consensual permitindo participação ativa e efetiva, conforme salienta Gold (1958). Ainda nesse arcabouço, Quivy (2005, p.155) menciona que a observação cumpre “uma etapa

intermediária entre a construção dos conceitos e das hipóteses, por um lado, e o exame dos dados utilizados para testá-las, por outro, da experimentação”.

Outra ferramenta imprescindível foi o “Diário de Campo”, por nos dar a condição de exercitar e relembrar narrativas e detalhes que traduzem as subjetividades para as quais os investigados muitas vezes têm dificuldades de traduzir em palavras o que objetivamos em campo de pesquisa. De acordo com Flick (2004, p.183), o diário de campo visa “documentar o processo de aproximação a um campo e as experiências e problemas no contato com o campo ou com os entrevistados”. As notas de campo também foram utilizadas para complementar o diário, no sentido de descrever o que foi visto, ouvido, vivido e pensado pelo investigador. Reforçamos que dentre os tipos de entrevista, a semiestruturada e aberta atendeu às necessidades da pesquisa.

Por fim, acompanhando as demais técnicas de investigação, utilizamos a imagens como aporte eficaz para a leitura sociológica e que conduz a visualização de representações individuais e coletivas do campo estudado. Desta forma, a utilização da fotografia como instrumento de pesquisa exige tratamento refinado no sentido do que foi selecionado possa fazer com que o leitor da fotografia tenha a condição de perceber o cuidado com a seleção do que está sendo apresentado e dialogado.

Nessa perspectiva, nossa finalidade deve pautar-se por “conteúdos que despertam sentimentos profundos de afeto, ódio, ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimento e informação para outros que os observam livre de paixões, estejam eles próximos ou afastados do lugar e da época em que aquelas imagens tiveram origem” (KOSSOY, 2001, p.30). Para Bourdieu (2005), as fotografias são a retratação dos papéis sociais presentes em dada comunidade, do mesmo modo, a utilização da fotografia como instrumento metodológico para Martins (2011, p.26) “amplia e enriquece a variedade de informações de que o pesquisador pode dispor para reconstruir e interpretar determinada realidade social”, e que na somatória de recursos técnicos utilizados pelo pesquisador se faz constituinte “o verbalizável, o memorável, o escrevível e o visível”.

A descrição e análise foram feitas levando-se em conta o foco na categoria *tempo livre* e de como este se reconhece pelos assentados.

Ressalta-se que no processo de negociação para inserção ao campo, foi solicitado pela direção do assentamento que se enfatizasse o Núcleo Iguaçu, por ser considerado, pela direção geral, como o primeiro projeto de pequena “vila agroecológica” do Assentamento, no sentido de que todas as famílias do Iguaçu têm suas residências umas próximas às outras, com fácil acesso e trânsito, facilitando e incentivando-se o envolvimento com a produção ecológica, trocas de experiências e de convívio.

Também esclarecemos que, embora tenhamos entrevistados e observados determinado número de famílias, tivemos contatos com outros assentados em outros espaços e eventos do assentamento de modo “indireto”, contribuindo para nossa pesquisa. Quanto à hipótese formulada esta foi verificada sem exclusividade sobre um dos núcleos estudados.

Enfatiza-se que na finalidade de preservar a identidade dos interlocutores utilizamos como distinção de gênero os indicadores ímpares **T1, T3, T5, T7, T9** assim por diante **para as mulheres** e indicadores pares **T2, T4, T6, T8, T10 para homens**.

Por fim, durante essa etapa de pesquisa houve um “hiato na pesquisa” devido à fase do Doutorado Sanduíche realizada junto a instituição “Colégio de México”, na Cidade do México – México, entre os períodos de março à setembro de 2017 que, por sua vez, nos possibilitou aquisição de robustas fontes bibliográficas.

Para tanto, além deste capítulo introdutório e de como se desenvolveu os procedimentos metodológicos, este trabalho foi organizado e desenvolvido em mais três capítulos.

O Capítulo 2 Inicialmente abordamos o processo histórico de alguns movimentos sociais do campo no Brasil e que, de certa maneira, influenciaram na conformação do maior movimento social do campo e do Brasil – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na sequência fez-se uma contextualização em torno das categorias de ocupação e de assentamento, correlacionadas às novas demandas e diretrizes do programa de Reforma Agrária Popular (2007). Ainda, caracterizamos nosso objeto de estudo tanto em seus aspectos atuais como de aproximação com elementos históricos relevantes do rural da Lapa.

No Capítulo 3 analisa a construção teórica em torno do Tempo com ênfase no fenômeno do *Tempo Livre*, partindo-se da literatura clássica da Sociologia, bem

como de pensadores da modernidade contemporânea e da Sociologia clássica do campesinato, navegando-se pelas diversas vertentes de pensamento que discutem a dinâmica do fenômeno. Fez-se, também, exposição e reflexão em torno do conceito de lazer e do processo de recampanização como indicativo da condição camponesa do assentado.

No Capítulo 4 analisa-se a experiência a respeito da temporalidade do cotidiano da vida dos assentados do Contestado, focando-se, mais precisamente, no fenômeno do tempo livre e lazer a partir da dinâmica de vida dos agricultores ecológicos. Do mesmo modo, ao analisarmos espaços institucionais e coletivos, os demais camponeses que atuam com o método produtivo convencional fizeram-se presentes em nosso trabalho.

2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E O ASSENTAMENTO DO CONTESTADO NA LAPA/PR.

Neste capítulo, apresenta-se o processo de formação do MST e de como tem se mobilizado e reconfigurado seu protagonismo em relação à luta no campo. Nesse bojo, o Assentamento do Contestado (objeto de pesquisa) representa uma consolidação do fortalecimento do movimento social pela reforma agrária no Brasil que se configurou no final do século XX. Trataremos de aspectos históricos do Assentamento do Contestado no contexto de um panorama histórico do município da Lapa e de seu espaço rural, assim como de alguns elementos que persistem na atualidade como parte do tempo livre dos assentados.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: O MST E OS ASSENTAMENTOS

O texto que segue não visa explanar a respeito de todo processo histórico dos diversos movimentos sociais do campo, nem traçar toda a especificidade histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas sim trazer alguns elementos presentes na conformação e consolidação deste movimento social, bem como de sistematizar as mudanças estratégicas que se deram em meados da última década do século XX no seio do movimento. Nesse processo, o MST tem em seu escopo a adoção de práticas produtivas sustentáveis como forma de pontuar suas diretrizes de sua reorganização política, redirecionando sua atuação tanto no cenário nacional brasileiro quanto estrangeiro.

Martins (1981), ao tratar dos movimentos sociais do campo, afirma que é difícil definir a origem dos mesmos temporalmente. O autor (1981) salienta que as principais mobilizações camponesas de relevância histórica ocorreram nos primeiros anos da constituição da República brasileira, quando, no fim do século XIX, as terras devolutas passaram para as “mãos” dos Estados, resultando em disputas e revoltas entre escravizados fugidos ou libertos, posseiros, colonos e demais trabalhadores rurais contra grileiros e latifundiários.

Seguindo nessa abordagem, com fins de recuperar e contar algumas lutas travadas no campo, ou ainda, a emancipação de alguns e os fatos que corroboraram

para os surgimentos de movimentos sociais no campo, recorreremos aos escritos de Martins (1981) e de Medeiros (1989).

Conta-nos Martins (1981) que os períodos entre os meados do século XIX e entrada para o seguinte, a relação entre escravos e senhores era permeada pela violência física. Toda e qualquer tentativa de fuga ou de rebelião poderia resultar em maus tratos e torturas com ímpeto de se dar exemplo aos demais escravos. Quando às fugas, se davam de maneira organizada, a saída do cativo representava a possibilidade de explorar áreas inóspitas e de criar novas formas de “organização econômica, política e social” como, por exemplo, os quilombos (Medeiros, 1989).

Entre os exemplos, podem ser identificados a partir do Estado de São Paulo, onde ocorreu a experiência de substituição de mão-de-obra escrava por de imigrantes europeus nas lavouras de café, na segunda metade do século XIX. Estes colonos-parceiros, assim reconhecidos, logo se revoltaram com os baixos salários e as bases de cálculos elaborados pelos fazendeiros. Diante da miserabilidade em que se encontravam os trabalhadores não viam outra maneira de conquistar suas demandas senão pelas “paralisações”, ou seja, as greves organizadas de maneira coletiva (Medeiros, 1989).

Como um dos movimentos sociais mais importantes ocorridos no campo, sem dúvida, as de caráter messiânico com a de Canudos e Contestado foram as que tiveram maior destaque no cenário nacional, visto que se notabilizaram pelo confronto armado entre a população civil e o Estado. A respeito da peculiaridade desses movimentos, Leonilde Medeiros menciona que os

Movimentos buscavam resolver situações de crise que afetavam determinados grupos sociais, através da criação de comunidades, liderados por um “messias”, pessoa de grande legitimidade e carisma, que se considerava e era considerado capaz de implantar uma nova ordem social, normalmente de caráter igualitário (por ser portador de uma verdade revelada, uma orientação divina). Foi o caso de Antonio Conselheiro em Canudos, na Bahia, do monge José Maria, no Contestado (fronteira do Paraná com Santa Catarina) e de um grande número de beatos e grupos que percorriam (e ainda percorrem) o interior brasileiro, buscando a Terra Prometida. Vistos como expressão de fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivesse mobilizado a preocupação dos governantes na época e chamado sobre si a repressão (MEDEIROS, 1989, p. 12).

Entre outras revoltas relevantes, pode-se citar, como exemplo, a “Guerra dos Marimbondos”, ocorrida por volta de 1951, que se deu entre homens livres e pobres (em sua maioria camponesa) contra o Governo Imperial na Zona da Mata em

Pernambuco. Os motivos dos confrontos se deram pelo fato de que havia sido promulgada a lei de regulamento de registros de nascimentos e óbitos com fins de alistamento compulsório e da “Lei do cativo” que impulsionava a “caçada humana”. Neste contexto, criou-se, o imaginário local de que a intencionalidade desse processo seria, também, para o governo, obter dados estatísticos de quando pessoas poderiam ser escravizadas, o que engendrou “pânico coletivo” por todo interior do Estado (Medeiros, 1989).

Entre os anos de 1940 e o golpe civil/militar de Estado de 1964, eclodiram diversos movimentos camponeses pelo país. Foi um período marcado pela migração de posseiros da região Nordeste para o Sudeste ou Centro-oeste com a finalidade abrir, evidentemente, novas posses. Infelizmente para essa categoria, bastava que se fizesse a construção de alguma via de acesso (como estradas) para que os fazendeiros e seus capangas tomassem “suas” terras e os tornassem subordinados ou parceiros, sob “condições rudimentares de trabalho, com a obrigação de entregar ao fazendeiro uma parte da produção e também de seu tempo, empregando-se na derrubado da mata ou na formação do cafezal” (MARTINS, 1981, p.67).

Como uma das consequências dessa situação de subalternização, de violência e espoliação das terras se deu o surgimento de sindicatos, como no caso do Sul de Governador Valadares. Foi naquela localidade que os camponeses rebelados contra os imperativos dos fazendeiros decidiram se mobilizar e criar um sindicato, ainda que sem reconhecimento institucional, cuja finalidade era mostrar capacidade de aglutinação, confrontação e reversão das condições precárias de vida.

Na mesma conjuntura, Martins (1981) nos conta sobre o movimento formado por camponeses do Maranhão e do Piauí que viviam em Pedro Afonso, ao norte de Goiás, que ao tomarem posse de terras devolutas ou griladas deram início a confrontos violentos que se espalharam por várias localidades. Tal fato contribuiu para o advento da participação de partidos políticos para dentro dos próprios movimentos sociais, a fim de apaziguar e colaborar na intermediação dos processos de negociações junto com o Estado.

Perante essa complexidade e a quantidade de conflitos sociais no campo ocorridos pelo país que se fez necessária a criação das Ligas Camponesas em Pernambuco, considerada um dos movimentos sociais do campo mais relevantes.

Tendo seu florescimento no ano de 1955, resultante dos conflitos ocorridos no engenho Galiléia², sendo reconhecida como a primeira associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco. As ligas surgiram em um momento tenso entre foreiros e donos de engenhos devido à expulsão dos primeiros da terra e extinção dos roçados de moradores de usina. Esse processo representava a ação burguesa local que ansiava por uma política de industrialização regional e econômica com fins de desenvolvimento do capitalismo no campo. A respeito desse contexto Medeiros relata que

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não reforçar sua segurança interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários. Ao mesmo tempo, lutavam pela desapropriação do Engenho Galiléia, o que conseguiram do governo estadual em 1959. Tais ações projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p.48).

Enfim, foi desse processo histórico de confrontos contra grileiros e latifundiários (reconhecidas como essas classes sociais “dominantes”) que expropriavam e exploravam que acarretou na insurgência de uma classe camponesa que lutava pela sobrevivência, pelo “pedaço” de terra para subsistir e para se firmar como classe política, culminando, após várias décadas, na construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST.

Adentrando ao período pós-golpe militar de 1964, houve um acentuado impulso do Estado a projetos de modernização do rural brasileiro, com escopo na ampliação de *latifúndios* – baseados na monocultura de laranja, cana-de-açúcar, milho, soja e algodão, articuladas às políticas de créditos e juros baixos, apoio técnico e tecnológico.

De acordo com GORENDER (1994, p.37), naquela década o regime militar promoveu uma “política conjugada com interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas com indústrias transformadoras das matérias primas agrícolas, setores nos quais predominavam amplamente as grandes multinacionais agrícolas”.

² O engenho Galiléia está localizado no município de Vitória de Santo Antão, à 60 km da capital Recife - PE, em região de transição entre a Mata e o Agreste (BASTOS, 1984).

Em decorrência dessa dinâmica têm-se a denominada “modernização dolorosa”³. Entre as consequências desse fluxo contínuo de processos migratórios (campo-cidade), atrelados ao desenvolvimento industrial nas médias e grandes cidades do país, acarretaram no recrudescimento de bolsões de pobreza, desencadeando as mais diferentes problemáticas de ordem ambiental, como a falta de saneamento básico, surgimento das mais diversas mazelas e enfermidades decorrentes da ausência de políticas públicas para a saúde e educação.

Ademais, as resultantes com as deficiências no projeto político têm-se, também, alterações nas dinâmicas dos diferentes ecossistemas, poluição do ar, sonora e visual, assim como carência de política para educação pública (escolas e creches para que os pais possam tentar conseguir trabalho).

Já inerente aos fatores de ordem econômica desse período, a baixa remuneração “justificava-se” pelo excedente de pessoas advindas do êxodo rural sem qualificação para o trabalho industrial e exigido pelo próprio sistema de produção industrial em série e alienante.

Diante o panorama exposto, as conjecturas econômicas, políticas e de desenvolvimento que se seguiram ao final da década de 1960 e que percorreram por toda década de 1970 e parte dos anos 80, culminaram com a emergência de novos movimentos sociais pela terra com foco na luta⁴ na reforma agrária e por melhores condições de vida e que culminaram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em meados da década 1970, diante da política de apoio governamental às empresas rurais e à mecanização pesada (com grandes máquinas, insumos e

³ Entre outras consequências dessa transformação na estrutura fundiária também denominada “modernização conservadora”, estão o crescente êxodo rural, elevação da exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, aumento da auto-exploração nas pequenas propriedades e deterioração da qualidade de vida (PALMEIRA, 1989).

⁴ Desse modo, CHAVES (2000) enfatiza que o termo “luta” passou a ser uma categoria catalisadora que absorveu as mais diversas demandas das ações coletivas e experiências obtidas no Movimento. Essa “luta” que deu teor do caráter e objetivos sindicais do MST, em que lutar pela reforma agrária tem como alvo beneficiar tanto trabalhadores rurais quanto urbanos e, também, transformar a sociedade como um todo por meio da política de ordem social que institui a face do Movimento. P “A categoria *luta* é onipresente: encontra-se nas canções, nas palavras de ordem, nos lemas, nas falas e discursos, em todas ocasiões e lugares” (CHAVES, 2000, p.103).

fertilizantes químicos) e de produção agrícola pautado em commodities⁵, aliadas as execuções de projetos de desapropriações, como por exemplo, para as construções de barragens como nos casos da Usina Hidrelétrica do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná, em que houve a desapropriação de 12 mil famílias, entoavam-se como projetos de grande porte e de símbolos do “progresso”.

Em contraponto, isso demonstrava a inoperância governamental em atenuar a miséria e a pobreza da maioria das pessoas que migraram do meio rural para o urbano, influenciando no desencadeamento de mobilizações com unidade, força e adesão, tanto no meio rural quanto no urbano, de tal modo que a partir dos primeiros anos da década de 1980 emergiram vários movimentos populares - inclusive o MST⁶.

Desse modo, as implementações de políticas que subjugavam a maioria dos produtores rurais, as injustiças sociais cristalizadas na expropriação da terra e na exploração do trabalho, a persistência de um processo histórico que acentuava as diferenças sociais no campo, culminaram numa crise agrária em diversas regiões do país. Conjuntamente, com o apoio institucional e incondicional do governo militar aos latifundiários, tais fatores foram cruciais para o surgimento do próprio MST como nos conta Caldart:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos sem Terra, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir da década de 1970, especialmente na região centro-sul, e aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e nem exploradores (CALDART, 1999, p.3).

Foi diante desse quadro de formação e de fortalecimento orgânico do movimento que a elaboração de projetos de reorganização do campo, de luta

⁵ Entre 1965-1980, calcula-se que sessenta do crédito agrícola tenha sido direcionado para a produção de: soja, café, algodão, açúcar e milho (NORDER, 2004).

⁶ Quanto a estruturação e base hierárquica de direção política do MST se constitui nas seguintes bases: a Direção Nacional, composta por 21 membros e Coordenação Nacional composta por membros de cooperativas estaduais e representantes dos acampamentos, tendo ainda, dois alicerces para embasar essas instancias: O Congresso Nacional que ocorre a cada cinco anos e os Encontros Nacionais podendo ocorrer anualmente ou bianualmente.

permanente pela reforma agrária, de resoluções para a problemática da fome, do êxodo rural, da educação, da moradia, da saúde, entre outras demandas, chegou-se ao consenso de que somente seriam plausíveis e conquistadas com a massiva participação de homens, mulheres, idosos e crianças.

Segundo STEDILE (1997), foi no bojo das lutas coletivas e das demandas populares que o movimento social de luta pela terra na época estava composto de parceiros, de pequenos arrendatários (aqueles que produzem em uma terra arrendada), de posseiros (tidos como sujeitos responsáveis pela interiorização agrícola e nas lutas do campo), dos assalariados rurais, dos pequenos agricultores e dos filhos de pequenos agricultores, formando um universo aproximado de quatro milhões de famílias em todo país.

Com o passar dos anos, observa-se que novos “perfis” de atores sociais iriam participar das manifestações junto ao MST, como no caso de movimentos sociais urbanos (LGBT, Feminista, Ambientalista etc.) que diante da violência cotidiana ou da persistência das más condições de moradia e de trabalho, tem gerado demandas ou redirecionamento migratório do urbano para o meio rural.

Esses diálogos e aproximações entre o MST e outros movimentos sociais, como povos tradicionais, atingidos por barragens e movimentos urbanos, fizeram com que as mobilizações políticas em torno da resistência e reforma agrária ganhassem novos contornos. Tanto que no “Programa agrário do MST”⁷, ao observarmos atentamente os diversos itens desta cartilha (2013), pode-se verificar essa representatividade sendo contemplada, por exemplo, com as exigências para demarcação de terras aos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e outros.

Em outros casos, como naqueles em que algum governante pretendesse realizar alguma obra pública que venha a deslocar pessoas de um dado território, exige-se a realização de consultas junto às famílias atingidas, com o intuito de minimizar os impactos socioambientais. Além disso, outra demanda exige que se tenha o ressarcimento pecuniário e disponibilização de terras com plenas condições para o desenvolvimento de suas atividades. É nesse sentido que o MST, através da construção da Reforma Agrária Popular, afirma que:

[...] não se destina apenas aos trabalhadores sem terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, porque abrange a todas as

⁷ A cartilha é uma publicação do “Programa Agrário do MST”, que foi sendo construído para o VI Congresso Nacional, São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança com a classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo (MST. 2013, p. 52).

Por fim, é possível concluir que as somatórias de lutas do MST, considerando sua força e representatividade enquanto movimento social e de aglutinação de outras demandas, o movimento vai além da mera problemática do campo. Conjuntamente a isso, no contexto dos primeiros anos do século XXI, observa-se que o MST está desenvolvendo, gradativamente, a conscientização camponesa com fins de fomentar uma produção mais sustentável, no que diz respeito aos aspectos ecológicos. É nesse bojo que se incentivam práticas agrícolas orgânicas ou agroecológicas como forma de luta para combater o monopólio agroexportador e, conseqüentemente, o modelo que se está intensificando para além do agronegócio. Considerando todo esse cenário, na sequência veremos como isso tem afetado as ocupações e assentamentos no âmbito nacional.

2.1.1 A luta e a transição da ocupação para assentamento.

Os primeiros anos da década de 1980 foram um marco histórico nacional importante dada à transição do regime militar-autoritário para o democrático-parlamentar. Nesse período, se constituiu e se consolidou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, juntamente com outros movimentos sociais, sindicais e organizações informais tinham a esperança da participação popular na esfera política e gestavam projetos coletivos e de desenvolvimento social mediante a socialização da terra, por exemplo.

Em referência sucinta, esse processo de transição política no âmbito agrário ficou marcado pela ineficiência do Estado devido a projetos mal executados e que atendia apenas aos interesses de latifundiários. Nesse contexto se deu a desativação do projeto agroindustrial do período militar e a constatação de que não se obteve êxito no processo de modernização agrícola no país. Mesmo com a entrada do governo de José Sarney e a efetivação de alianças entre liberais e conservadores, o Estado brasileiro não cumpriu a promessa ou meta de destinar 15 milhões de hectares a um milhão e quatrocentas mil famílias, conforme prometido em seu período de governo, realizando apenas 5,8%, ou seja, apenas 82 mil famílias assentadas (NORDER, 2004).

Diante as condições instáveis do campo político, econômico e social nos primeiros anos década de 1980 e do gradativo encaminhamento para o regime democrático, inicia-se a retomada de diversas organizações sindicais e populares, bem como a formação de organizações não-governamentais, de partidos políticos, de universidades e setores da Igreja (como a Comissão da Pastoral da Terra – CPT), que aliaram-se ao MST e que resultariam em forças para alavancar a desapropriação de grandes propriedades rurais improdutivas ou irregulares para fins de reforma agrária e de redistribuição de áreas públicas.

Nesse panorama, segundo Norder (2004, p.67), as bases de negociação política se davam de acordo com o “índice de improdutividade já constatado pelo Estado, dívidas do proprietário para com o sistema financeiro, titulação de propriedade irregular, posse privada de áreas públicas por fazendeiros, área de grandes empresas estatais, etc”. Com a instabilidade no campo, os seguidos impasses entre movimentos sociais e agentes do governo e a incapacidade destes últimos em efetivar projetos para a reforma agrária, os camponeses foram impelidos às ocupações de territórios (fazendas improdutivas) gerando, por algumas vezes, conflitos armados na luta pela terra para fins de assentamento.

Deste modo, as ocupações foram sendo efetivadas tendo o objetivo estratégico de pressionar o governo federal para resolver a distribuição de terra e a busca de justiça social, conforme prometido pela Constituição de 1988. A esse primeiro momento do movimento de ocupação e instalação de um território, objetivou-se pressionar o governo - denomina-se *acampamento* e apresentam as seguintes as características

As famílias recebem um suporte alimentar emergencial, ainda que instável, através de apoio da Igreja e comunidades locais, de assentamentos próximos, da produção própria em suas imediações ou de políticas assistenciais do governo. É bastante comum, no entanto, a inadequação e a insuficiência dos alimentos e medicamentos disponíveis nos acampamentos, gerando tensões e mobilizações políticas localizadas. Lonas de plástico são utilizadas como material básico para as precárias construções habitacionais. Esta população acampada busca em geral empregar-se temporariamente em atividades assalariadas na região. Desta forma, o acampamento permite que as negociações da área com o Estado possam resistir a um período mais longo. Seu posicionamento nas margens de rodovias confere maior visibilidade às mobilizações (NORDER, 2004, p.67).

Em fase posterior, quando se têm a confirmação da legalização das terras ocupadas por parte do INCRA, a situação dos acampados altera substancialmente,

pois passam para a categorização de assentados. Deste modo, com a certeza do acesso à terra, os assentados passam a reorganizar sua vida e a projetar a reestruturação do assentamento, afinal, este passa a ser a "expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar de produção, mas também o lugar de realização de vida" como pondera Marques (2016, p.52).

Desse modo, os assentamentos convertem-se ao mesmo tempo em espaço de autonomia e de coletividade camponesa, de compartilhamento de experiências e ideias, de elaboração de projetos e de negociações, de sociabilidades e representações simbólicas. No entanto, com essa transformação do espaço territorial se verifica, segundo Norder:

[...] por exemplo, uma ampla reinvenção de eventos religiosos, lúdicos, esportivos, políticos e culturais; a construção de escolas, igrejas, bares, pontos de comércio, agências governamentais e outras edificações. Reinventam-se formas de povoação do meio rural, enfim. Não se trata, portanto, tão somente de uma ampliação e comercialização de mercadorias agropecuárias, apesar de sua importância e centralidade..mas de uma reconstrução do meio rural visando o estabelecimento de um uso multifuncional do território, ou seja, para aperfeiçoar as condições de vida e de trabalho das camadas mais pobres. (NORDER, 2004, p. 9).

A partir do ano de 2005, o MST mudou suas estratégias para as ocupações e assentamentos. Ao invés de forçar ocupações e enfrentamentos diretos com o Estado e com os latifundiários, as preocupações passaram a concentrar-se em ocupações já realizadas e na manutenção e desenvolvimento dos assentamentos já conquistados. Dado que as rápidas transformações no modelo de produção e na ordem econômica de mercado de capitais "invadiu" o campo, as terras "improdutivas" tornaram-se mais escassas, particularmente em virtude de que o latifundiário buscou outras estratégias para a valorização do terreno. Os lotes, antes improdutivos, adquiriram valor no mercado internacional, limitando a possibilidade de comprovar que o terreno estava improdutivo. Algumas cabeças de gado sobre o terreno comprovavam a utilidade do mesmo, e impediam as estratégias de ocupação.

Devido a este contexto, a partir do ano de 2007 ocorreu a reconfiguração da luta pela terra, resultando na "nova" Reforma Agrária Popular.

Sendo assim, em virtude das políticas econômicas adotadas desde a entrada no século XXI, a ênfase para expansão da produção agrícola de

commodities (milho, cana-de-açúcar, soja) com a finalidade de atender a demanda de países como a China, por exemplo, vários países europeus e outros pelo mundo, provocaram pelo menos duas mudanças significativas no movimento no campo. A primeira, sobre o “mercado” de terras no Brasil, e a segunda, sobre a transição do agente envolvido, ou seja, de latifundiários para conglomerados econômicos, ligados aos mercados de capitais, como por exemplo, os fundos de pensões⁸, tornando a luta camponesa pela terra mais complexificada, dado que o “inimigo” de agora tem as mil faces do mercado de capitais.

Deste modo, o MST (2013) entende que, por trás desse capital financeiro (particularmente agentes imobiliários) está o ganho com títulos da dívida pública dos mais diferentes países, captando-se o dinheiro que forma a riqueza das instituições financeiras como os bancos e fundo de pensões. Ademais, com esses recursos levantados- das dividas públicas- inicia-se a compra de papéis de grandes empresas e de fundos de investimento, formando-se um ciclo de riqueza que resulta, também, na apropriação “de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular para transformar tudo em mercadoria” (MST, 2013, p. 52).

Para confrontar a agressividade do mercado de capital, o MST tem ressignificado sua luta e o direcionamento de sua força para efetivar seu recente projeto - a Reforma Agrária Popular. Sob a égide de respeito e resgate da agricultura camponesa estabeleceram-se novas diretrizes para incentivar as “experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda a sociedade” (MST, 2013, p. 51). Observa-se, também, que essa reformulação estratégica de luta do MST visa confrontar a agroindustrialização (com seus usos abusivos de agrotóxicos, transgenia etc) através da adoção de práticas agrícolas ecológicas e de disseminação da noção de segurança alimentar, sendo esse modo, segundo o MST, a forma de se combater os interesses de mercado.

Enfim, para o MST, o agronegócio é mais do que a grande fazenda: é a representação das grandes empresas internacionais em aliança com grupos políticos poderosos que, gananciosamente, financiam projetos para bloquear as políticas de acesso à terra, como pode-se observar e constatar pelas análises das tabelas adiante.

⁸ Como no caso do trabalhador que aplica uma pequena parte de seu recurso em um fundo privado, por exemplo, o Previ que é o fundo de pensão do Banco do Brasil.

Na tabela a seguir vemos que, a partir de 2010, o número de ocupações no Estado do Paraná caiu substancialmente, ainda que o número de famílias atendidas tenha sido considerável em relação à proporcionalidade de ocupações. Como não temos os dados da quantidade de km² de área ocupada, surge a possível hipótese de que foram distribuídos pequenos lotes para cada família. O intuito de trazer esses dados está em retratar como foi gradativamente se apresentando essas mudanças estratégicas por parte do MST, frente a nova configuração política/econômica das terras.

TABELA 2 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÃO NO PARANÁ- 2010-2013

ANO	OCUPAÇÕES	FAMÍLIAS
2010	9	241
2011	1	50
2012	2	440
2013	4	120
Total	16	851

FONTES: DATALUTA (2013)

Pela tabela acima se percebe que o número de ocupações do período retratado (2010/2013) diminuiu consideravelmente no Estado do Paraná. Entretanto, a demanda de famílias por terras segue alto, com pequenos decréscimos, como o que se registrou no ano de 2011. Neste sentido, as mudanças estratégicas da atuação do MST não se deram em função da diminuição das demandas por terra, mas forçosamente, em função das novas configurações do mercado imobiliário e das políticas públicas direcionadas ao agronegócio.

Com o fomento para uma produção específica e em larga escala, os latifundiários viram a possibilidade de ampliar e de vender suas terras “improdutivas” a um alto custo ou, ainda, em estabelecerem “alianças” com o mercado especulativo.

Em curto espaço de tempo, a parceria indireta com o mercado trouxe consequências mais alarmantes ao campo, como a inserção de sementes transgênicas e a atuação das mais diferentes indústrias farmacêuticas e químicas em projetos de desenvolvimento produtivo em território nacional.

Igualmente, ocorreu também a invasão sorrateira de territórios demarcados de áreas indígenas para atender a esse mercado, evidenciando como a dinâmica da especulação de commodities tem levado à diminuição de terras para a reforma agrária e a invasão de reservas indígenas. Neste sentido, a “aliança pragmática do governo com o setor ruralista para garantir governabilidade da nação colocou um conjunto de obstáculos para as desapropriações e realização de assentamentos” (DATA LUTA, p.7, 2013).

Nesse panorama, conjuntamente ao projeto estratégico estabelecido pelo movimento, que é de focar na legalização das ocupações já realizadas no Paraná, percebe-se que o processo na transição das ocupações para os assentamentos tem sido lento e de baixa “conquista” com o passar dos anos, como vemos na tabela a seguir:

TABELA 3 - NÚMERO ASSENTAMENTOS RURAIS E FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PARANÁ – 2010-2013

ANO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS
2010	7	794
2011	1	68
2012	2	60
2013	2	201
Total	12	1123

FONTE: DATA LUTA (2013)

Conforme a tabela acima, nos períodos de 2011 e 2012 o número de famílias assentadas diminuiu drasticamente, chegando a corresponder a menos de 10% em relação às que foram assentadas em 2010.

Portanto, perante esse quadro socioeconômico e político que se configurou no campo, o MST tem adotado a estratégia de diminuir temporariamente as ocupações, para se focar no desenvolvimento de políticas públicas com a intenção de fortalecer os assentamentos conquistados e obter recursos econômicos para a segurança produtiva e qualidade de vida. O foco, portanto se fixa na garantia da segurança das terras conquistadas e na qualificação da produção dos assentamentos.

Neste sentido, isso que significa que se objetiva a obtenção de crédito com juros baixos, para implementação de ordens estruturais como atendimento de saúde e de educação dentro dos assentamentos, além de redes de energia elétrica, políticas de habitação, abertura e conservação de estradas, internet, agroindústria (cooperativas), entre outras demandas (DATA LUTA, 2013).

Levando-se em conta o processo histórico dos movimentos sociais do campo no Brasil, pode-se considerar o MST como representante das ressignificações e adaptações propostas por diferentes momentos de conjunturas políticas e socioeconômicas. Desta forma, construiu-se ao longo da trajetória de resistência estratégias para a permanência da condição camponesa no meio rural e seu potencial organizativo coletivo, que através da força de suas mobilizações sociais tem propiciado muitas conquistas, como no caso do Assentamento do Contestado.

Como parte relevante das estratégias da Reforma Agrária Popular, o MST busca chamar a atenção da sociedade civil para a sua causa, através de canais independentes de comunicação. Apesar de todas as dificuldades para a sobrevivência nos rincões do país e da covardia secular e violenta sobre os camponeses, os indígenas e demais povos tradicionais, o MST continua sua luta pela construção de um mundo mais justo e igualitário.

Grande parte da mídia tradicional tem estereotipado ou escamoteado as condições de vida e de luta destes sujeitos sociais, impondo-lhes estigmas e pré-noções acerca do modo de vida e da cultura dos assentados. Essa questão midiática mostra-se relevante, pois no decorrer deste trabalho mostraremos como estas pré-noções a respeito dos camponeses do MST dificultam suas sociabilidades junto a outras comunidades.

Enfim, ao se verificar como se deu esse processo de construção e desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, das significações das ocupações e assentamentos para inúmeras famílias e ressignificações deste movimento social, na seção a seguir caracterizaremos o Assentamento do Contestado no município da Lapa, articulando-se a alguns aspectos histórico-culturais do rural que ainda persistem no território no qual o mesmo está inserido.

2.2 O ASSENTAMENTO DO CONTESTADO E A RELAÇÃO HISTÓRICA COM O RURAL DA LAPA.

Sendo uma conquista relevante do MST, o Assentamento do Contestado tem-se notabilizado por se engajar na construção e no desenvolvimento das suas relações próprias, constituindo um local singular, construído pelos assentados. Neste sentido, a construção desse espaço de vida, se dá por meio de novas ideias e da disseminação da importância da adoção de práticas produtivas ecológicas, aliada à preservação de algumas tradições histórico-culturais.

Nessa perspectiva procura-se, através da caracterização do assentamento do Contestado correlaciona-lo com alguns elementos de heranças étnicas, de conhecimento agrícola e cultural que ainda se faz presente no cotidiano dos assentados, conforme veremos a seguir.

2.2.1 A caracterização do Assentamento do Contestado

O Assentamento do Contestado está localizado na Região Metropolitana de Curitiba, mais precisamente, no município da Lapa, a cerca de 20 km da sede municipal e a 70 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba. A totalidade da área que abrange o assentamento resultou de um processo de desapropriação por parte do governo federal junto aos que detinham a fazenda “Santa Amélia” como seu patrimônio.

Historicamente a fazenda Santa Amélia localiza-se em um território doado em 1740, pelo governo português à família Costa. Nela, desde a concessão da terra à família, se produzia leite e queijo, conjuntamente com uma reduzida criação de pequenos animais e com uma pequena lavoura em que se cultivava milho e feijão. Kersten (2006) relata que no século XVIII, algumas famílias reuniram-se em cooperativa e instalaram na edificação próxima à casa-sede uma queijaria.

Num segundo momento, compreendido entre o período de 1806 a 1985, a fazenda foi vendida e entrou em um processo de litígio se estendeu por quase dois séculos.

Em 1985 a fazenda Santa Amélia passou para as “mãos” da indústria de cerâmica Incepa. Porém, a referida indústria teve processos de ordem fiscal junto ao

Governo Federal que implicou na sua desapropriação para fins de reforma agrária, atendendo-se, desse modo, a reivindicação do Movimento Sem Terra (KERSTEN, 2006).

Como o desenrolar para a efetivação dessa desapropriação foi moroso, o MST partiu para a ocupação da “fazenda”. Em 9 de fevereiro de 1999, com aproximadamente 40 famílias deu-se o primeiro momento da ocupação para garantir e acelerar o processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com fins de reconhecimento e efetivação do território em assentamento.

FIGURA 2 - VISÃO AÉREA DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO



FONTE: Google Maps (2019).

A partir dos relatos das famílias, Valadão (2012) nos conta que o INCRA tinha como objetivo assentar cerca de cento e sessenta famílias na área e que o MST defendia o assentamento de oitenta famílias, chegando-se ao consenso de que 108 famílias deveriam ocupar o local (FIGURA 3). Sendo assim, a área do assentamento foi dividida em lotes, de acordo com o número de famílias, com variações nos tamanhos dos mesmos, indo de 10 a 16 hectares, levando-se em conta as condições da área e a distância da estrada principal.

FIGURA 3 - MARCO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO



FONTE: Autor (2018).

Deste modo, o Assentamento foi organizado em 10 núcleos de base.⁹ Em cada núcleo participa entre 10 a 12 famílias, divididas pela proximidade geográfica. Destas famílias, praticamente sessenta por cento praticam agricultura ecológica.

Quanto à organização dos núcleos, cada núcleo elege um coordenador e uma coordenadora como responsáveis para efetivar a realização das reuniões mensais. As demandas surgidas a partir dos núcleos são encaminhadas e discutidas com os demais coordenadores em reuniões bimestrais. Uma das atribuições dos coordenadores de cada núcleo é participar das reuniões com a coordenação geral do assentamento e das outras esferas de discussão e, também, divulgar os encaminhamentos do MST aos seus respectivos núcleos (VALADÃO, 2012).

A referida imagem (FIGURA 3) é um marco representativo para os assentados, pois representa os dezenove anos de assentamento, do orgulho de

⁹ Os dez núcleos do Assentamento do Contestado são identificados como: Evolução Camponesa; Roseli Nunes; Antonio Tavares; Iguaçu; Eduardo Aguinone; Gabriel Kais; Che Guevara; Libertação Camponesa;; Sepé Tiarajú, Revolução Camponesa.

todo o processo desenvolvido e referencia os resultados obtidos socioambientalmente pelo assentamento, bem como a importância da participação popular para a construção da reforma agrária no campo.

O Assentamento do Contestado estabeleceu como sua base central a “Casa-Sede”¹⁰ e a área que a circunda. Comumente nomeada pelos assentados como “Casarão” (FIGURA 4), o mesmo foi construído no séc. XIX e teve sua arquitetura preservada, composta pelo estilo colonial rural português, cujo modelo se difundiu nas moradas da região.

FIGURA 4 - CASARÃO HISTÓRICO DA FAZENDA SANTA AMÉLIA



FONTE: Autor (2016).

Essa casa é considerada um das principais referências do Assentamento, com grande valor simbólico para o grupo, visto que desde o início os assentados a utilizavam como local de encontros do MST, para reuniões dos núcleos do

¹⁰ Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no subsolo da mesma havia a senzala onde ficavam os escravizados.

assentamento e ainda para a realização de palestras, seminários e até casamentos e bailes.

Dado o papel simbólico do “Casarão”, desde a formação do assentamento, ele foi utilizado para diversas funções, podendo ser subdividido em três momentos ao longo destes quase vinte anos.

Do ano de 1999 até o ano de 2005 tem-se o casarão como principal base para atividades organizacionais do MST além de contemplar atividades e festividades. Entre os anos de 2005 a 2016, o local serviu de apoio para o movimento social e de principal estrutura da Escola Latina Americana de Agroecologia. Após sua reforma, ocorrida no ano de 2017, ocorreu sua reinauguração e o Casarão que retomou a função de espaço exclusivo para oficinas e atividades culturais para os assentados.

Além do Casarão, as lideranças do assentamento priorizaram a reivindicação da construção de um espaço educacional junto à prefeitura da Lapa, visto que as condições precárias das estradas que ligavam a sede até as escolas da zona urbana do município dificultavam a assiduidade e pontualidade nas aulas gerando descontentamento dos pais e alunos.

Para atenuar tais dificuldades, ainda que em condições insatisfatórias, o assentamento disponibilizou e propôs junto à prefeitura do município a utilização de uma casa existente próxima à sede para a instalação da Escola de Ensino Fundamental até a 4ª série (VALADÃO, 2012). Esse foi um passo importante, já que, com o passar dos anos, o processo de intensa negociação com a prefeitura municipal resultou na ampliação e construção do local próprio que pudesse dar conta do ensino Fundamental II e do Ensino Médio. Tal conquista permitiu a possibilidade de que os adultos pudessem participar do programa de Jovens e Adultos, disponibilizado pelo Ministério da Educação.

Paralelamente ao processo mencionado acima, em 2005 foi instalado no local a Escola Latina Americana de Agroecologia (ELAA), com a finalidade de que os estudantes obtivessem conhecimento produtivo ecológico, também tendo atividades de autogestão escolar, leituras, participação em seminários e outros trabalhos relacionados à construção e manutenção do espaço e exercícios de produção de agroecologia da escola (VALADÃO, 2012). Em contrapartida, espera-se que os estudantes da ELAA fomentem e incentivem suas comunidades de origem a utilizar

as práticas agroecológicas nos diversos espaços que o movimento social porventura atue. A ELAA recebe pessoas do próprio assentamento, de assentamentos de todo Brasil e de países como Chile, Equador, Cuba, Colômbia entre outros que corroboram tanto nas trocas de experiências e práticas agrícolas como de aprendizados mútuos entre as línguas espanhola e portuguesa.

Faz-se necessário ressaltar que nos dez anos de existência, a ELAA utilizou o “Casarão” como principal espaço para as aulas. Em decorrência desse extenso período em que esteve alocado para a instituição de ensino, o Casarão deixou de ser o espaço principal das atividades de lazer, influenciando diretamente na sociabilidade e no tempo livre dos assentados, conforme veremos no capítulo 4, pois este local era o “reduto” dos principais bailes, festas e eventos do assentamento.

Contudo, devido à demanda efetiva de alunos desde sua inauguração e, principalmente, a partir do seu reconhecimento com instituição de ensino, a ELAA obteve recursos para a construção de um alojamento e de uma nova “sala de aula” (FIGURA 4), próximos ao Casarão.

Com a obtenção um novo espaço para os alunos, o Casarão passou por um período de reforma e, ao ser reinaugurado, a coordenação geral do assentamento destinou o local como exclusivo para os eventos culturais como cinema, teatro e oficinas de arte.

FIGURA 5 - ALOJAMENTO DE ALUNOS E SALA DE AULA DA ELAA



FONTE: Autor (2017).

Além da imagem acima nos indicar as boas condições estruturais que o assentamento possui para atender adequadamente aos estudantes, percebe-se também que através da arte e do colorido a união latino-americana que, conjugadas

ao fundo com a natureza da mata virgem e dos pinheiros simbolizam a beleza e a satisfação de pertencimento nesse espaço de vida.

Como parte da caracterização da base central do Assentamento do Contestado, próximo ao Casarão há um Jardim de Infância, um pequeno armazém coletivo, a secretaria do assentamento do Contestado e outra conquista importante do MST - o Colégio Estadual Rural.

Além disso, a estrutura central do assentamento, enfatizamos a fundação da Cooperativa Terra Livre em 2010. Sua criação e desenvolvimento têm como objetivo dar cabo às relações comerciais e ao desenvolvimento local, com prioridade à produção agroecológica. Deste modo, a cooperativa tem sido um canal importante para reforçar a autonomia de trabalho, a aproximação dos assentados e a difusão do projeto e da marca agroecológica em torno da produção realizada no assentamento.

Por último, integrando a estrutura central, tem-se uma das últimas conquistas do Assentamento, a concretização e inauguração em dezembro de 2016 do seu posto de saúde (FIGURA 6), com a oferta de atendimento médico e odontológico uma vez por semana a todos os assentados.

O atendimento no posto de saúde é feito por meio da prática de bioenergia e medicinas alternativas, desenvolvidas por camponeses do próprio assentamento. Ademais, a disponibilidade deste posto de saúde tem-se constituído como fator relevante tanto na “economia” de recursos financeiros como no de tempo do próprio assentado, contribuindo para alterar a dinâmica da temporalidade da vida camponesa.

FIGURA 6 - POSTO DE SAÚDE



FONTE: Autor (2017).

Em virtude da somatória de elementos caracterizadores do Assentamento do Contestado e de suas condições estruturais e de práticas produtivas o Assentamento obteve, tanto da direção estadual como do diretório nacional do MST, o reconhecimento de ser modelo para os demais assentamentos em estágio de constituição pelo país.

Após termos perpassado por alguns fatores históricos, bem como pela descrição de alguns dos elementos que caracterizam a infraestrutura do Assentamento do Contestado, entre as finalidades do presente capítulo está a de apresentar, através do restrito material bibliográfico, o contexto histórico que contém elementos de sociabilidade e da ruralidade próprios do município da Lapa que ainda se percebe nos costumes dos assentados, conforme veremos na seção a seguir.

2.2.2 A relação dos assentados com os elementos históricos do rural lapeano

Logo após seu processo de emancipação, a Lapa deu início ao projeto de desenvolvimento econômico com escopo para a produção de erva-mate e criação de gado. Como consequência dessa nova fase emancipatória, entre 1870 e 1895, imigrantes russos, alemães, italianos, poloneses e ucranianos se instalaram ao redor da cidade¹¹. Porém, essa conjuntura imigratória¹² de acordo com Silveira e Silveira (2006) não se deu em condições de completa aceitabilidade e tranquilidade por parte dos estabelecidos (moradores antigos), gerando alguns conflitos entre moradores locais e imigrantes.

¹¹Para entendermos como o rural fez parte da economia e na vida da própria cidade da Lapa se faz necessário revisitar sua história. É através dela que podemos captar e verificar, em certa medida, o quanto seu modo de vida passada reverberou na sua contemporaneidade. A cidade da Lapa, definitivamente, floresceu e se tornou relevante território por volta de 1730, com a abertura da Estrada da Mata que ligava desde o Rio Grande do Sul à São Paulo. Foi com o desenvolvimento desta passagem, que ficou conhecida como o “Caminho dos Tropeiros”, que afortunadamente dois movimentos recíprocos deram o caráter municipal à Lapa: primeiro, devido à circulação e permanência de pessoas; em segundo, devido ao incentivo comercial. Antes da Lapa obter *status* de município, a mesma havia passado pelos “estágios” de Freguesia e, subsequentemente, de Vila. No período de Freguesia, segundo Silveira e Silveira (2006) na década de 1770 a então Freguesia já contava com concessões para alvarás de licença para casas comerciais, tendo-se assim, registrado nove fazendas e doze sítios, com aproximadamente 500 habitantes, mas que antes do fim da referida década já constava 876 pessoas. No ano 1806 a Freguesia passou à categoria de Vila - sendo denominada Vila Nova do Príncipe, já contando com 2235 habitantes que atuavam em atividades nos setores da agropecuária e do comércio. Neste período, faziam parte da população os escravos, os camponeses que plantavam para subsistência e comercialização na Vila, além dos tropeiros e criadores de animais. Passados mais de 65 anos, em 07 de março de 1872, a Vila Nova Príncipe assumiu a categoria de cidade com o nome de Lapa, pela Lei nº 293.

¹²De modo geral, a zona rural metropolitana de Curitiba foi ocupada e formada a partir do século XIX, por imigrantes do interior de São Paulo, Santa Catarina, índios, tropeiros, escravizados. Além dos estrangeiros europeus como os poloneses, italianos e alemães de tradição camponesa que, incentivados e subsidiados por políticas públicas do Estado, tinham a missão de produzir e fornecer os alimentos para a capital – Curitiba e municípios das proximidades, assim como de contribuir com seus costumes e tradições.

Por meio dessa diversidade cultural proveniente de diferentes fluxos imigratórios, podemos constatar como o *tempo livre* era usufruído pelos habitantes da região dos Campos Gerais e das cidades que circundavam Curitiba. Nessa região organizavam-se festividades religiosas que frequentemente ocorriam aos domingos e dias santificados, com a finalidade de se praticar as confissões, comunhões anuais, congregações e irmandades. Já em outros festivais sem envolvimento direto de alguma ordem religiosa, era comum as representações de tradições folclóricas populares como as congadas, as cavalhadas e os fandangos, assim como, torneios esportivos, piqueniques e carnavais (WESTPHALEN e BALHANA, 1983).

Ao mesmo tempo, com a chegada desses imigrantes e a variedade de entretenimentos na época, como os clubes de tiros, as sociedades cantoras, as representações de peças sagradas e artes cênicas ao ar livre, os quais, associados às comemorações das datas nacionais do país de origem, fortaleceram a estrutura social e contribuíram para a adaptação e permanência no Estado (WESTPHALEN e BALHANA, 1983).

Por este contexto relatado, percebe-se que na época o “peso” simbólico para manutenção de costumes e tradições dos imigrantes estrangeiros foi tão significativo quanto êxito o econômico. Sendo, graças à essa dinâmica de convívio, que se viabilizou o desenvolvimento regional,

Com o passar dos anos esses momentos turbulentos deram força à resistência por parte dos colonos para permanecer e formar colônias ao redor da cidade da Lapa, influenciando diretamente na economia agrícola, no crescimento demográfico e na diversidade cultural conforme Silveira e Silveira (2006).

Dadas as contribuições no âmbito da agricultura por parte dos imigrantes na região da Lapa, as referidas autoras (2006), por exemplo, nos contam que a colonização alemã, introduziram os carroções utilizados no comércio da erva-mate e da madeira, auxiliou na circulação de produtos e no comércio local. Os colonos alemães também influenciaram nas construções de casas, no desenvolvimento da torrefação de café, na criação de gado e na agricultura com o plantio de centeio, milho e mandioca (com implantação de fábrica para produzir farinha). Já os polacos, russos e ucranianos difundiram a produção de batatas e hortaliças, enquanto os italianos contribuíram com a produção de uva (vinho) e embutidos.

Naquele contexto, um elemento relevante para o desenvolvimento da ruralidade na Lapa foi a Fazenda Roseira. Considerando sua importância econômica e sociocultural, Kersten (2006), ao investigar fatos históricos da referida fazenda, deparou-se com dados sobre lendas e causos, e sobre economia e ambiente natural.

Dentre esses fatos, é interessante observar como os “causos” se constituem em elemento que ainda fazem parte da tradição dos lapeanos. Alguns assentados do Contestado que tem naturalidade local apontam que, atualmente, uma das atividades que mais gostam de realizar em seu tempo livre está em encontrar-se com amigos ou parentes para se contar “causos” locais, como veremos no decorrer deste trabalho. Dentre os causos, aqueles ocorridos na fazenda Roseira e da região da Lapa.

Em termos econômicos, a fazenda Roseira notabilizou-se pela exploração da erva-mate e pela produção de arroz, milho e feijão até o fim do século XIX. Com o passar dos anos, nas primeiras décadas do século XX, houve uma mudança no sistema produtivo da fazenda, tendo o enfoque na produção leiteira com incorporação de novas tecnologias. A fazenda, que existe até hoje, produz leite, sendo o processo de ordenha todo mecanizado (KERSTEN, 2006)

Ao nos depararmos com as atividades produtivas que se desenvolvem atualmente na área do assentamento do Contestado, de um lado verifica-se como

persistência material de “herança” produtiva desses “povos”: a preparação de embutidos, algumas criações de gado leiteiro e o cultivo de milho. Por outro lado, denota-se uma contradição produtiva com relação à erva-mate. Se durante o século XIX o cultivo do mate na região se dava em larga escala, nas primeiras décadas do século XX a produção do mate declinou consideravelmente, de modo que na área do assentamento essa tradição produtiva encontra-se em um ou outro “pé de erva mate”.

Esse contexto nos chamou atenção pelo fato de não haver uma produção no assentamento, optando-se pela compra da erva de outras regiões, visto que este produto faz parte da vida cultural do assentado, muito consumido e imprescindível para seus momentos de tempo livre.

Nesse sentido, o ato de “tomar mate”, principalmente para os assentados nascidos na Lapa e região, consiste em “substrato” representativo da pausa do trabalho, dos encontros familiares e com amigos para uma “rodada de causos”. E, do mesmo modo, como elemento importante para reflexões, observações da natureza ou concatenações de ideias. Assim pode-se constatar, dentre as falas dos T2, “Ao tomar chimarrão pela manhã faço o planejamento do meu dia” (FIGURA 7). Também essa imagem nos transmite a tranquilidade da vida sendo aquecida, iluminada e energizada para, assim, florescer as reflexões sobre qualquer ordem subjetiva do próprio indivíduo, enaltecendo-se a condição de vida camponesa dada pela autonomia e pelo uso do tempo livre interligada a cosmologia solar.

FIGURA 7 - O SOSSEGO DO LAR E O MATE



FONTE: Autor (2017).

Referente aos elementos no âmbito da natureza e que fazem parte tanto da história como da geografia dos campos da Lapa e que fazem parte da vida dos assentados, destaca-se a paisagem do cerro do Monge - uma escarpa devoniana que corta os campos de pasto, com presença de um pequeno rio, cachoeira e mata nativa de araucária.

Entre essas práticas mais corriqueiras, é comum presenciarmos os assentados pescando no Rio Iguaçu, divertindo-se na pequena cachoeira que há dentro da área do assentamento ou realizando caminhadas pelas trilhas, passando pelo interior das propriedades vizinhas. Isso se confirma, por exemplo, entre as falas de T1, que “gosta de andar no mato, catar pinhão ou só andar no mato e dependendo da época fazer trilha”, assim como em outra fala, que enfatizou que “normalmente nos finais de semana caminho até a cachoeira, pena que tem poucas cachoeiras”.

Esses depoimentos mostram que muito dos elementos históricos, culturais e ambientais persistem e se apresentam como recursos vivenciados cotidianamente

pelos assentados não sendo mero acaso. Trata-se de indícios de sua identidade camponesa que se preserva através de determinados comportamentos e que, em certa medida, refletem a tradição de seu modo de vida.

Ainda, pelo exposto no decorrer deste capítulo, nota-se que no projeto para o desenvolvimento do Assentamento Contestado, através de sua organização coletiva, busca-se incentivar a adoção de práticas e de modelos produtivos sustentáveis por parte de todos os assentados para que, desta forma, se aproxime dos objetivos propostos do programa da “nova” Reforma Agrária Popular.

Por fim, conforme visto ao longo do capítulo, o Assentamento do Contestado constitui-se como exemplo do processo da luta pela terra no Brasil, reforçando o sentido da reforma agrária para o desenvolvimento produtivo, social e ecológico.

Embora fazendo parte do amplo movimento de luta, o Assentamento apresenta-se com características próprias, constituídas pelo viver rural e mesclando sua história com a história da Lapa, constituindo um capítulo importante da história do MST.

3 A TEMPORALIDADE NO COTIDIANO DA VIDA

Tempo que diz.
 De tempo somos.
 Somos seus pés e suas bocas.
 Os pés do tempo caminham em nossos pés.
 Cedo ou tarde, já sabemos os ventos do tempo apagarão pegadas.
 Travessia do nada, passos de ninguém?
 As bocas do tempo contam a viagem.
 (Eduardo Galeano).

Este capítulo tem como objetivo percorrer e debruçar sobre as reflexões de pensadores da sociologia que, em conjunto à outros campos de perspectivas científicas, contribuíram para pensar a conceituação do *tempo* e, principalmente, do tempo livre. Em um primeiro momento, estaremos demonstrando que as contribuições e ressignificações conceituais foram sendo desenvolvidas sob a ótica do processo urbano industrial na modernidade. Na sequência, abordaremos por meio de literatura de antropologia e sociologia rural os elementos que podemos compreender como o tempo livre na vida rural e no processo de recampanização presente no Assentamento.

A emergência em torno do *tempo livre* se deve, inicialmente, ao entendimento de como as sociedades urbanas foram sendo absorvidas pela lógica instrumental do tempo em relação ao trabalho e com o solapamento das possibilidades de descanso, de prazeres (seja estar com a família, com os amigos, nos bares, festividades e outras atividades que fossem de seu agrado) e de desenvolvimento pessoal dos trabalhadores.

Perante tal instrumentalização, o *tempo livre* foi se constituindo como uma temporalidade fora do trabalho e livre de obrigações, destinada ao tempo social, ao lazer ou simplesmente à ociosidade ou preguiça.

A pertinência e a atualidade do debate em torno do tempo livre nos conduzem a refletir essa dinâmica na contemporaneidade e na peculiaridade de como este se constrói no Assentamento do Contestado.

3.1 A TEMPORALIDADE EM SEU DEVIDO TEMPO

Quando pensamos no *Tempo*, certamente, estamos diante de um termo abstrato, de uma sensação infinita, uma coisa ou algo que não nos permite sentir,

ouvir ou ver, mas que, por outro lado, nos circunda e atua em nossa vida tanto como indivíduos, quanto sociedade. Talvez por isso, a experiência do tempo tenha sempre perpassado desde a antiguidade até a modernidade pelos escritos de teólogos filosóficos (Agostinho, 2015), de historiadores (Hourdin, 1961; Armesto, 2000; Gombrich, 2000), entre outros (Eliade, 1957).

Pensar e retratar a natureza do *tempo* ao longo da história da humanidade nos levaria a recorrer detalhes atinentes a cada etapa do seu desenvolvimento nas mais diversas sociedades, desde as “ditas” primitivas até as consideradas “avançadas”, exigindo um trabalho específico e robusto. Porém, apesar da importância dessa discussão, a abordagem se apoia na especificidade do campo sociológico, encontrado a partir do debate teórico de pensadores que irão refletir a sociedade do século XVIII, principalmente pós Revolução Industrial.

3.1.1 Sobre o tempo: A perspectiva dos clássicos da sociologia.

O interesse pelo fenômeno *tempo*, as especulações e constatações advindas da influência deste, tanto na vida intelectual quanto na vida cotidiana das diferentes sociedades, suscitou reflexões e repercutiu nos escritos dos pensadores clássicos da sociologia como Durkheim, Weber e Marx. Nessa perspectiva, tais autores nos fornecem elementos consideráveis para compreensão e concepção teórica da categorização do tempo para o entendimento social.

A construção de pensamento de Durkheim (1996) justifica a categoria *tempo*, primeiramente, por este ser fundamental ao andamento da vida coletiva, dada a universalidade, a necessidade e a aplicabilidade à todo o real. Em segundo, por sua aceitação ter origens sociais reafirmadas por ideias e instituições coletivas que se sobrepõem à mera experiência individual, reafirmando o papel e o caráter peculiar que exercem as próprias representações coletivas. Para o autor, tais representações “são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas ideias e seus sentimentos” (Durkheim, prefácio XXIII, 1996), e que, portanto, são levados em conta as experiências e saberes adquiridos pelas gerações precedentes.

Em sua obra “*Formas Elementares da Vida Religiosa*”, o autor trata esse assunto como rico em funções sociais, direcionando, dividindo momentos da vida e objetivando a temporalidade social. Nesse sentido, a categoria *tempo* pode ser representada em âmbito pessoal ou impessoal. A primeira estaria na ordem da consciência individual nas quais questões do nosso passado poderiam vir à tona no presente. A segunda classificação de Durkheim sobre o *tempo* recai em uma representação abstrata gerada pela organização social, dado que

é como um painel limitado, em que toda a duração se mostra sob o olhar do espírito em que todos os acontecimentos possíveis podem ser situados em relação a pontos de referência fixos e determinados. Não é o meu tempo que está assim organizado, é o tempo como é objetivamente pensado por todos os homens de uma mesma civilização. Apenas isso já é suficiente para fazer entrever que uma tal organização deve ser coletiva. E de fato, a observação estabelece que esses pontos de referências indispensáveis, em relação aos quais todas as coisas se classificam temporalmente, são tomados da vida social. As divisões em dias, semanas, meses, anos, etc..., correspondem a periodicidade dos ritos, das festas, das cerimônias públicas. Um calendário exprime o ritmo da atividade coletiva, ao mesmo tempo que tem por função assegurar sua regularidade. (DURKHEIM, 1996, p.17).

No caso dos assentados do Contestado, a posição de Durkheim se vê confrontada quando os laços sociais no interior do grupo apresentam um referencial temporal (festas, confraternizações, cerimônias etc), como um dos fatores de regulação social, fragilizadas por creditar às influências advindas de determinadas linhas ou crenças religiosas às atuações sobre o comportamento dos indivíduos, limitando-os de participar de determinados eventos pelos simples fatos de haver bebidas alcoólicas, como constata-se na fala de T4

Teve um ano que a gente fez cerveja caseira, por exemplo, sem álcool, refrigerante caseiro pra ver se o pessoal né?... , então há essa dificuldade de conseguir muitas vezes motivar as pessoas pra evitar aquela ideia de nossa vida é só trabalhar e não tira esse tempo pra outras coisas”

Se Durkheim (1996) partiu para pensar o tempo como categoria geral e relevante para coesão social, Max Weber – em seu ensaio “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, nos traz um viés econômico a respeito da temporalidade na vida em sociedade. Para ele, havia o *tempo* vivenciado sob a lógica de um sistema econômico “tradicionalista” no qual toda condução relacional entre empresário, trabalhadores e a freguesia era essencialmente tradicional, ou seja, pautado em um comodismo entre as partes envolvidas.

Os produtos vendidos pelo camponês ao empresário e deste aos seus fregueses obedecia a uma cadeia de temporalidade de acordo com a quantidade de produção vendida e a disponível nos estoques. O contato de compra e venda podia ser realizado através de visita pessoal à clientela e com longos intervalos, ou por trocas de correspondência para envio de amostras. Weber (2004) relata, também que em tal fase havia um clima de cordialidade entre a concorrência e de concordância quanto aos princípios básicos do negócio, a fim de propiciar deste modo, “visita diária à taberna ou ao café para o trago do fim de tarde e o encontro com os amigos”. (WEBER, 2004, p.59)

Não obstante, o *ethos* “tradicionalista” comercial da época, na tentativa de obter mais lucro, também se via representado quando o empresário moderno intentava obter de seus “operários” o máximo de rendimento no trabalho pela perspectiva de salário tarefa. No âmbito da agricultura, essa estratégia era nítida quando, em período de colheita, a máxima intensidade de trabalho influenciava diretamente na perda ou nas oportunidades de maiores lucros, visto a incerteza climática imbricada a esse processo. Por isso, com fins de objetivar lucro, os empresários usavam o sistema salário por tarefa na ânsia de aumentar suas receitas. Entretanto, a tentativa de elevação de pagamento por tarefa não resultou em maior produtividade no mesmo espaço de tempo, o que se reconverteu em aumento remunerativo, porém levou à diminuição da produtividade. Weber ilustra essa ocorrência da seguinte forma

O homem que, por exemplo, à razão de um marco por jeira na ceifa de trigo estivesse acostumado ali a ceifar duas jeiras e meia por dia ganhando assim 2,50 marcos por dia, depois que a remuneração por jeira foi aumentada em 25 Pfenninge ele passou a ceifar não as três jeiras como seria de esperar a fim de aproveitar a oportunidade de ganho maior; em vez de ganhar 3,75 marcos- o que seria perfeitamente possível- o que ele fez foi passar a ceifar menos, só duas jeiras por dia, já que assim ganhava os mesmos 2,50 marcos de antes e, como lá diz a Bíblia, “com isso se contentava”. Ganhar mais o atraía menos que o fato de trabalhar menos; ele não se perguntava: quanto posso ganhar por dia se render o máximo o trabalho? e sim: quanto devo trabalhar para ganhar a mesma quantia -2,50 marcos- que recebi e até agora cobre minhas necessidades tradicionais? (WEBER, 2004, p. 52).

Na perspectiva enunciada, podemos concluir que o tradicionalismo conformava-se na retórica de que viver a vida era mais relevante que passar mais horas trabalhando para a avareza do outro. Contudo, o pensador toma esta etapa como um período de resistência econômica existente no pré-capitalismo.

Os assentados do Contestado que atuam com o modelo de produção agroecológico, dada sua autonomia produtiva, nos demonstram que estão para além de “desfrutar” de alguns momentos de satisfação da vida, pois o que está em jogo não é a ganância e avareza e, sim, o sentimento coletivo que resulta do próprio modo de produção; Nesse sentido, conforme relata o assentado T6

Dessa questão mesmo da gente associar o tempo, muitas vezes é um negócio meio louco, mas parece que eu fazer a agroecologia, a satisfação de fazer, de estar construindo, não sei se é isso que a gente vira, começando entrando no final de semana e todo o tempo, ou tá numa atividade produtiva ou tá numa atividade organizativa né, a satisfação de achar que tá construindo algo novo né, sabendo que tem que ter dedicação às vezes maior porque às vezes vai além da gente né, porque não adianta só eu pensar em fazer a agroecologia desvinculado ao meu vizinho ou desvinculado a uma articulação, isolada, porque daí acaba não acontecendo.

Nota-se que muitos assentados, paradoxalmente, percebem o tempo livre conformado de modo distinto ao “pregado” pelo “espírito capitalista”, mesmo em período laboral, onde atuar com a agricultura não é sinônimo apenas de trabalho, mas, ao contrário, "que pode ser legal, um prazer e lazer".

No *tempo* do mundo moderno, o tradicionalismo se metamorfoseia juntamente com a reforma religiosa, ao colocar a cultura do trabalho e do protestantismo ascético religioso como determinantes para a ritmização do mundo da vida. A temática do *tempo* emerge justamente da análise da significação cultural e do racionalismo do protestantismo ascético. No entanto, para Weber (2004), a reconfiguração social dada pela imersão do incipiente sistema econômico se afirmava pelo *habitus* interior do puritano com a instituição de uma “nova” ordem moral, estilo de vida e vocação para o trabalho com fins de obtenção da graça divina e consolidação do capitalismo, posto nas palavras do autor, ao constatar

[...] que a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso continuado, sistemático, como meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo, comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade da fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito capitalista. (WEBER, 2004. p.156).

Os puritanos, ao defenderem a nova conduta ascética e do trabalho, não admitiam no âmbito da religiosidade a crença em superstições, práticas de magia e nem festas cristãs (reverências à santos, festividades natalinas etc.) e incentivos à arte sacra. No âmbito da arte, como o teatro, somente era tolerável com a exclusão

da nudez e do erótico. Já na esfera esportiva, seria aceito se fosse para apenas descarregar e descontrair “impulsos indisciplinados”, pois o deleite ou o gozo instintivo da vida que afastasse o indivíduo do trabalho profissional e da devoção seria inimigo da ascese racional (WEBER, 2004).

Max Weber também chamou a atenção para a compreensão de que a ordem capitalista gradativamente passou a pautar mais a “vocação” de ganhar dinheiro do que a devoção religiosa, e que para tanto a economia moderna teve que desenvolver um mecanismo reconhecido como “racionalidade econômica” como meio de permanência e consolidação social.

A ênfase no aumento da produtividade, na reorganização dos processos de produção advindos de estudos científicos e no reordenamento do “trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários a humanidade” dariam condições para a consolidação do ideal burguês de controle do tempo.

O fenômeno tempo também é tomado sob outro prisma por Karl Marx (2006; 2007; 2011), em quem ao menos duas perspectivas podem ser evidenciadas. Primeiramente, no sentido de como o tempo passava ser utilizado a partir do pressuposto da produção coletiva via comunismo; em outra, no sentido de como o processo de trabalho relacionado à jornada de trabalho influenciou no desenvolvimento do sistema capitalista.

Nos escritos de Marx (2007), o tempo emerge nas reflexões a respeito de uma sociedade que caminha para o comunismo. A partir da necessidade de visar o equilíbrio entre a organização social e a adequada divisão do trabalho, coube a este último, por sua capacidade de controle sistemático na produção e de intercâmbio material, gerar condições para objetivar o que o autor chama de economia de tempo e, subsequentemente, tempo de “folga” ou de desenvolvimento pessoal.

O autor, ao fundamentar o papel da divisão do trabalho dentro do comunismo, sem desprezar a função do tempo para o desenvolvimento de interesse individual e comum, toma a economia de tempo como primeira lei econômica sobre a base de produção coletiva, voltada na repartição planejada entre os diferentes ramos da produção. Desta forma, Marx aponta que na pressuposta produção coletiva,

A determinação do tempo permanece essencial. Quanto menos a sociedade precisa pra produzir trigo, gado etc., tanto tempo mais ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para o indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer, de sua atividade depende da economia de tempo. Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia. Da mesma forma, a sociedade tem de se distribuir apropriadamente seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como para o indivíduo singular, tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir seus conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade (MARX, 2011, p.119).

Em proximidade a essa noção de economia de tempo, para fins de outras atividades, observamos que no assentamento do Contestado, dando cabo às recomendações e diretrizes do MST nos últimos anos, houve esforço em desenvolver atividades relacionadas ao cooperativismo para promover a aquisição de algumas máquinas que, por seu fator tecnológico, auxilia o trabalhador a gerir sua vida, atenuando a penosidade¹³ do trabalho com a terra, bem como se disponibiliza mais momentos de tempo livre, como na seguinte situação que nos conta T8

que na economia que ganhamos como cooperados atende as nossas necessidades de alimentação e de realizar outras vontades como dedicar um tempo para sentir a natureza que ajudamos a revitalizar, na pausa para reflexão ou simplesmente ouvir o silêncio, pois é isso que nos diferencia da sociedade do barulho¹⁴.

Nas observações e análises de Marx (2007) sobre o capitalismo, as contradições quantitativas e qualitativas do trabalho estavam postas historicamente por meio da divisão de trabalho que alienava o indivíduo e o afastava do interesse coletivo. Esta imposição se dava pela distribuição das tarefas, através da qual cada trabalhador passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado dentro do próprio sistema (Marx, 2007).

¹³ Segundo o administrador responsável da Cooperativa do assentamento do Contestado, a mesma possui 6 tratores pequenos com roçadeira, carreta e enxada rotativa e dois tratores grandes com equipamentos. De acordo com o administrador, a preparação manual de um canteiro de 50 metros pode levar em média de 4 horas. Com a utilização do trator o mesmo canteiro pode ser feito em 5 minutos. Esse fator é importante, pois também contribui para noção de menos penosidade na agroecologia e no sentido dado ao lazer como prazer implícito ao trabalho, como veremos no decorrer da tese.

¹⁴ A sensibilidade presente no depoimento converge ao que o filósofo Han (2017) ao comungar das mesmas ideias de Walter Benjamin no sentido de que a intensa ritmização da vida reproduziria as coisas existentes de forma acelerada e que estaríamos nos encaminhando para o “desaparecimento do descanso, ter-se-iam perdido os “dons de escutar espreitando” e desapareceria a “comunidade de espreitadores” (HAN, 2017, p. 34)”.

Contrapondo a concepção pautada acima sobre o sistema capitalista, Marx e Engels, vislumbram que

(..) na sociedade comunista, onde cada um tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX e ENGELS, 2007, p. 38).

No que diz respeito à relação entre do modo capitalista e a jornada de trabalho, a correlação de ambas trouxe à luz não apenas seus antagonismos, mas as consequências decorrentes da ganância burguesa em detrimento da própria qualidade de vida dos indivíduos – os trabalhadores. Porém, a “formalização” e a regulamentação da jornada de trabalho surgiram de embates históricos entre a classe trabalhadora e classe capitalista.

Segundo Marx (2006) a jornada de trabalho deveria ser variável no sistema capitalista, dado que uma de “suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração da força do trabalho excedente” (MARX, 2006, p.270).

A jornada de trabalho, ainda que seja determinável por um limite mínimo, tem sua limitação relacionada ao tempo gasto na produção e, de maneira alguma, se mostra conveniente ao modo de produção capitalista. No entanto, essa condição levou o capitalista à reconversão da jornada de trabalho pautada na indeterminabilidade. Diante desse abuso, é inconcebível, para Marx (2006), que no período de 24 horas as necessidades físicas de descanso, alimentação, vestimenta, de ordem espiritual ou social, fossem desconsideradas ou relegadas em nome do trabalho.

Ademais, para o capitalista, a indeterminabilidade articulada à extenuante jornada de trabalho se constitui, logicamente, em uma das estratégias para obtenção de seu lucro, que aumenta o capital, cabendo ao trabalhador cada vez mais trabalho. A esse respeito, o autor explica, detalhadamente, o pensamento burguês afirmando que para esse indivíduo

Não tem qualquer sentido o tempo para Educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical,

mesmo no pão dos santificadores do domingo. Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para respirar o ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome o carvão, e a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. O sono normal para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz o capitalista a tantas horas de torpor (apatia) estritamente necessárias para reanimar um organismo absolutamente esgotado. Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho, ao contrário, é o maior dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso (MARX, 2006, p.306).

O período posterior à Revolução Industrial foi um marco para as transformações econômicas, sociais e culturais em diversas sociedades pelo mundo. O florescimento de uma ordem sob a lógica burguesa capitalista em seu transcorrer acarretaram uma mudança fundamental no tempo na vida dos indivíduos, visto que o trabalho passou a ser um fim, praticamente, obrigatório. Com o desenvolvimento da industrialização, temos a mudança dos costumes sociais, percebido na separação entre casa e do lugar trabalho, no crescimento das vilas tornando-se grandes cidades (surgimentos dos bairros), além da formação de núcleos de estabelecimentos comerciais nas regiões centrais das mesmas. Diante dessa magnitude de transformações sociais, a atenção às jornadas de trabalho (horas) passaram a serem confrontadas com o tempo fora do trabalho, reconhecido como o uso social do tempo livre.

A gama de fatores que fomentou o êxodo do campo para as cidades engendrou nova dinâmica de trabalho que alterou a vida dos homens, mulheres e crianças. A respeito dessa época precedente ou de pré-revolução, dado à sutileza do modo de vida, subliminarmente, podemos verificar a existência de um tempo livre quando Engels (1965, p.26) conta a respeito da existência das relações vicinais, dos jogos, das atividades infantis ao ar livre e da salubridade de que davam aos agricultores caráter de vida distinta da realidade que passaria a ser vivenciada como operário das fábricas.

No mesmo sentido, Paul Lafargue, em 1880 escreveu o panfleto revolucionário o "*Direito à Preguiça*", no qual faz duras críticas aos trabalhadores franceses por se entregarem "de corpo e alma" ao dogma do trabalho. Entre suas indignações, estava o fato dos trabalhadores não se darem conta dos abusos no uso

de sua força de trabalho, tornando-se uma máquina produtiva, que os faz ignorar a vida de prazeres e de diversão. Nessas condições Lafargue (1999) via o trabalho como produtor das misérias sociais.

Entre as soluções propostas pelo autor para o proletariado reverter a condição de vida indigna, estaria a instituição do regime da preguiça através de uma lei que determinasse apenas três horas de trabalho diário, tornando-se, assim, uma forma de resistência ao capitalismo industrial. Desta feita era a “Preguiça, mãe das artes e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas” (LAFARGUE, 1999, p.112).

Contudo, a concepção de tempo livre foi se corporificando ao cotidiano das pessoas, na medida em que o desenvolvimento industrial e as mudanças nas relações de trabalho se coadunaram à lógica de consumo e as percepções dos trabalhadores no século XX. As diferenças “postas” por Marx indicam como se daria a lógica do tempo livre no sistema comunista planejado, em que a liberdade entre desenvolvimento pessoal e coletivo, com “uso produtivo do tempo”, teria sentido como contribuição para a totalidade social, mecanismo esse que no capitalismo é invertido, ou seja, o tempo está relacionado ao trabalho individual e com escopo na formação de riqueza material burguês.

Diante das reflexões dos autores abordados em que as discussões em torno do tempo se dialogam, se complementando, ao mesmo tempo em que se diferenciam em suas perspectivas, ressaltamos que para Durkheim o tempo tem uma relevância institucional e coercitiva na manutenção da ordem social e de representação coletiva que não cabe na formação peculiar histórica do Assentamento do Contestado devido os laços sociais construídos.

Já Weber auxilia na análise desse fenômeno a partir da transição do sistema econômico tradicional para o processo de consolidação do sistema capitalista pelo viés puritano, compreendendo o campo investigado como um espaço onde é possível encontrar e ressaltar elementos que se distinguem de premissas ascéticas reconstruindo subjetividades individuais e coletivas de tempo livre.

Por fim, a leitura marxista aprofundou o olhar nas relações de trabalho, ao focar-se na necessidade do tempo livre para o desenvolvimento não apenas físico individual, como o descanso, mas para o desenvolvimento humano e coletivo como um todo.

3.1.2 Temporalidade e tempo livre na modernidade contemporânea

Demonstradas algumas explicações da sociologia clássica sobre o tempo e sua influência na vida social, seguiremos na abordagem teórica do fenômeno do tempo e de sua ramificação “tempo livre”, a partir dos autores “contemporâneos”. Neste particular, recorre-se às contribuições da Escola de Frankfurt, seguidas das de Anthony Giddens, Norbert Elias e Bauman.

A corrente de pensadores da Escola de Frankfurt, notoriamente, balizada na teoria Marxista, tinha seu escopo na crítica ao capitalismo econômico e sua relação com o campo cultural. Max Horkheimer (1985) e Theodor Adorno (2004), precursores da Escola, dedicaram suas análises às diferentes formas de controle social que o sistema capitalista impunha culturalmente aos indivíduos. Horkheimer via o controle da vida social sob domínio e influência ideológica da burguesia industrial, seja dentro do trabalho ou fora do mesmo, cabendo o “direcionamento” do que deveria ser feito no tempo livre via determinação da auspiciosa indústria cultural, o que para este pensador deveria ser confrontado. Em virtude dessa dinâmica, a crítica à indústria cultural e de diversões se mostrava central para essa corrente de análise.

Entre os frankfurtianos, Theodor Adorno (2002) talvez tenha sido o que mais refletiu a respeito do tempo livre e a indústria cultural. Questionava a real existência do tempo livre e sua correspondente liberdade, dado que a gama de produtos mecanicamente propiciados e guiados a todos os públicos exercia o controle ideológico e comportamental dos indivíduos, pois a indústria cultural tinha como premissa a hierarquização qualitativa e quantitativa de produtos a fim de atender a cada grupo de renda.

Inerente à questão do tempo livre, Adorno observava que sua “existência” para a maioria das pessoas estaria vinculada à ordem do trabalho e que se haveria de considerar o papel social exercido por cada pessoa, para o entendimento de tal fenômeno. Ademais, ponderava o autor, ainda que houvesse uma redução da jornada de trabalho em virtude dos avanços tecnológicos, a elevação do tempo livre e sua influência tenderiam para uma direção contrária ao seu próprio conceito, já que “nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não-livres, como a sua não-liberdade em si mesma” (ADORNO, 2002, p. 113).

Seguindo em suas argumentações, Adorno (2002) fazia severas críticas ao conceito de “hobbie”, considerando-o como prática imperativa para “matar o tempo”, tomada de imbecilidade e de inutilidade nas tendências das atividades de divertimento oferecidas no tempo livre e que, por sua vez, desconsideravam a seriedade e as possibilidades de escolhas fora do trabalho. Assim, para Adorno (2002) os momentos de composição musical, de apreciação de música, leitura, produção intelectual ou outras atividades de escolha íntima, não seriam suscetíveis de serem consideradas como opostas ao tempo livre e sim como substrato do mesmo. E, dentro dessa lógica, para o autor deveria ser possível aos indivíduos efetivarem suas livres escolhas em seus respectivos tempos livres.

O reflexo da aceitação ideológica do “hobbie” era subentendido como negócio do tempo livre. Essa determinabilidade, para o pensador, o fez ter a certeza de estarmos diante de uma noção de liberdade organizada coercitivamente, o que se esclarece, perfeitamente, na seguinte anedota: “Ai de ti se não tens um “hobbie”, se não tens uma ocupação para o tempo livre, então tu és pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e caís em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser o seu tempo livre” (ADORNO, 2002, p.117).

Outra questão de suma importância para a compreensão do pensamento de Adorno refere-se ao estado de letargia no tempo livre, conhecido como *tédio*. Objetivamente, o tédio seria o desespero pela falta da realização de um desejo, do atrofiamento de fantasias e de inadmissibilidade da concretização de uma imaginação que os indivíduos tivessem prazer de efetivá-lo. Isso porque haveria uma lógica conservadora cultural que cerceava e dominava os afazeres dos mesmos, gerando uma aversão ao próprio tempo livre. Nas palavras de Theodor Adorno, o tédio deixaria de existir:

Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas pessoas enquanto seres livres, é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear não precisa ser obtuso, podendo ser beneficentemente desfrutado como dispensa de autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam. (ADORNO, 2002, p.120).

Esse contexto, considerado em relação à vida dos assentados, nos permite refletir acerca de momentos como aqueles no entorno das rodas de conversa e de

chimarrão, ou aqueles de simples escutar os sons da natureza ou de meramente refletir suas subjetividades em silêncio, a serem concebidos como desfrute da vida sem tédio.

Adorno tinha a esperança de que os indivíduos tomem consciência de sua autonomia para que resistam aos imperativos da indústria cultural, e que se “vislumbre aí uma chance de emancipação que poderia, enfim, contribuir algum dia com sua parte para que o tempo livre se transforme em liberdade” (ADORNO, 2002, p. 127). Essa expectativa tem-se mostrado plausível, por exemplo, quando observamos o caso do Casarão, que com sua reabertura após período de reforma interna e externa, passou a ter função exclusiva de disponibilizar diversas atividades artísticas culturais.

Nesse espaço, em que há uma programação mensal com a intenção de atrair os assentados de diferentes faixas etárias para sua utilização, as atividades são planejadas com o intuito de fomentar o senso crítico, como se pode observar na curadoria dos filmes do “Cinema Casarão” (FIGURA 8), onde T1 afirma que a ideia é “tornar uma alternativa de tempo livre pro nosso assentamento, promovendo debates e não passar apenas aqueles filmes famosos que as pessoas da cidade gostam de assistir, sabe?... tem que ter algo relacionado a terra e nossa cultura camponesa”.

FIGURA 8 - PROGRAMAÇÃO CENTRO CULTURAL CASARÃO

CINEMA NO CASARÃO

ABRIL
programação 2019

CINEANIMAÇÃO

CANÇÃO DO MAR

Direção: Tomm Moore
Gênero: Animação
Ano de Lançamento: 2014
Duração: 93 min
País: Irlanda
Classificação: Livre

A Canção do Mar conta a história de Ben e sua irmã mais nova Scorpio - a última criança-foca. Ambos embarcam numa viagem fantástico através de um mundo de lendas e criaturas mágicas, numa tentativa de voltar à sua casa à beira-mar. O filme é inspirado nas 'Selkies' criaturas de origem mitológica do folclore irlandês, que vivem como focas no mar, mas em terra tornam-se humanas.

05/04 08h20

CINEARTE

AQUARIUS

Direção: Kleber Mendonça Filho
Gênero: Drama/Nacional
Ano de Lançamento: 2016
Duração: 142 min
País: Brasil
Classificação: 16 anos

Clara, 65 anos de idade, é uma escritora e crítica de música aposentada. Ela é viúva, mãe de três filhos adultos, e moradora de um apartamento repleto de livros e discos no Bairro de Boa Viagem, num edifício chamado Aquarius. Interessada em construir um novo prédio no espaço, os responsáveis por uma construtora conseguiram adquirir quase todos os apartamentos do prédio, menos o dela. Por mais que tenha deixado bem claro que não pretende vendê-lo, Clara sofre todo tipo de assédio e ameaça para que mude de ideia.

10/04 20h

CINEMA DA TERRA

CURTA AGROECOLOGIA 2

Produção: Articulação Nacional de Agroecologia
Gênero: Documentário/Nacional
Ano de Lançamento: 2017
País: Brasil
Classificação: Livre

Quatro documentários sequenciados:
• Geraís (22 min)
• Minha vida é no meio do mundo (30 min)
• Sempre vive (25 min)
• Tocado terra (24 min)

16/04 20h

CINELATINO

MACHUCA

Direção: Andrés Wood
Gênero: Biografia/Drama
Ano de Lançamento: 2004
Duração: 116 min
País: Chile/Espanha/França/Reino Unido da Grã-Bretanha/Irlanda do Norte
Classificação: 12 anos

Chile, 1973, inspirado no governo de Salvador Allende, o diretor de um renomado colégio decide implementar uma política que faça com que alunos pobres também estudem no Saint Patrick. Um deles é Pedro Machuca que, assim como os demais, fica destacado em meio aos outros alunos da escola, em meio a uma briga. Gonzalo é provocado a bater em Pedro, mas se recusa e ainda o ajuda fugir. A partir de então nasce uma amizade entre os dois garotos, apesar do abismo de classe existente entre eles.

23/04 20h

Centro Cultural Casarão – Assentamento Contestado – MST/Lapa-PR

FONTE: MST (2019).

Embora se considere como fator positivo o intento de se preencher o tempo livre no Assentamento do Contestado, pelo usufruto de atividades culturais como o “cinema no casarão”, percebe-se que há, de um lado, uma curadoria responsável pela programação. Esta curadoria está engajada em disponibilizar, no caso dos filmes, produtos que não fazem parte da grande indústria cultural. Considerando os aspectos teóricos, tal ação aproxima-se aos propósitos de Adorno (2002) no sentido de se confrontar a obediência aos imperativos da referida indústria cultural que impõe o que deve ser consumido, derivado de sua produção reguladora da vida material e espiritual, aniquilando as habilidades e criatividade das pessoas no tempo livre.

Por outro lado, temos que considerar que essa emancipação tem seus limites a partir do momento em que há um grupo determinando no assentamento que direciona o que deve ser assistido ou consumido. Ainda que as intenções sejam as de propiciar atividades de lazer no campo artístico com elementos seletivos, que se afastem do modelo tradicional presente no cotidiano de vida urbana, a

necessidade social do preenchimento do tempo dos assentados não deixa de estar atrelado a certo controle institucional dos atrativos disponibilizados e de seu tempo, tendo-se, desta forma, um traço comum com o direcionamento produzido pela indústria cultural, neste caso para o tempo livre urbano.

Erich Fromm é um destacado autor que herdou de Horkheimer e Adorno as premissas, o resguardo e as teorias desenvolvidas dentro da Escola de Frankfurt. Embora mais ligado aos estudos de psicanálise, Fromm nos apresentou com algumas ideias e críticas em relação ao homem, o trabalho e o tempo livre. Nesse sentido, seu pensamento era o de se “construir” outra “humanidade” que não se deixasse prender pelo trabalho e consumo. Também, apontava que o propósito de tudo que se criava para o consumo, seja para fins de “lazer, automóveis, viagens, televisão, sexo”, tinha o único objetivo de “devorar o mundo” (FROMM, 1976, p.45).

Para Fromm, o trabalho exerce um duplo efeito: o de evitar o tédio e o de tornar o próprio trabalhador numa mercadoria alienada, que se entregava de corpo e alma ao consumo alienante. Para reverter esse processo, ele assinalava que somente com a superação da fragmentação do tempo da vida social (tempo de trabalho, de lazer, da política, da vida pessoal etc..) e com a incorporação de práticas sociais mais humanistas e conscientes de seu papel é que tal reversão se oportunizaria, deixando-se assim os indivíduos de ser uma mercadoria.

Ainda considerando uma possível reversão desse sistema, para o autor seria necessário, junto a uma mudança psíquica, um novo ordenamento social. Para Fromm, uma nova sociedade de uma nova humanidade só será possível se as “antigas motivações com base no lucro, poder e intelecto forem substituídas por novas motivações: ser, participar, compreender; se o caráter mercantilista for substituído pelo caráter criativo, amoroso...” (Fromm, 1976, p.194).

Jurgen Habermas, outro expoente da Escola de Frankfurt, na obra *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, analisou como a esfera pública burguesa se colocava entre o Estado e sociedade e como ela iria se tornar parte do setor privado. Nessa perspectiva, o autor construiu seus argumentos desde o desenrolar da transição econômica feudal até as relações econômicas de mercado e suas consequências. Para ele, teria sido, no decorrer desse processo, que os interesses do poder público iriam se fazer prevalecer sobre uma sociedade privatizada.

Entre algumas das entrelinhas do arcabouço desse seu pensamento, observou Habermas que as mudanças correlatas entre as referidas “esferas” não simbolizavam uma radicalização no fenômeno do tempo livre, já que o “tempo de lazer permanece preso ao tempo de trabalho como seu suplemento” (HABERMAS, 2003.p.190).

Além disso, Habermas (2003) também chamou a atenção para o papel das novas comunicações, as quais iriam fazer com que as ocupações do público consumidor de cultura no tempo de lazer suprimissem algumas discussões de forma privada. Para Habermas (2003), o rádio, o cinema e a televisão promoveriam gradualmente o desaparecimento da letra impressa (livros, revistas e jornais).

O autor argumentava que as novas mídias modificavam a forma de comunicação no sentido estrito da palavra, bem como atuavam de um modo mais penetrante do que foi possível à imprensa. As novas mídias cativam o público enquanto ouvinte e espectador, mas, ao mesmo tempo elas lhes retiram a possibilidade de “emancipação”, ou seja, talvez até mesmo as suas chances em poder contradizer. O raciocínio do público-leitor dá tendencialmente lugar ao “intercâmbio de gostos e preferências de consumidores, inclusive ao falar do consumido, “a prova dos conhecimentos do gosto”, torna-se parte do próprio consumo” (HABERMAS, 2003, p.202).

A respeito dessa transformação no comportamento cultural, haveria uma reeducação do público que pensa a cultura, para o público que consome a mesma. Nesse sentido, para Habermas, por pertencerem a um status elevado medido por critérios de posição profissional, de renda e de formação escolar, o consumo de cultura dos indivíduos sobe quase que em proporção direta à sua classe social, ou seja, sobe para além daqueles grupos de status mais baixo e também daqueles entre a população rural.

Jurgen Habermas tinha aproximações com a base de pensamento frankfurtiana ao que tange sobre o tempo livre determinado pelo trabalho, dominado pelo consumo e sistema cultural. Nesse quesito, a sua contribuição tenha se diferenciado de Adorno, dada a ênfase atribuída por Habermas à classe burguesa, segundo a qual a produção e a apreensão de mercadorias seriam direcionadas e abarcadas por indivíduos com um status mais elevado. Por outro lado esse autor se

aproximaria de Adorno quando o mesmo indica que muitos produtos servem para classificar e ordenar os consumidores com o intuito de padronizá-los.

Na era digital, em que a internet e as redes sociais a cada dia tornam-se mais presentes na vida das pessoas, a referida massificação de consumo dos mesmos elementos culturais seguiu persistindo, havendo, porém, uma elitização cultural que se mostra por uma diferenciação dos valores dos objetos culturais consumidos. Deste modo, o cinema pode ser uma das facetas dessa dinâmica cultural, onde milhares de pessoas das mais diferentes classes sociais consomem o mesmo produto (filme), mas o que os diferencia é o espaço e o caráter social onde se consome.

Entre as interpretações teóricas que Giddens (1991) desenvolveu em seus escritos, que aqui vemos como preponderantes, consideramos sua explicação sobre como vem ocorrendo praticamente o estreitamento do distanciamento do tempo e espaço em plena modernidade. Para tanto o autor parte da noção que, em sociedades pré-modernas, o cotidiano das pessoas fluía dentro de limites espaciais e de temporalidade dominados pela “presença”, dado que a mobilidade e a comunicação eram limitadas.

Para Giddens, o advento da modernidade constitui-se de inovações de ordem tecnológica nas áreas de transporte (aviões, trens, carros etc.), de sistemas de comunicação (telefones, computadores, informações eletrônicas etc.), bem como de avanços da robotização no meio industrial e nos sistemas agrários (podemos pensar nos mapeamentos de satélites, maquinários, tratores, fertilizantes, adubos etc). Para o autor, isso culminaria numa espécie de conjunção de fichas simbólicas (em suas diferentes formas para circulação de capital, como o dinheiro), tal qual em um sistema de peritos (com acentuada especialização profissional).

Para o autor, essa nova concepção têm influenciado diretamente nas localidades, fenômeno que para ele seria “fantasmagórico”, posto que promoveria locais completamente moldados e penetrados por influências sociais longínquas, o que acarretaria no esvaziamento do tempo, ou seja, em um tempo não mais conectado ao espaço. O autor atribui a esse contexto aquilo que ele denomina desencaixes sociais, que consistem no “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e em sua reestruturação através de extensões definidas de tempo-espaço” (GIDDENS,1991, p.29).

Uma das implicações desse pensamento está no entendimento de que toda e qualquer sociedade se sujeita a uma dinâmica “homogeneizante”, não se conferindo ao tempo suas “diferenciações” no interior das diferentes sociedades, ao generalizar a afirmação de que as diferentes sociedades estariam sujeitas a esse processo.

Não discordamos completamente de que as incontestáveis inovações tecnológicas possam, por vezes, transformar radicalmente a noção do espaço e dos comportamentos humanos, quase que simultaneamente em diferentes sociedades. Ilustrativamente. Veja-se o caso do Assentamento do Contestado, onde a tecnologia comunicacional tem interferido diretamente nas sociabilidades internas, como nas participações em reuniões de núcleo em que alguns assentados têm deixado de ir pessoalmente às mesmas, preferindo contribuir ou solucionar as demandas pelo Zap (termo comumente usado para se referir ao Whatsapp) com explica o assentado T10,

hoje tem um outro negócio que com essa tecnologia que vem, as pessoas querem conversar tudo por zap, tudo por zap e daí não consegue mais olhar mais a cara das pessoas, tão olhando só pro que tá escrito nesse trem e isso tá afastando, esse é o isolamento total. Até uns três meses atrás, eu e a T1. fomo de confronto, de frente com quem tava dizendo que quem não tem zap tá fora do mundo, que são pessoas atrasadas, aí enfrentamos isso, teve um dia que falei pro P., falei P. que tem dois movimento dentro do assentamento, eu falei o pessoal que não quer saber desse troço aí e o pessoal que acha que vai tocar o movimento com esse negócio...me desculpe quem tiver com essa visão de que o movimento vai andar com isso aí, porque isso a hora que começar dar interferência nesses negócios aí, povo não vai ter escrito, não vai saber, as pessoas não vão defender esse negócio aí, então aqui que tá o vazio né, porque a partir do momento que o zap não toma o chimarrão, que o zap não come um pé de moleque, que o zap não chupa uma laranja, que o zap não conta uma piada, morreu morreu...aí isso as pessoas não vão aprender a contar sua história do seu dia dia, aí eu freei né cara, eu freei até pra ver o nível de entendimento das pessoas, daí o zap aceita tudo, até palavra que não devem ser dita...mas enfim isso é um novo jeito, uma nova realidade... mas esse momento vai fazer diferença desse jeito, o cidadão, o dirigente, os militantes vão ser críticos? Vão ter a coragem de enfrentar o debate, crescer dentro do debate?

De acordo com esse depoimento, vemos que a dinâmica inerente à nova ordem tecnológica tem se mostrado influente no Contestado, expondo como o uso do referido aplicativo engendra um comodismo, na visão dos assentados de geração com mais idade, acostumados com uma resolução via encontro pessoal, para toda e qualquer situação relevante ao cotidiano do assentamento. Notamos que essa condição criada pelo uso de novas tecnologias comunicacionais mostrasse numa

tendência de aflorar o conflito geracional, na medida em que a maioria dos assentados tem aparelhos celulares que os permitem conectar-se às formas de relações virtuais disponíveis no sistema. A respeito dessa imersão nas redes sociais, a jovem assentada T3 conta que

ando muito viciada em redes sociais, meu rendimento escolar caiu muito comparada a outros anos, ou seja, meu tempo livre acaba se tornando algo não muito bom pra mim... mas na última semana, como estou sem celular estou conseguindo no meu tempo livre realizar atividades diferentes, como ler pelo menos uma hora ou estudar

De fato, vemos que as interações interpessoais no Assentamento do Contestado também estão sujeitas a influência direta de produtos da modernidade, como o celular, onde reafirma-se, assim, como retrato da incorporação da dinâmica comunicacional em seu lado mais “perigoso”. Desse modo que, por vezes, afasta-se o contato íntimo entre os indivíduos, atribuindo-se ao tempo livre a introspecção nas sociabilidades, visto que em respostas de nossos interlocutores o uso do celular predomina com ênfase na referida ramificação do tempo.

O pensador Norbert Elias basicamente reconhece o *tempo* com uma função de coordenação e integração social, regrada pelas coerções externas e senso de autodisciplina (regulações de conduta), além de ser orientação física e social que se reverbera através das sensibilidades humanas.

Para Elias (1998), a expressão *tempo* não deixa de ser uma construção inerente a uma ordem social evolutiva, no sentido de ser um encadeamento de acontecimentos perceptíveis socialmente representados simbolicamente. Nesse sentido, o autor explica que nos primeiros estágios civilizatórios o *tempo* era passivamente determinado e a relação de natureza externa dava o condicionamento do comportamento humano (por exemplo, ao escurecer, deitamos e, ao amanhecer, levantamos). Porém, como se estivéssemos diante de um fluxo contínuo de tempo, o autor ressalta que a modificação desse processo se deu, justamente, com a necessidade dos próprios homens produzirem seu alimento, sendo na etapa primitiva da civilização agrícola, onde a aquisição gradativa de conhecimento sobre o manejo de culturas vegetais fez com que a humanidade adotasse formas ativas de determinação de tempo, sobrepondo-se em relação aos fatores de ordem natural ou cosmológica.

Esse autor ainda explica que, no decorrer do desenvolvimento das sociedades industriais, cada vez mais os ritmos biológicos tornaram-se estruturados e regulados pelo processo de organização social, exige-se por parte dos indivíduos intensa adaptação do funcionamento físico-biológicos às demandas da estrutura regulatória disciplinar social. Nesse aspecto, reforçamos que em nossas observações sobre o cotidiano dos assentados do Contestado, a rigidez e verticalidade do tempo representam-se quando uma demanda produtiva tem que ser cumprida e nas atividades inerentes às obrigações sociais como a de horário escolar ou atividades junto ao movimento. Fora disso, a maleabilidade e controle de tempo obedece a critérios próprios, estabelecendo-se um equilíbrio entre os deveres e obrigações tanto com as “externalidades” que direciona por vezes seu ritmo de vida como no controle das interferências nas “internalidades” de seu modo de vida.

Para o sociólogo Zygmunt Bauman (2016), diferentemente dos períodos pré-modernos nos quais os trens corriam previsivelmente em círculos, vivencia-se uma rápida modificação na temporalidade da vida, como se estivéssemos diante de um novo trilho, ajustado para veículos de alta velocidade. Com isso, a perspectiva que se tinha de que a modernidade seria sucumbida por uma nova era cai por terra, pois a realidade nos tem propiciado presenciar uma espécie de remodelação ou “reciclagem” das promessas modernas (segurança, progresso, bem estar da humanidade, liberdade etc.) e, nesse sentido, o autor declara que “foi em nosso tempo que a promessa original da modernidade alcançou a fruição plena” (BAUMAN, 2016, p.77).

Bauman verificou que esta velocidade temporal tem determinado as regras do jogo da vida racional, na qual a experiência de viver tem sido a todo momento “invadida” em termos mercadológicos por novos produtos que são projetados para breve obsolescência; e que, nos âmbitos relacional e identitário, inegavelmente estamos diante de transitoriedades e pluralidades de opções (estilos e gêneros) diferentes das identidades herdadas, a extinção da obrigatoriedade de se estabelecer compromissos de longo prazo, e a não fixidez dos modos de vida são alguns elementos que condizem com a abertura de possibilidades do presente.

Desta forma, para o autor, estaríamos diante, praticamente, de um presente perpétuo, como em um jogo da vida que nos faz

Recusar-se a “se fixar” de uma forma ou de outra. Não se prender a um lugar, por mais que a escala presente possa parecer. Não se ligar a vida a uma vocação apenas. Não jurar coerência e lealdade a nada ou a ninguém. Não controlar o futuro, mas se recusar a empenhá-lo: tomar cuidado para que as consequências do jogo não sobrevivam ao próprio jogo e renunciar à responsabilidade pelo que produzem tais consequências. Proibir do passado se relacionar com o presente. Em suma, cortar o presente nas duas extremidades, separar o presente da história. Abolir o tempo em qualquer outra forma que não a de um ajuntamento solto, ou uma sequência arbitrária, de momentos presentes: aplanar o fluxo do tempo num presente contínuo (BAUMAN, 1998, p. 113).

Já Thompson (1998) entende o tempo camponês dependente da quantidade de tarefas para dar conta da produção de alimentos e da forma como se estabelece a divisão do trabalho. Segundo o autor, ainda que o tempo em algumas sociedades camponesas a regulação de tempo de trabalho independa do relógio, “é visível a transformação de orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado”(THOMPSON, 1998, p.272). Nesse sentido, ao se fazer uma aproximação com nosso campo de pesquisa, isso nos leva a considerar que, no Assentamento do Contestado, a organização social camponesa também está sujeita à regulação instrumental da dinâmica urbana industrial. Quando, por exemplo, o tempo de produção tende a obedecer ao “contrato de entrega” de produtos acordados com instituições estatais ou locais de distribuição e compra dos mesmos, refletido nas palavras de T5 “tem horas que fica apurado pra colher que nem dá tempo pra almoçar ou tomar um chimarrão” e T10, ao pontuar que “por causa do PNAE no dia de semana fica mais fácil tirar folga” acarretando na redução de tempo livre. Isso nos mostra que há contrapontos, se por um lado há o domínio de produção conciliada à utilização do calendário biodinâmico (que veremos a respeito adiante), por outro há uma demanda externa interfere no ritmo de trabalho e do tempo dos assentados, acelerando-os e os tornando-os inseridos na lógica mercantil do capitalismo.

Por fim, a contribuição dos pensadores da Escola de Frankfurt, especialistas com alinhamento teórico marxista, histórico, filosófico ou até mesmo da psicologia social, trouxe reflexões sobre o tempo livre e o tempo de trabalho ou alienante. Ao mesmo tempo, a mesma expôs as contradições produzidas pela indústria cultural em âmbito econômico ou cultural, as quais se mostram atuais para o entendimento da sociedade moderna ocidental. Enquanto que a abordagem de Elias percorreu a construção histórica da medição temporal que de uma maneira ou outra transforma as ordens morais e simbólicas em dado período, ainda que de modo lento e

gradativo. E que com as análises dos tempos atuais de Giddens e Bauman, foi evidenciado a velocidade das mudanças, principalmente de ordem econômica e cultural, e de como “penetram” em “novos” tempo da vida.

3.2 O LAZER: É EXCLUSIVIDADE DA VIDA URBANA?

Na contemporaneidade, o campo conceitual de *Lazer* está correlacionado ao tempo livre ou de não trabalho e dificilmente ao tempo do próprio trabalho. Nesse sentido, o fenômeno do lazer teria emergido a partir do contexto da lógica urbana industrial do início do século XX (em parte da Europa). A partir da reestruturação do trabalho e do progresso técnico dessa época - aliados à relativa emancipação social obtida pela redução do tempo de trabalho para oito horas, tais elementos foram fundamentais para se buscar formas de evasão e de desenvolvimento de atividades de lazer aos trabalhadores, reforçando-se, desta forma, o caráter do tempo livre ou do tempo liberado¹⁵.

A conceituação do fenômeno foi compreendida como função de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão, sendo idealizada pela escola de sociologia do lazer francesa, na qual seu expoente Dumazedier (1979) apontava o lazer como:

Um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com respeito às necessidades do corpo e do espírito dos interessados: lazeres físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais, dentro dos limites de condicionamento econômico social, político e cultural de cada sociedade (DUMAZEDIER,. 1979, p.92)

Porém, salienta-se que na formulação de tal construção de pensamento, o autor desconsiderava o lazer como prática social possível em sociedades rurais camponesas, pois “as pausas, cantos, jogos, cerimônias evidenciam que entre o trabalho e repouso o corte não é nítido” (DUMAZEDIER, 1979, p.26).

Entretanto, perante esse entendimento de lazer pautado na dicotomia tempo de trabalho e tempo livre, embasado pelo autor (1979), os dados coletados junto aos

¹⁵ A noção de tempo liberado também advém da perspectiva um pouco diversa aos autores já enunciados, Roberto Boullón (2006) parte da noção de tempo não-livre com a finalidade de qualificar, quantificar, esmiuçar e explicar como as atividades laborais, fisiológicas (dormir, comer, tomar banho, etc.) e sociais (religião) constituem uma série de elementos obrigatórios do cotidiano dos indivíduos em que se ocupa e reduz o *Tempo Livre* e, conseqüentemente, o *tempo de lazer*..

assentados do Contestado mostram-nos outra noção. De acordo com as seguintes afirmações de interlocutores, como T12, “o trabalho eu sinto prazer no que eu faço, é meu lazer”, assim como, temos o lazer como prazer para além das coisas objetivadas:

lazer é você ter a liberdade de decidir o aquilo que você quer, ter o prazer de receber e ir visitar ou receber o companheiro, e uma coisa que nós campesino cuida muito é tratar as pessoas como a gente gostaria de ser tratada, e isso é prazeroso, não é que nem as pessoas que moram na cidade, que os compromisso e a vida corrida impede de conviver com as pessoas. (T12)

Em consonância a esses depoimentos, entre outros que veremos no capítulo seguinte, pode-se perceber que o fenômeno do lazer no meio rural obedece a outras lógicas, relacionadas a um tempo que flui pelo prazer, seja no trabalho, no valor do convívio ou na vivência em outros espaços, os quais não delimitam o sentido de *lazer*.

Em seu ensaio “*Tiempo libre y exploración capitalista*”, o intelectual italiano Gianni Toti (1975) traz à tona algumas críticas aos procedimentos de pesquisa do lazer e de tempo livre propostos por Jofre Dumazedier (1974; 1979), já que não apresentavam grandes avanços na análise qualitativa do sistema cultural. Para Toti, as pesquisas de caráter quantitativo careciam de perspectiva revolucionária ou de transformação que levasse em conta os movimentos da própria história, das ideias coletivas, das organicidades das realidades micro e macrossocial e que, inclusive, reverberassem no incentivo à capacidade criativa e humana. Para Toti:

que el hombre no se rompa em fracciones temporales, que defienda su integridad, y procure cultivar una idea unitária de la existencia, teniendo como el objetivo el de realizar la conjunción entre el hombre y el trabajo y el hombre de libertad o, mejor dicho, de transformar el tiempo de trabajo en tiempo libre creador, superando em la historia la divergência entre trabajo manual y trabajo intelectual, entre cantidad y de calidad de trabajo. La solución de los problemas del tiempo libre no se encuentran en los “centros funcionales especializado”, ni en poner a disposición de las masas las llamadas instalaciones de diversión para el mayor numero de personas; en el fondo esto es lo que la sociedad neo-capitalista quisiera y quizás inclusive pudiera conseguir, regulando todo el tiempo del hombre integrado y dividido en hombre de trabajo y hombre de diversión planificada” (TOTI, 1975, p.193).

Desse modo, os elementos presentes no Assentamento do Contestado têm aproximações com as ideias de Toti, principalmente quando se tem, na natureza do tempo, elementos que não se enquadram na verticalidade dicotômica entre tempo

de trabalho e tempo de lazer ou livre, pois se permite considerar tudo pertencente a um só tempo.

No Brasil a centralidade conceitual do lazer esteve por longo período ligado aos preceitos da sociologia do lazer francesa. Somente ao fim do século XX, através de debates, encontros e congressos acadêmicos refletindo o lazer como um campo de influência nas vivências e experiências cotidianas, seria iniciada uma mudança de enfoque conceitual e um redimensionamento do fenômeno no Brasil, apresentando-se como

uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo.” (GOMES, 2004, p.125).

Com isso, de acordo com o conteúdo da autora, aponta-se o papel cultural inserido no tempo de lazer, como uma forma de ampliação de valores e motivações para a vida social, mas ainda alicerçada sob a dicotomia temporal. Em perspectiva próxima de Gomes (2004), Marcellino¹⁶ revela que

[...] ao lado de divertimento e do descanso, pode ser um tempo desenvolvimento pessoal e social, ou seja, um tempo privilegiado para a vivencia de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para solapar a estrutura social (MARCELLINO, 2007, p.7).

Diante desse gradativo desenvolvimento conceitual, ainda se entende o lazer a partir da lógica imperativa da racionalidade instrumental, bem como o lazer que dialeticamente se opõe ao trabalho e que permite, às vezes, as escolhas individuais ou coletivas a depender do âmbito cultural e social vigente.

Com respeito a esse arcabouço teórico sobre o lazer, verifica-se que está relacionado basicamente a partir do espaço social urbano, desconsiderando a heterogeneidade desse fenômeno em especificidades regionais. Não obstante, Toti (1975) reforçava que o tempo livre e o lazer deveriam estar intimamente conectados às mais diversas atividades humanas, da mesma forma com que o valor da autonomia, da consciência e da orientação ideológica e política poderiam pôr fim a imposições, desigualdades e dicotomias do sistema capitalista.

¹⁶ Marcellino toma como base o sociólogo Renato Requiza (1977) que compreende o lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivencia e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social.

Enfim, para nossa pesquisa, as contribuições dos autores mencionados fornecem elementos para se refletir como se constitui o lazer na especificidade do Assentamento do Contestado. Nele, consciente ou inconscientemente, a percepção divisória entre tempo de trabalho e tempo livre muitas vezes não fica tão reconhecida, e que trabalho e lazer, bem como ócio e voluntariado, podem ser parte de um mesmo processo e de uma mesma sistemática de vida, conforme será analisado adiante.

3.3 O TEMPO E O TEMPO LIVRE NA TEORIA SOBRE O CAMPESINATO

O objetivo desta seção, de modo geral, é apresentar como a literatura acadêmica tem evidenciado os elementos que perfazem o tempo e o *tempo livre* dos camponeses, ainda que a própria concepção de tempo livre não tenha sido aprofundada em sua especificidade como fenômeno relevante para pesquisas sobre o modo de vida rural. Entretanto, graças às pesquisas etnográficas ou sociológicas com escopo nos elementos socioculturais camponeses, o tempo livre aparece representado em virtude de sua relação com o trabalho, com os lazeres, entre outras formas simbólicas que se manifestam na constituição tal fenômeno.

Inicialmente faremos uma abordagem sobre sentido do tempo na vida rural sob a perspectiva teórica de Woortmann (1990), que pauta-se na noção de como os tempos modernos são usados para restabelecer o tempo tradicional dos camponeses (que ele denomina de campesinidade), assim como, nos efeitos sobre as subjetividades dos mesmos. Congruente a isso, como argumento central, o autor defende que o valor da produção cultural da família relacionada com a natureza e o trabalho interferem diretamente na construção do tempo social. Nesse sentido, de sobejo, o autor reflete comparativamente sobre

[...] esses sitiantes com agricultores ítalo-brasileiros da região de Araras (SP), onde a representação tradicional da terra como patrimônio da família é a base da modernização produtiva e da prosperidade econômica. Tem-se, então, de um lado, uma descontinuidade construída intencionalmente, isto é, a interrupção estratégica do tempo da tradição para restaurar a tradição e, com ela, a continuidade em outro momento futuro. Neste caso, o do sitiante, o futuro é a volta ao passado. De outro lado, tem-se que a continuidade da tradição, no plano da representação da terra como valor, torna possível uma mudança, isto é, a passagem de fraco para forte. Aqui, o futuro é a mudança pela manutenção do passado (WOORTMANN, 1990, p.19).

Com isso, podemos entender que haveria um tempo que “obedecia” a uma lógica utilitarista mercantil e, que, prontamente atendidas as necessidades econômicas retomaria à ordem tradicional do modo e do tempo da vida, assim como estaria impelido ao processo transitório para a economia de mercado, incitaria a resistência ou geraria incômodo à camponês pela perda de seu modo de vida tradicional.

Quanto à subjetividade da camponês relacionada ao tempo, Woortmann parte da noção de Sítio para explicar, por exemplo, que dentro deste espaço podemos nos deparar com as necessidades de trabalho sendo satisfeitas através da troca de tempo pela via, normalmente, festiva e recíproca da ajuda mútua (no caso mutirão) e que tornaria esse interior do sítio uma troca de tempo, que “além de responder a uma necessidade prática, possui também um significado simbólico: não se está apenas produzindo um roçado; está-se reproduzindo uma comunidade” (WOORTMANN, 1990. p.32). Outras subjetividades constatáveis e atinentes a estes momentos de troca se dão pelo fortalecimento da moral interna na comunidade sendo consolidada através do entrelaçamento das representações simbólicas entre terra, trabalho, famílias e alimento. Nesse sentido, Woortmann aponta que

Naquela fazenda goiana, mostra a autora, a troca restaura, simbolicamente, um tempo mitificado e procura trazer para dentro desse tempo os "tempos modernos", o "tempo de transformação", expressão local de uma "grande transformação" que aqueles protagonistas tentam domesticar. A troca entre os homens é a continuidade da troca com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz os alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral. (WOORTMANN, 1990, p.38).

Nesse contexto da subjetividade camponesa o autor alerta, dialeticamente, que no sítio, o que é central é a “oposição entre negócio e o princípio de reciprocidade; no mundo dos engenhos, o que é central é a oposição entre o negócio e a sujeição moral.” (WOORTMANN, 1990, p.41).

Woortmann (1990) também discorre sobre o tempo a partir das seguintes lógicas: Uma destas seria a que se tem o domínio do modo de produção, onde se obtêm, desta forma, autonomia de controle do processo de trabalho que, por sua vez, recai ao controle do tempo. Isso, de certo modo, reafirma a liberdade que a natureza da atividade oferece, acima de tudo, a “autonomia, segundo os agricultores, significa ter margem de em relação ao uso do tempo” (BRANDENBURG, 1999, p.129). Além disso, existe a interessante lógica

proveniente da relação intra-familiar que pode ser simbolizada pelo tempo que, comumente, se representa quando

o pai doa ao filho que está se tomando adulto um tempo para que ele possa, pelo trabalho, acumular os recursos necessários ao casamento. Diz-se que o pai “dá o tempo”. Com o casamento, o pai doa o chão de roça e o chão de morada isto é, os espaços onde irá se desenvolver um novo tempo de família; o filho fica residindo no sítio paterno, onde deverá agora “dar o tempo” para o pai” (WOORTMANN, 1990, p.42).

Essa condição contrasta com a situação de quem é trabalhador rural que vende sua mão de obra para outro, ou em condição de agregado, por exemplo, pois o tempo de duração de seu trabalho não é o tempo de todo o processo produtivo controlado pelo agricultor e, conseqüentemente, o tempo de família. Portanto, essa diferença, objetivamente, nos mostra que sendo um “trabalhador agrícola”, ele não realiza subjetivamente o trabalho enquanto um valor cultural. Ademais, o trabalhador rural ou agregado, ao adentrar na lógica mercantil de relação de troca com a terra, por vezes, perde-se o sentido da reciprocidade valorativa moral, para se entregar ao “tempo da ambição”. Ainda dentro dessa dinâmica, para Woortmann se faz necessário considerar aqueles casos quando se está dentro de uma propriedade de um grande fazendeiro, onde estes soltam suas

“criações de gado no roçado do morador e fazem com que este seja obrigado a trabalhar para o fazendeiro mais dias que o considerado adequado, fazendo com que o pai agregado não mais desse conta da direção dele, isto é, o tempo do fazendeiro invadia o tempo da família do pai, configurando-se o cativoiro” (WOORTMANN, 1990 p. 45).

Parece-nos importante a apresentação e contribuição de Woortmann ao expressar como podem pensadas as classificações, denominações e assimetrias no sentido de quem “domina” ou “lida” com o tempo. Todavia, suas ideias nos mostram o viés da temporalidade não apenas ligadas a uma percepção dual ou econômica, mas, sim, como “espelhos do tempo” que refletem as peculiaridades simbólicas e subjetivas no interior dos diferentes modos de vida camponesa presentes no rural brasileiro.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) também se atentou para a prática social comum, de quando havia necessidade de acelerar a contento um trabalho determinado ou recorrer ao auxílio dos vizinhos. Deste modo, Queiroz pontua que o chamamento para o desbravamento, semeadura e colheita tinha duas funções básicas: de solidificar ou dar coesão comunitária; e de fortalecer o sentimento de

reciprocidade. E é nesse contexto que o mutirão (termo designado quando há o trabalho da vizinhança em conjunto) ao promover o aceleração da dinâmica de trabalho, de plantio e de colheita de áreas maiores, ao mesmo tempo, se metamorfoseia em uma grande festividade assim descrito pela autora

Os sitiantes chegam acompanhados pela família; os homens vão trabalhar na roça, as mulheres se encarregam da cozinha. À noite, reúnem-se todos para jantar e a festa começa: cantigas, danças, desafios, etc. A função social do mutirão é patente: um fator de reunião e, assim, reforça a coesão social. O mutirão dá também ao sitiante o sentimento das fronteiras geográficas do bairro e de suas divisões internas. Para responder aos apelos do vizinhos, é obrigado a percorrer o bairro em todos os sentidos. Se desinteligências existem entre os habitantes, sabe por quem será convidado e por quem não o será. Adquire assim a noção do conjunto do grupo da vizinhança, e a noção de sua posição social nos diversos subgrupos (QUEIROZ, 1973, p.55).

Com isso, penso que o resumo dessa “ópera” estão afinadas aos escritos de Wolf, que afirma que “as relações sociais, de qualquer espécie, nunca serão exclusivamente utilitárias ou instrumentais. Toda relação social está cercada de construções simbólicas que servem para explicá-la, justificá-la e regulá-la” (WOLF, 1976, p.20).

Wolf (1976) também traz à tona a questão do tempo, mais precisamente, que ele denomina “economia de tempo”. Porém, não no sentido utilitarista economicista do termo, mas do empenho e do tempo que o camponês disponibiliza para o “reparo de suas ferramentas, para afiar suas facas, vedar seu depósito de armazenamento, para cercar seu curral, para colocar ferraduras em seus animais de trabalho e talvez até mesmo construir um espantalho que manteria os pássaros mais atrevidos fora de seus campos” (WOLF, 1976, p.19), além de outras pequenas tarefas que exigem dedicação fora do trabalho no cultivo. No viés visualizado pelo autor, transparece um tempo que se concretiza na elaboração, utilização e manutenção dos meios necessários para o funcionamento do processo produtivo, e penso que pode significar ao menos duas condicionantes: prazer ou satisfação de se disponibilizar tempo para a realização de tais equipamentos; ou simplesmente ser contabilizado como uma necessidade utilitária comum ao processo produtivo alheio às expressividades subjetivas, ou seja, tudo gira em torno da propriedade.

Retomando a ótica na subjetividade, na obra “*Cruz das almas*”, a pesquisa sócio antropológico de Donald Pierson (1966), ao retratar as minúcias do cotidiano social da pequena Vila rural próxima à cidade de São Paulo, nos propiciou uma

leitura atenta aos mais diferentes aspectos que conformam o tempo livre daquele local. E através de seu olhar, ele percebeu que os “grupos de conversação” eram o principal meio de contato na comunidade.

Pierson (1966) nos conta que sociabilidades no tempo livre da Vila ocorriam normalmente entre às 17hs e 20hs eram constituídos em três grupos de conversação, inclusive, de ordem misógina, dado que a participação das mulheres era vedada. Um grupo era formado na participação dos homens considerados “ponderados” que se concentravam na venda de seu Sebastião, onde conversavam sobre política, agricultura, corte de lenha, construção de estradas e anedotas. O segundo grupo se reunia no botequim da Vila, onde os jovens confraternizavam a base de bebidas, jogos de cartas (truco, bisca ou escopa) e, às vezes, até um “chorinho” musical. Ali, diferentemente do primeiro grupo, as conversações eram breves. E o terceiro grupo reunia-se na padaria, também conformados por jovens, mas que passavam o tempo dialogando sobre mulheres, futebol, caçadas e festas. Aos sábados, seguem a mesma dinâmica dos encontros semanais, porém com a presença de outros sítiantes e filhos mais velhos que aparecem em Cruz das Almas. Contudo, para o autor, o dia que onde a mudança era notória e que havia “renovação periódica da vida coletiva é simbolizada aos domingos pelo número de pessoas avistadas nas ruas” (PIERSON, 1966, p.217).

O que chama atenção nas descrições do autor, são os detalhes de como determinados hábitos que se arraigaram socialmente, talvez, sejam notadas mais facilmente nos momentos de tempo livre em locais públicos do que no interior de algumas propriedades, pois os próprios comportamentos observados à distancia permitem que a naturalidade se sobreponha à “teatralidade” das atitudes artificializadas no interior das casas ou dos diferentes grupos perante o pesquisador (GOFFMAN, 1999).

Giralda Seyferth (1974) sistematizou a vida social dos colonos alemães no Vale Itajaí-Mirim em Santa Catarina, analisa como o papel institucional para preservação da tradição decorria das festividades municipais com fins de reunir todos os colonos, desde os cidadãos, camponeses e parentelas da região seja para dançar, ver espetáculos, ouvir chistes etc. A autora (1974) relata que a grande festa conhecida como Schutzenverein, “não era a festa de uma sociedade recreativa, mas era a festa da colônia. Desciam todos de carroça para ir participar...Quem quisesse

encontrar alguém que há muito não via, bastava ir ao Schutzenfest” (SEYFERTH, 1974 p. 89). Esse evento promovido pela Sociedade dos Atiradores, reconhecida por seu papel na colonização alemã no sul do Brasil e no fortalecimento social entre colonos distantes, também foi determinante para a disseminação de associações recreativas (canto, tiro ou ginástica) em toda a região do Vale, afinal nesses momentos se criavam as condições para se discutir sobre a vida pública comunitária.

Ainda Seyferth também nos conta que a cooperação entre vizinhos, no caso dos colonos alemães, não era como se dava em outras partes do país em que o foco se dava nas atividades relacionadas à produção agrícola, mas, sim, no trabalho comunal para limpeza e construções de estradas, capelas, escolas e casa para novo proprietário de lote. No caso deste último, a autora sublinha que

Quando a construção chega a cumeeira (e a casa está praticamente pronta) é realizada uma festa da qual participam os trabalhadores que auxiliaram e suas famílias. Chamava-se Rischtfest – a festa da cumeeira: o proprietário da festa oferecia comida e bebida, seguindo-se de danças, cantos e brincadeiras. (SEYFERTH, 1974, p.93).

Em uma perspectiva com semelhanças e aproximações ao apresentado, José Vicente Tavares dos Santos (1978), em seu estudo *Colonos do Vinho* relata o modo de vida rural de colonos descendentes dos imigrantes italianos do bairro de São Pedro, localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, em seus momentos produção, nas solidariedades vicinais e nas festas do tempo cíclico e cosmológico que davam o ritmo do cotidiano social.

Santos (1978) versa que no âmbito da solidariedade as práticas de auxílio mútuo se desenvolviam na forma clássica do mutirão que, localmente, se denominava de “puxirón”, no qual todos os habitantes do bairro, espontaneamente, se colocavam a disposição para reconstruir uma casa, um galpão, um curral ou qualquer outro bem indispensável à família, ou ainda, para agilizar um ciclo agrícola.

Evidentemente, como contrapartida por parte dos auxiliados se realiza uma festa como forma de agradecimento e, desta forma, deixando-se subentendido que haveria reciprocidade da família no caso de que aqueles que a ajudaram viessem a sofrer perdas ou danos em sua propriedade. Desta feita, estas formas práticas solidárias são estratégias de manter a coesão coletiva. Se o “puxirón” ocorre coletivamente, outra forma de mutirão vigente em São Pedro se dá na “troca de

serviço” que se desenrola diretamente entre vizinhos, e cuja retribuição seguiria o tempo de trabalho mensurado em jornadas, como explica o entrevistado ao autor: a “troca é ele me dá um dia, depois eu vô dá o dia de novo pra ele” (SANTOS, 1978, p.36), formando-se, em ambos os casos, uma rede de solidariedade.

Quanto à jornada de trabalho, Santos (1978) observou que o processo de trabalho camponês nos parreirais abrangia o período entre maio e dezembro, com jornadas que variavam entre 9 a 12 horas por dia, principalmente nos períodos de colheita (fevereiro e março) consideravam-se os mais extenuantes. Por outro lado, os meses de janeiro, abril e maio eram “épocas” de descanso dos parreirais e que, conseqüentemente, alteravam o ritmo de trabalho de todo o agrupamento familiar camponês, permitindo que os membros da família disponibilizasse sua mão de obra para atividades “acessórias” para obtenção de rendimentos. Entretanto, ressalta Tavares dos Santos, que a questão de ordem econômica não era tida como essencial e de entrega total ao mundo do trabalho, pois também se valorizavam os períodos de calma laboral, onde a diversidade de elementos que compunham o “tempo livre”, era percebida como vital para a sociabilidade local, expressas nas atividades lúdicas e de lazer como muito bem caracterizado a seguir

O bairro rural de São Pedro é um espaço onde as casas estão dispersas, mas em que há um centro de referencia social, a “sociedade”. Para lá se dirigem os homens, no sábado e domingo à tarde: jogam cartas, bocha, “48” (uma variante de jogo de bochas), bebem, contam estórias, conversam, trocam informações sobre os negócios da uva e vinho, sempre conversando em dialeto. As mulheres somente comparecem à sociedade no domingo à tarde, conversam e às vezes cantam. Aos domingos de manhã, as famílias à missa na igreja da vila próxima. O catolicismo é a religião dominante na Região, com enorme influencia sobre os camponeses. Mas ir à missa é também oportunidade de encontrar-se com amigos e parentes distantes, conversar, e, traço, constante em todas as reuniões, ocasião de trocar informações sobre os negócios da uva e do vinho. Entre as formas de sociabilidade, há ainda a “festa do padroeiro”, realizada no próprio bairro rural, no mês de outubro, e totalmente organizada em comum pelos habitantes do bairro. A festa do padroeiro tem significado propiciatório, sendo realizada no mês de outubro quando inicia a brotação da parreira e quando são frequentes as precipitações de granizo, a maior ameaça natural para a cultura da parreira[...] A sede- “a bodega” – é uma casa de madeira com um bar, um salão com mesas compridas, uma churrasqueira do lado de fora, logo em seguida, uma cancha de bocha coberta e outra ao ar livre. A “sociedade” é administrada por três “friqueiros”, eleitos pelos sócios em voto secreto para um mandato de dois anos” (SANTOS, 1978, p.160).

A dinâmica comunitária em São Pedro nos fornece o entendimento de como uma prática de produção comum como nos casos da uva e do vinho, engendrava

uma sociabilidade que tornava mais fácil a coesão social no sentido de trocas de experiências e companheirismo.

Os mutirões por se darem coletivamente ou de modo vicinal se mostraram diferenciados ao que vimos no caso estudado na colônia alemã em Itajai-Mirim, tendo em vista que nesta não havia solidariedade com as atividades de cunho agrícola. Mas, por outro lado, as formas de associação demonstradas nos referidos casos, nos evidencia a preocupação na união dos laços patrióticos e de preservação de práticas culturais parecidas e inerentes às mesmas.

Por último, a meu ver a investigação de Santos chama atenção por sua percepção com relação à jornada de trabalho que conseguiu conciliar, em certa medida, a perspectiva teórica marxista do modo de produção no campo, articulando-se às subjetividades dos camponeses, com certas aproximações da teoria weberiana (ético-subjetiva) dentro do sistema capitalista. Talvez, ainda, seja um dos olhares sobre campo que trate os dados quantitativos do modo de produção capitalista imbricado ao tempo na lógica dualista com o trabalho com dados qualitativos, sobre o modo de vida do bairro estudado, em uma dialética de aceitação e recusa comunitária, como, assim, nos explica

No conjunto, a construção de uma utopia comunitária pelos camponeses de São Pedro marca outra face de sua consciência. Por um lado, a valorização da propriedade da terra e da autonomia do trabalho significam a reelaboração particular que fazem da ética capitalista do trabalho e, portanto, constituem a subjetivação da consciência necessária do sistema. Doutro lado, a construção de uma comunidade no nível de vivência nega a consciência necessária do sistema. Doutro lado, a construção de uma comunidade no nível da vivência nega a consciência necessária do capitalismo (SANTOS, 1978, p. 164).

Seguindo o conjunto de pesquisas sócio-antropológicas não podemos deixar destacar a obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido. Nesta obra, o autor relata sobre a cultura rústica tradicional do homem do campo, desde sua autonomia de trabalho às sociabilidades de bairros rurais, ressaltando que estes últimos, se caracterizam por serem formados de grupos rurais de vizinhança com estrutura fundamentada nas sociabilidades caipira¹⁷ “vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e atividades lúdico-religiosas” (CANDIDO, 1979, p.62). Nesse contexto, Candido traduz perspicazmente

¹⁷ Para Antonio Candido a denominação de caipira remete conceitualmente ao de sitiante, assim como, de posseiros e agregados para definição de uma “economia caipira” (1979, p.79).

a funcionalidade da temporalidade no modo de vida caipira. Segundo suas constatações, as coesões das relações sociais formadas no do bairro se constituíam ou advinham de uma estrutura de trabalho muitas vezes fragilizada, que sem apoio técnico para minimizar as condições precárias de plantio, por vezes, engendrava o sentimento de desamor ao trabalho e de desnecessidade de trabalhar. Por outro modo, isso era compensado nos momentos de lazer que, por sua vez, funcionava como fator positivo de equilíbrio bio-social (CANDIDO, 1979). No entanto, justamente a esse respeito, o autor, resumidamente, esclarece que esse momento

[...] proporcionava oportunidade para caça, coleta, pesca, indústria doméstica – no setor da cultura material. E para a cooperação, festas, celebrações, que mobilizavam as relações sociais. O lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, isto é, ser condenado ou culpado, segundo é costume” (CANDIDO, 1979, p. 87).

E seguindo nessa esteira, para corroborar com sua afirmativa a respeito do costume como fator primordial nos modos de vida dos bairros, Candido menciona o trabalho F. Nardy Filho que na área Ituana observou

que todo mês de maio era consagrado à Santa Cruz, com rezas diárias e muito pouco trabalho. Não espanta, pois, que tenha podido escrever: “Se para a maioria a semana conta seis dias úteis, para o nosso jeca conta apenas quatro. No sábado ele não vai à roça, fica em casa preparando os seus avivamentos de caça e pesca, ou em preparativos para ir domingo à vila; na segunda ele descansa da cansa de domingo.” E acrescenta como conhecedor prático do assunto: “Não quero dizer com isso que seja um vadio. Não em absoluto, simplesmente não é ambicioso e providente.” Desambição e imprevidência devem ser interpretadas como maneira corrente de designar a desnecessidade de trabalho, no universo relativamente fechado e homogêneo de uma cultura rústica em território vasto (CANDIDO, 1978, p.87).

Antonio Candido constatava que havia outra lógica de trabalho permeando a vida do camponês caipira. Nos bairros rurais próximos a São Paulo, por serem territórios com etnias miscigenadas (ainda que tenha havido forte presença colonial italiana na região) e pelo fato que as diferenciações culturais presentes nos modos de vida desses locais, o não empenho ou amor ao trabalho, se deviam as condicionalidades precarizadas para efetivação da mesma. Em contrapartida, o uso do tempo para o lúdico e o religioso eram, nitidamente, formas de esquecer ou mitigar “desgraça” das condições produtivas. Parece-me que não há dúvidas que, em tais momentos de subjetividades e solidariedades, o fortalecimento social enobrece o sentimento comunitário representado simbolicamente, em suas trocas de

alimentos e no fazer a comida, nos jogos, nas brincadeiras, na pescaria e nas festividades de cunho religioso que a vida social se demonstra recompensada.

Assim, a observação sobre o papel que o costume exercido nas sociabilidades dos bairros que também se diferencia de outros olhares sobre a vida no campo brasileiro.

Navegando por outros trabalhos investigativos em torno dos elementos de simbólicos do *tempo* na vida camponesa, Mintz ao escrever a trajetória de vida de *Taso, el trabajador de la caña* através de sua sensibilidade captou o cotidiano de vida de um trabalhador rural em Porto Rico, mais precisamente, na região sul do país, no povoado de Jauca, em um bairro de mesmo nome, onde em sua zona rural a plantação de cana de açúcar mobilizava a força de trabalho local.

Para tanto, essa obra investigativa nos apresenta como a força e riqueza interior do trabalhador de cana se sobrepunha às dificuldades socioeconômicas propiciadas pelo capitalismo agrário monopolista. Também adentra na cultura social desses trabalhadores de cana matizada por valores e crenças fundamentais para a manutenção social comunitária, por mais que estivessem sob influências de transformações decorrentes dos sistemas produtivos que induzissem a individualização, estremecendo as tradições e o modo de vida do bairro.

Nesse contexto, Mintz (1988) constatou, através de suas entrevistas e observações como o tempo fora do trabalho era designado pelos pesquisados. Deste modo, partindo da noção dualista que distingue o tempo de trabalho e tempo fora que pode ser designada como tempo livre, em Jauca a denominação para tal fenômeno era mencionado como tempo de safra versus *tempo morto*, assim explicado a seguir

Durante el *tiempo muerto* se recuerda más el pasado, se pesca más, se dedica más tiempo a pensar em como ganarse un centavo adicional. En las casas se descubren pequeños tesoros que se habían pasado por alto antes porque no eran tan importantes durante la safra: unas gallinas escuálidas, un chivo melancólico, quizás hasta un pato. Hay un palito de limón detrás de casa de Don Cosme, que dará grandes cantidades de frescos de limón. Y si el café escasea de verdad, se puede beber hidionda que crece por todas partes. Los polvos para el dolor de cabeza pueden que sean mejores, pero algunos dolores de cabeza se curan com una cataplasma de hojas de naranjo pasadas por aceite. Cheo tiene un panal de abejas; y si uno tiene un cumpadre pescador, puede que riciba de regalo algo de caray que no pudo vender o usar por la mañana. Um poco de maiz engoradará a los jueyes, y los hijos atenderán las trampas para jueyes durante la estación de lluvias. La tierra está tupida de caña y los patios secos y estériles, pero se vê un árbol aqui un arbustito Allá, todavía que uma gallina ponedora, y hay pulpos en las rocas de los islotes. Todo parece pertenecer a la Coporación

Aguirre, pero todavia que um poco que pertenece a la gente (MINTZ, 1988, p. 80).

Do mesmo modo que Donald Pierson, Mintz (1988) também retratou o cotidiano dos indivíduos do Bairro de Jauca, que durante a semana, após o jantar que ocorre no fim de tarde, na vida social se verificava que as ruas se convertiam em locais para encontros afetivos e diálogos entre amigos, sendo esse direito não cabia às mulheres casadas que deveriam ficar em casa. Nos bares o fluxo de pessoas não é fixo e sim rotativo, o que fazia com que as pessoas perambulassem, aproximadamente, até umas 21hs. Os sábados à noite era especial, “son dias de pago...las velloneras se escuchan hasta tarde en la noche, y gente de todas las edades baila” (MINTZ, 1988, p. 74). Já aos domingos tudo fica mais tranquilo: alguns se dedicavam à religião, a contemplação do mar e das pessoas de fora do bairro que iam passar o domingo para nadar e movimentar o comércio local. O autor observou que em períodos de entressafra, se esperava, ansiosamente, a safra para “ganar dinero para pagar las deudas del último y prepararse para el próximo” (MINTZ, 1988, p. 76).

Através da literatura clássica do campesinato descobrimos outras dimensões em torno do tempo e de como pode ser compreendido o tempo livre em diferentes situações no meio rural. O conteúdo orienta que o tempo tem variantes que sobrepõem o viés dado pela dicotomia entre tempo de trabalho e de não trabalho, pois há uma diversidade temporal que decorre da economia de tempo não utilitarista, das representatividades dos momentos recreativos, festivos, religiosos que reforçam o caráter peculiar e temporal de cada espaço ou localidade rural, do ambiente vivido caracterizados por Woortman e demais pesquisadores.

Em função dos elementos apresentados em tal literatura e pela aproximação com observado em nosso objeto de estudo, o futebol, a bocha, o baile, outras sociabilidades e até mesmo trabalho como rol constituintes das formas de lazer e do tempo livre, foram elencadas para fazer parte de nossa órbita de análises do próximo capítulo.

3.4 OS ASSENTADOS DO CONTESTADO: O RETRATO DA RECAMPENIZAÇÃO

Em decorrência das novas dinâmicas ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas do século XX, tem-se verificado a modificação não só no tecido

social familiar rural, como em suas relações sociais e em seus espaços em que vivem.

Na medida em que a modernização agrícola continua avançando sobre a fronteira e transformando o campo, no contrafluxo desse processo revigora-se a resistência camponesa, como uma representação identitária de um modo de vida que confronta a verticalidade imposta pelo capital. Por esse motivo, se faz necessário um olhar sobre o campo não apenas em perspectiva meramente econômica, pois as realidades e peculiaridades presentes no meio rural também se caracterizam em âmbitos culturais e ambientais.

Precedentemente, Chayanov (2014) atentava para a perspectiva econômica camponesa como teor da sua realidade social e como diferencial em relação à empresa de ordem capitalista, visto que sua produção advinha da força de trabalho de base familiar para cultivar o solo e obter o produto bruto de sua exploração, caracterizando-se como estrutural social e econômica específica. Entretanto, na atualidade, o modo de vida camponês apresenta algumas particularidades que não rechaçam a esfera econômica, mas que a concebe como mais um dos elementos em confluência com a preservação sociocultural e seus valores do homem do campo, como nos explica Woortmann

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica (WOORTMANN, 1990, p.23).

Pelo que foi exposto, o autor também reflete sobre a importância da ordem subjetiva do camponês, na qual a moral se sobrepõe ao pilar da racionalidade instrumental e mercadológica. Assim, mesmo que muitos camponeses tenham sido levados a migrar temporariamente para as cidades, ou a realizar atividades de trabalho volante ou como bóias-frias, ou ainda outras atividades relacionadas à setores de serviço ou nas indústrias, para Woortmann e outros pensadores (Woortmann, 1990; Brandenburg, 1999; Gorgen 2009), algumas tradições familiares e históricas permaneceram arraigadas.

Nesse sentido, a identidade camponesa tem permanecido no interior de cada sujeito, com seus valores simbólicos, seus signos e seus saberes, o que lhes

permite, quiçá, manter a vontade de retornar ao campo. De acordo com tais circunstâncias, para Marques (2016), embora muitos camponeses brasileiros sejam migrantes e expropriados da terra, seus vínculos com suas origens, com seus familiares e a manutenção de algumas tradições religiosas reforçam a resistência identitária.

Outra característica inerente ao “camponês brasileiro” condiz com a miscelânea de famílias ou grupos sociais, os quais por vezes não se denominam como camponeses, mas que com eles se identificam, dado o modo de reprodução social, de produção, de consumo na unidade familiar e de relativa autonomia. Segundo Carvalho (2005), os sujeitos desse contexto seriam compreendidos como posseiros, povos tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais etc.) açazeiros, arrendatários, foreiros, serranos, caboclos, colonizadores (povos do sul) e recém-assentados da Reforma Agrária.

Entre essa diversidade de sujeitos ligados à cultura camponesa e para além da ordem dos valores e da moral, boa parte dos assentados do Contestado enquadram-se em um dado um contexto socioambiental, onde a sua qualidade de vida, bem como o seu desenvolvimento de produção com equilíbrio ecológico, faz, desses assentados, sujeitos de resistência perante as pressões do mercado agrícola e do desenvolvimento da industrialização do rural.

Desse modo, o reordenamento social e produtivo tem convergido para a reafirmação de uma condição camponesa, pautada na independência dos agricultores, para a sua permanência no meio rural. Por isso, nessa mudança no modo de agir, sentir e pensar, e na busca em reafirmar sua autonomia para confrontar os imperativos das privações e dependências (PLOEG, 2008) verifica-se que os Assentados do Contestado como representantes de um processo de recampanização.

Através de tal processo, também se pode demonstrar como o modo de vida camponês está longe de ser engessado em suas práticas produtivas. Dada, por exemplo, a compreensão de como e de qual “natureza” (fauna/flora) se desenvolvem as práticas agrícolas, em terrenos de distintas situações, que fazem desse camponês o detentor de um capital de conhecimento que se contrapõe a uma visão empresarial capitalista.

Ademais, no Contestado, com a arte de dominar os acertos e de refletir e dialogar sobre os erros com os demais camponeses, o redirecionamento no processo de desenvolvimento de trabalho se conforma como uma estratégia coletiva. Deste modo, pode-se constatar que o processo de recampenização materializa-se nas práticas articuladas com as lutas em defesa da biodiversidade, em prol do reconhecimento produtivo e de autonomia tanto no modo de vida como no modo de produção.

Portanto, a recampenização traz consigo a confrontação ao modelo perverso de produção econômica sobre o social e o ambiental

Questionando uma visão da agricultura, que a considera como simples campo de investimento de capital, que privilegia, em consequência, a quantidade produzida e a produtividade dos fatores produtivos, estes agricultores, defendem um modelo fundado sobre a qualidade dos produtos, propondo um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas. Produzir qualidade supõe, nesta perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional, que resulta da confluência do saber técnico aprendido, com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados” (WANDERLEY, 2004)

Portanto, mesmo diante da complexidade de permanência no campo, o modo de vida camponês, na especificidade do Assentamento do Contestado, demonstra que a autonomia não vinculada a empresas agroindustriais, bem como a capacidade de articular práticas agrícolas tradicionais com as novas dinâmicas produtivas, vem marcando seu papel dentro de uma estrutura fundiária. Atreladas a esse enfoque, as maneiras como se trabalham e como se combinam as premissas de preservação ambiental, de cultura e de centralidade política que metamorfoseiam o próprio espaço social rural fazem dos assentados o retrato da própria recampenização.

Por isso, nesse contexto, uma questão que emerge: em que medida o assentado, enquanto sujeito de um processo de recampenização, reproduz uma condição de vida camponesa no qual o tempo livre ou o lazer conjuga diferentes dimensões decorrentes do uso do tempo?

Enfim, no decorrer deste capítulo apresentaram-se alguns elementos que direcionam e pontuam a temporalidade de vida do camponês assentado distinto ao modo de vida urbano. Ainda que devido às demandas engendradas dessa inter-

relação campo e cidade, constata-se no decorrer de nossa pesquisa a maleabilidade dos assentados para adaptar seu tempo ritmo de vida as exigências externas.

No capítulo a seguir apresentam-se mais elementos que conformam a temporalidade dos assentados do Contestado, articuladas as análises sobre os materiais coletados em campo.

4 O TEMPO NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO

Neste capítulo nosso objetivo é analisar o sentido do tempo livre para o grupo de camponeses do Assentamento do Contestado que atua com o sistema produtivo agroecológico, discorrendo sobre o sentido desta prática produtiva e sua relação temporal a partir da percepção dos mesmos.

Na sequência estaremos analisando o entendimento do tempo para os assentados dentro de dimensões institucionais coletivas, como a influência da “religiosidade” no assentamento, o futebol como elemento estratégico para coesão interna e “empoderamento” de gênero, assim como de relacionamento externo à comunidade.

Também trataremos das festas e bailes com seus saudosismos e função de lazer. Analisaremos como os processos de participação política são reconhecidos como disponibilidade de um tempo de entrega ao movimento social e como a temporalidade é percebida a partir de fatores relacionados ao tempo livre e lazer, relações intrafamiliares e trabalho.

Neste sentido, foca-se nestas dimensões considerando a proximidade com a literatura do campesinato, que reitera as relevâncias das mesmas. Ainda, desta conformação analítica, enfatiza-se que levamos em conta os relatos dos assentados e as observações feitas em campo.

Reforçamos que por motivo de preservação de identidade dos interlocutores, adotamos como diferencial de gênero os signos T1, T3, T5... para designar a fala das mulheres e T2, T4, T6... para a fala dos homens.

4.1 A AGROECOLOGIA COMO FILOSOFIA DE VIDA E TRABALHO.

Inicialmente pretende-se evidenciar o significado da agroecologia como uma prática agrícola adotada pelos assentados do Contestado para a construção e desenvolvimento do projeto socioambiental, que redimensiona o papel do trabalho e da vida no campo, frente à dinâmica destrutiva do processo produtivo conservador. Através dessa conjuntura, apresentam-se alguns elementos que respondem à nossa indagação sobre em que medida a introdução da agroecologia sua transformação do tempo de trabalho e, conseqüentemente, do tempo livre dos assentados.

De modo geral, no Assentamento do Contestado, aproximadamente sessenta¹⁸ por cento das famílias camponesas têm se dedicado ao modelo agroecológico de produção. Os envolvimento familiares que se ocupam diretamente com o estabelecimento rural são os mais variados, podendo estarem todos os membros do núcleo familiar envolvidos na produção, os “chefes” de família e suas esposas, as mulheres solteiras ou divorciadas e os seu filhos, ou somente os homens, como no caso de solteiros ou divorciados.

Observamos que as mulheres estão em maior número e desempenham múltiplas funções, conciliando atividades na lavoura (roça), seja carpindo, auxiliando no desenvolvimento de canteiro, no processo de colheita e separação das cestas de frutas, legumes e hortaliças para venda direta para clientes ou para entrega na cooperativa. Também em parte do tempo estão em função dos filhos e demais atividades do lar (cozinhar, limpar, etc.).

Já as crianças frequentam a escola e aos poucos se envolvem, aprendem e ajudam os pais na produção agrícola. Os adolescentes intercalam seu tempo na “tarefa” de estudar e na dedicação à lavoura.

Os homens, basicamente, atuam direto na produção agrícola e nas demandas advindas da coordenação do assentamento e da cooperativa.

Também enfatizamos que há situações familiares categorizadas como pluriativas, ou seja, que atuam tanto na agricultura como em outra atividade não-agrícola. Desta forma, mesmo diante da predominância da diversidade de situações familiares, o foco no modelo produtivo agroecológico tem sido difundido e caracterizado como indicador da melhoria da qualidade de vida das famílias.

As atividades produtivas são diversificadas com produções de pequenas culturas como olerícolas, verduras, hortaliças, frutas, gado leiteiro e criações de pequenos animais para consumo familiar.

Seguindo a diretriz do novo modelo preconizado pelo MST de atuar com agroecologia, parte significativa dos assentados do Contestado passou a adotar essa ordem produtiva sustentável com o intuito de confrontar a ordem imperativa do sistema agrícola conservador, na qual entendemos este trabalho como uma proposta de *resistência* de luta pela terra e por melhores condições socioambientais.

¹⁸ Dado obtido junto à direção da Cooperativa do Assentamento do Contestado.

O método de trabalho e a compreensão desse sistema de produção para muitos assentados consistem em retomar o que se fazia em tempos passados, através da sabedoria e da experiência adquirida pela convivência com familiares (avós, pais, tios, e primos), como é pontuada na fala de T1, ao afirmar que a agroecologia que se trabalha hoje “não tem diferença com o tempo passado”.

Para muitos camponeses que atuam com a técnica de cultivo agroecológico desde o início do Assentamento, a retomada para este modelo produtivo não está submetida meramente à ordem econômica instrumental, mas, sim, a estratégia alternativa para o cuidado ambiental e da vida social, como se evidencia nas palavras dos Assentados (T2):

Trabalhar com agroecologia, pra mim, pelo menos né, é mudar o nosso jeito de viver e de se relacionar com o meio, e por isso optemo por trabalhar com algo útil. vamos dizer assim. Encaremo na época há um bom tempo atrás, eu tinha uns 22 anos na época nós plantava fumo produzido com manejo tóxico e isso me incomodava. Foi então que vamo optar por uma produção sem uso de nenhum veneno, de lá pra cá virou minha filosofia de vida, tamo rompendo com o modelo convencional de trabalho, e daí isso um pouco motivado por essa questão mesmo do meio ambiente né, mas também por questão de pensamento de como conduzir no dia dia, ajudar na organização, ajudar com esse foco de cuidar da vida e produzir vida”.

Na mesma esteira de combate ao modelo produtivo conservador, há um entendimento da agroecologia como “uma forma de viver, é uma concepção de viver no campo, é uma compreensão de mundo”, encontrando-se a reafirmação que esse tipo de modo de produção “é filosofia de vida” (T2)..

Por meio de relatos como os citados acima e de tantos outros, percebemos que a agroecologia não se resume a apenas um método de trabalho que remete ao passado e que rompe com o modelo de produção convencional, mas fundamentalmente é compreendido como um projeto produtivo ecológico que tanto contribui fomentando as subjetividades individuais e coletivas para o redirecionamento de vida, quanto objetiva o bem viver dos assentados.

Nesse contexto, quando questionados a respeito da jornada de trabalho e penosidade estaria relacionada à lógica produtiva agroecológica, a fala de T2 revela que ao “trabalhar na horta, limpar uma verdura, catar um matinho, andar descalço, você sai renovado mesmo que você tenha que brigar com a formiga, mas é legal, não é só trabalho, doem as costas, mas é uma coisa que você planta e vê crescer, pois como aqui antes só tinha soja, não tinha uma árvore”.

Também, outros depoimentos nos revelam a diferença existente entre a adoção o modelo de produção agroecológico em relação ao modo de produção conservador já vivenciado pelos entrevistados, como nas falas de T1 e T2, respectivamente, que “quando trabalhava para outro e por empreitada era mais difícil”, ou então:

A terra passa energia positiva, caminhar, isso é lazer e saúde. É mentira que você viver da agricultura é um inferno, as pessoas se matam trabalhando. Isso aqui é um lazer, na lavoura só se mata quem continuar mantendo o veneno, a química, a transgenia, ai ta se matando. Agora essa mudança pra agroecologia, agrofloresta, e você levar em consideração que a terra é que te alimenta, é a terra da vida pra nós, é ela que te da fruta, ela que te da o alimento, ela que te oferece a água, porque sem água você vai morrer, então hoje é lazer... o prazer de comer saudável e boa, sem veneno sem nada né..aquela vontade de plantar, alegria de produzir, de trabalhar na horta, na terra, é outra vida né.. .

Assim, o trabalho com a terra e com a Agroecologia para muitos não é considerado penoso, pelo contrário, é um prazer

O trabalho... eu sinto prazer no que eu faço, eu já vim utilizando a terra vida inteira né, utilizava a terra assim que era dos outros e, no meu caso, e fazia conforme com que os outros mandavam, e hoje a gente faz aqui sente aquele prazer, eu sinto prazer no que eu faço(T2).

Diante dessas percepções e racionalidades atuais construídas socialmente e registradas nos depoimentos, temos uma ordem de trabalho que se reforça pela autonomia camponesa e sobre o processo de recampanização no sentido da noção de reapropriação dos meios de produção trabalhada por Wanderley (2004) e Ploeg (2008), e que se constitui através do sentimento de satisfação que emerge no discurso dos assentados do Contestado.

Essa sensação e concepção dos assentados a respeito do trabalho se diferencia, por exemplo, daquela noção de trabalho camponês, apresentados na obra de Santos de 1978, na qual “A roça é uma vida tristeza, Non é vida boa a roça non. Quando que é noite, a gente tá cansado que não da nem pra dormi. Com a enxada todo dia” (1978, p.61)”.

A noção de penosidade no Assentamento do Contestado se apresenta de modo inverso à atribuição comumente reconhecida e aplicada à vida campesina, pois a prática agroecológica faz o trabalho ser compreendida de forma distinta e entendida como lazer. Neste sentido, penosidade e trabalho se distanciam quando a utilização de máquinas (tratores, “roçadeiras” etc.) auxilia substancialmente no

controle sobre a jornada de trabalho, facilitando o planejamento de tempo dedicado à produção.

Outro fator relevante a respeito do controle sobre o trabalho e da não penosidade do mesmo refere-se à dependência das condições climáticas como nos dias que “o sol ta muito quente, não tem obrigação de sair às uma hora ir lá limpar a roça né, nos cansamos de sentar embaixo das árvore né até tirar duas horas ali, comendo fruta e escutando a natureza (T4)”. Tal depoimento (FIGURA 9) se assemelha ao que ocorria na Inglaterra no período inicial da Revolução Industrial. Engels (1965) expressa aquelas formas de existência e convivência quando os trabalhadores do campo “vegetavam em uma doce e plena existência, e levavam uma vida honesta e tranquila, na devoção a Deus e...não tinham de trabalhar além do necessário, tinham descanso para um trabalho sadio em seu campo ou no jardim (1965, p.26)”.

Novamente reforça-se que, dada à dinâmica técnica produtiva agroecológica, o lazer para os assentados “navega” entre o sentimento de liberdade e de percepção positiva sobre o trabalho, sobrepondo-se ao sofrimento atribuído a vida no campo.

Além desse contexto do assentado poder relaxar e realizar pausas nas atividades produtivas quando se faz necessário, a imagem a seguir (FIGURA 9) também retrata a satisfação com relação à natureza que vem sendo reconstruída nestes quase vinte anos de assentamento. Afinal, na época anterior à ocupação pelo MST, em muitas propriedades a mata havia sido retirada para o plantio de pinus, eucalipto e soja, influenciado diretamente na fauna, na flora e na paisagem local, descaracterizando-se a natureza local

FIGURA 9 - NA SOMBRA DA NATUREZA RECONSTRUÍDA



FONTE: Autor (2017).

Nessa relação de trabalho e lazer, percebe-se pelos interlocutores a existência de uma sinergia e inter-relação entre os mesmos e que em determinadas circunstâncias afloram as mais diversas subjetividades, e que fornece indícios e outros elementos de lazer que configuram esse rural, facilitando assim, aos assentados, a compreensão do tempo livre pelo prisma do lazer.

Desse modo, fez-se a simples questão: “O que é lazer para você?. E dentre as diversidades de respostas algumas foram elencadas abaixo:

“Para mim, lazer é quando vou pescar uma carpa, alimentar um porco...só de morar no sítio tudo o que faço é lazer” (T6.).

“Só de andar na lavoura é um lazer, pois me deixa feliz”(T3.)

Já para (T8.) *“meu lazer é tomar um chimarrão e de vez em quando conversar com a vizinhança.”*

E segundo (T5) *“O trabalho é lazer, ali estou realizada”*

De acordo com T10, *“escutar os pássaros, ver toda essa natureza, e não sei se isso é lazer, mas é o que me faz bem e pensar na vida”*.

Mesmo com dificuldades para se envolver mais com a roça devido aos seus problemas de saúde, um depoimento se destaca, pois esse problema não o impedia de trabalhar um pouco na produção ou mexer no canteiro, nas plantas; escutar os sons da natureza ou o silêncio lhe propiciava a reflexão, visto que *“são esses momentos que fazem parte do meu lazer e tornam o trabalho prazeroso (T10)”*.

Os registros transcritos acima nos apontam uma dimensão interessante no delineamento de como pode estar imbricado ao tempo de trabalho - o lazer. Essa correlação mostra que neste ambiente rural as estratégias de produção agrícola têm relevância, para os assentados, no processo de desenvolvimento das mais diversas subjetividades.

O trabalho diário do assentado, em simbiose com a natureza, ao engendrar o sentimento de “prazer”, nos leva a considerar que estamos diante de práticas de vida que destoam dos arcabouços teóricos tanto do trabalho como do lazer. E na medida em que esse processo é reconhecido, há necessidade de considerar as subjetividades expressas como partes do redimensionamento e resignificação de tais campos teóricos.

Outros elementos referenciados atinentes ao lazer e que foram mencionados pelos entrevistados, como os equipamentos eletrônicos, principalmente o rádio, a televisão, o dvd e o celular (redes sociais) a fazem parte do dia-dia. No caso do núcleo Iguazu, sua localização geográfica dificulta bons sinais tanto para a nitidez televisiva, quanto para a captação de sinal para celular. Com isso, essa oscilação de uso da tecnologia, estabelece, indiretamente, certo “controle” no uso de aparelhos eletrônicos mais modernos que dependem de mais recursos técnicos para um funcionamento eficiente, entre eles as redes sociais, que, para esse trabalho, especificamente, se apresenta como algo relevante.

Mesmo diante dessas condicionalidades, segundo T12 *“o meu lazer é escutar aquele rádio ali, eu fico escutando acho que é rádio japonesa”*. O rádio (FIGURA 10) do entrevistado é antigo e capta vários canais (frequências), inclusive de outros países, como mencionado pelo interlocutor.

FIGURA 10 - NA ERA DO RÁDIO



FONTE: Autor (2016).

Outro camponês que não deixa de ouvir rádio quando está em sua residência é T14, pois “como acordo cedo é o único equipamento eletrônico que tenho em casa; e gosto de escutar notícias”. É através desse aparelho que se conecta com outros modos de vida, seja pelos noticiários, ou seja pelas músicas, que se criam imaginários do que se escuta. A ouvir aquela “moda de viola” de tempos passados que remete à memória dos assentados, o rádio se constitui em um equipamento que além de resistir aos outros modelos de equipamentos modernos, revela uma tradição que ainda persiste.

Outro aparelho que cada vez mais faz parte do cotidiano dos assentados é o celular. Aos que moram em núcleos mais afastados percebe-se que seu uso é menos corriqueiro, devido ao sinal baixo de celular que às vezes impede a comunicação como aponta em tom decepcionado T7 “*a gente já vive meio isolado e quer conversar com os amigos e família e não consegue*”. E como consequência

desse fator, a mesma relata que, por isso, “a noite junto com a mãe assistimos a novela antes de dormir”.

E que a relação com objetos da modernidade podem, muitas vezes, não ter funcionalidade no meio rural, nos faz considerar nesse contexto, que o processo de *desencaixe*, na perspectiva de Giddens (1991) ocorra mais lentamente, embora os camponeses estejam atentos ao que aconteça a sua volta. Também se deve considerar que as dificuldades de ordem econômica e de infraestrutura nesse espaço de vida sejam empecilhos para a velocidade tanto na produtividade quanto nas relações humanas.

Desse modo, a existência do tempo livre, como constituinte da vida social rural, desconstrói a ideia na qual o conceito de lazer só se estabelece nos espaços urbanos e como uma ramificação do tempo pós-trabalho. Essa constatação se manifesta na fala de T16 quando diz *“parece que o lazer é aquilo que você enxerga lá na cidade, e o lazer que ta aqui no campo hoje cara não é divulgado, porque se eu pegar e fazer uma peteca de palha e pena de galinha e bater ali e tirar uma meia hora e bater, é lazer!”*.

Ainda para T16, outro fator relevante encontrado é a questão das subjetividades envoltas pelo prazer que se materializam em uma noção particularizada de afetividade e liberdade

Tem gente que acha que é dança, é baile, é farra, é namoro. Eu acho que lazer é bem mais que isso; lazer é você ter a liberdade de decidir aquilo que você quer, ter o prazer de receber e ir visitar ou receber o companheiro; é uma coisa que nós, campesino, cuida muito; é tratar as pessoas como a gente gostaria de ser tratada, e isso é prazeroso; não é que nem as pessoas que moram na cidade, que os compromisso e a vida corrida impede de conviver com as pessoas.

Esse posicionamento traz à tona o lazer como forma de afirmação de autonomia decisória para a valorização da aproximação e de satisfação no compartilhamento, e de respeito à experiência vivida pelo outro. Nessa prática do bom convívio, de se estar atento e de se disponibilizar o tempo ao outro como exaltação para alteridade, o prazer emerge e se compreende o lazer.

Portanto, pode-se apontar que a existência do lazer na vida rural dos Assentados do Contestado também constitui-se pelo agraciamento do estreitamento das relações interpessoais camponesas, podendo ser considerada inerente ou não

ao trabalho, onde são interligadas as suas racionalidades subjetivas e das objetivas oportunizadas pelo ao seu modelo produtivo que tornam vivas as discursividades.

4.2 VERSÕES DO TEMPO LIVRE NO ÂMBITO DO ÓCIO, DAS SOCIABILIDADES E DA RELAÇÃO COM A NATUREZA.

Com três dias de chuva seguidos, fez com que a terra ficasse demasiado úmida, e então o dia de hoje será de muito tempo livre né (T9).

Além do conceito de tempo livre compreendido pelo lazer, que por sua vez está relacionado à ideia trabalho, há uma outra perspectiva de tempo livre¹⁹ que resulta da contraposição do tempo de trabalho que se reduz, basicamente, um `tempo` para o usufruto dos “produtos da vida urbana”. As falas de T11.e T18, apresentam essa percepção:

a gente tinha duas coisas que entendia né, que pra você ter lazer era estar com bastante dinheiro no bolso né, era uma ideia que tu tem que reforçar a economia pra você ter o conforto, que você acha que é isso que vai te dar o conforto né, não, o dinheiro é bom você ter a partir do momento que você pensa de conhecer uma coisa mais diferente, mais longe tal, mais ai não é pro imediato né, é futuro....Agora hoje você olha aqui o conforto que a gente tem e o lazer que a gente tem hoje, ele te da oportunidade de tirar o dia pra você ir lá na cidade ir sem pressa, hoje já te oferece essas condições, antes pra um agricultor, muitas vezes, no caso eu não podia ir numa pizzaria, ou no restaurante, ou lá no teatro lá na cidade né, ter um dia, muito difícil cara. Isso não era prioridade muitas vezes pra nós, coisa que devia de fazer parte da vida do ser humano, porque não é só você baixar a cabeça trabaíá trabaíá trabaíá...

De outro modo, a perspectiva do tempo livre direcionado para descansar e conversar, ou daquele ócio que no passado era reverenciado, atualmente se mostra presente no cotidiano dos assentados, sendo em período de não trabalho compreendido através da expressão “ficar de “varde” (T13.) e que se reforça na reflexão de T20 :

na verdade, hoje a sociedade precisa muito desse tempinho: eu tenho cobrado de mim mesmo né, porque ir no vizinho ali tomar um chimarrão, contar um causo, hoje não existe mais o causo né...o causo não existe mais por causa da televisão; eu que tenho mais idade aqui e alguns outros sentem falta do causo.

¹⁹ Para fins metodológicos, nas análises e considerações sobre o tempo livre a partir das falas mencionadas, verificamos que alguns assentados tinham certa dificuldade em expressar a respeito do significado de tempo livre, afinal como se trata de concepção emergida, basicamente, a partir do modo de vida urbano, optamos por fornecer algumas poucas noções para facilitar a reflexão e respostas sobre a mesma.

Partindo-se das falas dos interlocutores denota-se que há uma aproximação relacionada à perspectiva de tempo livre enunciadas tanto por Bell ao pronunciar que o lema da classe trabalhadora é o “ócio conspícuo” (1980, p.192.), bem como nas funções descritas por Dumazedier(1978): *descanso* para atenuar a fadiga do trabalho, a *diversão* para liberar o tédio e o *desenvolvimento pessoal* que oportunizaria novos conhecimentos e liberando-o das noções de senso comum .

É interessante a referência em torno do “causo”, ao indicar que esse elemento nutrido de histórias, de lendas e até mesmo de piadas, estão sujeitos a não serem mais reproduzidas no mundo rural do Contestado, tendo em vista que a imersão dos meios de comunicação vem interferindo diretamente sobre a cultura nas relações sociais, como veremos adiante.

Próximo a essa linha de pensamento, outra entrevistada T15²⁰ mencionou que para a ela os seus raros momentos de “tempo livre” se dão na pausa para o “chimarrão e, de vez em quando, conversar com a vizinhança e, raramente, fazer crochê”. Embora a mesma afirme que normalmente “não tenho tempo livre, é tudo corrido, cedo tenho que ir tirar leite e cuidar das vacas, volto e já tenho que deixar meu filho caçula pronto pra Escolinha e logo ir trabalhar na cozinha do ELAA”. Para outro assentado residente no mesmo núcleo seu tempo livre é para pescar no rio Iguaçu, dar umas caminhadas na mata ou jogar um baralhinho (T22).

Na residência do casal (T17 e T24), T24 havia acordado bem cedo para preparar o canteiro para futuras plantações, para à tarde ficar tomando chimarrão e fumando vários cigarrinhos de palha. Do mesmo modo, notamos que a T17 é muito ativa no preenchimento do seu tempo; se não esta arrumando a casa, está na cozinha na preparação do almoço, das conservas, bolos, queijos, ou seja, tudo que é “*retirado da nossa produção a gente utiliza*”, até porque eu “*não gosto de ficar parada, eu gosto de cozinhar e mexer com a terra*”. Desse modo, seu tempo livre consiste em “*estar fazendo alguma coisa pra comer ou produzir, pois não consigo ficar muito tempo na parada vendo TV*”.

²⁰ Por ser a matriarca e separada, cabe a mesma a organização da produção agrícola com auxílio de seu filho maior. Ela ainda cuida dos afazeres da casa (arrumação geral se realiza uma vez por semana), e trabalha o dia todo, voluntariamente, três vezes por semana (terça, quinta e sexta-feira) na cozinha do ELLA, que de acordo com a mesma “é bem puxado, mas ajudar com a alimentação dos meninos da escola, que muitas vezes ficam longe de suas famílias”

Para T24, o tempo livre direciona-se para “descansar na varanda, escutar música ou notícia, ou de ficar ouvindo os passarinhos ou o som do trem que passa lá embaixo”. Em muitos momentos, percebemos que este interlocutor fixava seus olhos no horizonte e ficava um bom período quieto e pensativo, como se estivesse meditando. Ainda para ambos, “dar uma volta no centro da Lapa, ou ir à casa de familiares nas cidades próximas e, às vezes, tomar um chimarrão na casa do pessoal daqui faz parte do nosso tempo livre”

Enfim, entre os assentados do Contestado podemos encontrar o sentido clássico conceitual de tempo livre dado pelo período fora do trabalho, onde seu usufruto pode ocorrer tanto dentro do ambiente da propriedade como fora da mesma de modo individualizado ou coletivo. Ocorre também como possibilidades de escolher qual atividade de lazer se anseia fazer ou consumir, ou de simplesmente entregar-se ao ócio no seu tempo livre.

Entretanto, quando o entendimento de lazer passa a ser reconhecido pelos assentados como “prazer” e que se liga ao tempo de trabalho, isso se constitui em outra face do prisma, abrindo-se a perspectiva de considerar o lazer sujeito à ressignificação conceitual.

Com isso, o envolvimento e desenvolvimento do projeto agroecológico, por boa parte dos assentados, se reverteu para além da lógica produtiva, constituindo, o Assentamento, um rearranjo socioambiental com fins objetivos de reafirmar uma identidade cultural pautada no equilíbrio entre a relação da humana e natureza, na satisfação do cuidado com o próximo e do coletivo para que assim se construa o viver bem de todos.

A adoção da agroecologia tem promovido a construção de uma identidade cultural que tem como base o bem estar social individual e coletivo, para contribuir para a ideia de sustentabilidade do meio ambiente. Com isso, o trabalho tende a ser auto definido pelo fluxo da natureza da vida refletindo-se na ordem social, constituindo-se, assim, como elemento relevante para a construção da ressignificação da identidade camponesa em torno da agroecologia, uma vez que a reapropriação dos meios de produção pelos camponeses se dá em consonância com a natureza.

Outro elemento relevante da prática agroecológica e que interfere na temporalidade da vida dos assentados. é pautado na fala de T26 quanto ao uso do

calendário biodinâmico e de sua influência na percepção do tempo na produção e no tempo livre

O calendário biodinâmico tem mais ou menos uns 10 anos. Até então a gente trabalhava muito aquela história do conhecimento tradicional, usava a questão lunar, um calendário passado de pai pra filho, culturalmente quando planta, que mês planta. Quando a gente veio pra cá no início teve que adaptar algumas coisas; o clima muda um pouquinho, o tempo, mas não mudou muito; por sorte, a região que nós viemos e aqui muda um pouco clima, mas não essas questões; não mudou muito de calendário de produção. E daí que nós começamos associar essa ideia do calendário biodinâmico e quando nós começamos trabalhar, começamos ver que tem fundamento, que ajuda. Nós não fazemos prática biodinâmica, nós usamos o calendário biodinâmico.

Como o calendário biodinâmico fornece indicações para o que se deve plantar ou colher em determinadas fases lunares, ou às estações pertinentes ao que se deseja trabalhar, de forma que o trabalho e tempo de dedicação à terra, os assentados que a utilizam passam a obedecer rigorosamente as indicações do mesmo.

T19 complementa a ideia acima afirmando que “se você seguir à risca o calendário biodinâmico você tem mais tempo livre; funciona mesmo, isso é verdade!”. Assim, a vida regida em sintonia com a natureza pode resultar em mais tempo individual para outras finalidades ansiadas, inclusive o tempo livre.

Pelo exposto, percebe-se que a mecanicidade do tempo, dado pelo relógio físico, não se constitui como primordial para a prática agrícola dos agricultores ecológicos do assentamento; afinal, a relação com o tempo físico-biológico da natureza como sol e a lua, com o sentir dos ventos e das chuvas que dão o caráter humanizante com relação a própria terra e que sensibiliza o planejamento do tempo. Assim, a rigidez mecânica tolhe às subjetividades dos indivíduos e que os aliena da importância dos ciclos naturais da vida.

O tempo instrumental e institucional tido como regulador e, por vezes, coercitiva, como enunciada por Elias (1998), não se adequam plenamente ao caso em voga, mesmo porque se aproxima mais do que este autor retratava, historicamente, sobre os modos de vida “primitivas” ou tradicionais, cabendo ao sacerdote a observação das estações indicando ou anunciando à população inteira o momento da semeadura.

Portanto, o modelo produtivo e a jornada de trabalho para parte dos camponeses do assentamento do Contestado brotam como uma “exploração

produtiva libertária”, pois leva em conta tanto a época correspondente de plantio quanto o ritmo de tempo dado pela determinabilidade natural, ou seja, desvencilhada pela instrumentalidade referencial do tempo.

De todo modo, no assentamento do Contestado o sentido do tempo livre visto em perspectiva teórica tradicional caracteriza-se por um tempo que se permite ao compartilhamento e por se eleger em fazer alguma coisa coletivamente ou individualizado, mas que tende a estar sujeito a sentir o peso das transformações sociais dada por outras formas de interação e comunicação.

Conjuntamente a isso, a própria complexidade de se analisar o fenômeno de tempo livre no campo se dá pelo fato de que há uma relação, muitas vezes, intrínseca entre trabalho, natureza e lazer que, “atrelada” às subjetividades dos indivíduos torna a compreensão dessa complexidade, um exame reflexivo de nossa parte, como denota-se a seguir.

Tanto no núcleo agrovila Iguaçu como nos demais núcleos a análise segue, primeiramente, pelas dinâmicas sociais interligadas pela ordem laboral. Sendo assim, constata-se que em um sentido temos uma temporalidade correlacionada ao domínio do modo de produção que propicia o planejamento das atividades dentro da área produtiva, bem como a determinação da jornada para este fim.

Devido a essa dinâmica laboral, observou-se através do comportamento dos entrevistados, que o restante de tempo que se atribui como livre converge para a realização de qualquer outra atividade e que se ansiava realizar, como caminhadas pelo interior da propriedade, convivência familiar, manutenção da casa, visitar vizinhos, por vezes viajar para visitar familiares, ir às cidades próximas, entre outras atividades que nos levam a considerar como aproximação à noção de tempo livre idealizada por Adorno (2002) para que a autonomia no tempo livre fosse racional em si mesma.

Em outro sentido em nossas observações, esse mesmo viés de ordenamento laboral produtiva se conjuga às situações ou demandas “imperativas” externas, como, por exemplo, o atendimento aos agentes do INCRA e de certificação da Rede Ecovida; ou ainda, para lidar com questões coletivas do núcleo em torno do modo de produção ou do movimento social como um todo.

Por mais que, ao final das atividades coletivas, venha a ser promovida uma confraternização entre as famílias, com preparo de alimentos de modo coletivo ou

individual, esses compromissos convertem-se, de certo modo, em uma “obrigatoriedade” individual de se participar destes momentos. Desta forma, esse contexto pode ser compreendido como destoante a liberdade de escolha inerente ao próprio conceito de tempo livre, fazendo-nos considerar, paradoxalmente, como um tempo “não livre”.

Na mesma perspectiva do tempo para a sociabilidade que se constitui fora dos meandros da produtividade agrícola, nota-se que ao estar correlacionada em parte ao direcionamento dado ao tempo para as necessidades do movimento ou da militância, a destinação individual para tais demandas representam o empenho deliberado de tempo, que faz com que alguns assentados pontuem como indisponibilidade de tempo livre. O que nos confere que dada condição, pode ser referenciada como parte de um tempo de obrigações e não do tempo livre em si.

Por outro prisma, também se deve considerar analiticamente, por exemplo, o depoimento de T21 que revela a “satisfação de entregar seu tempo para o preparo de uma comida boa para os estudantes”, nos leva a considerar a categoria voluntariado como reflexo da liberdade de escolha do que se fazer com seu tempo, enaltecendo-se sua autonomia com respeito ao fenômeno de tempo livre.

Ainda sobre a sociabilidade das relações internas inerentes ao modo de vida rural, como ocorre no núcleo Iguaçu em períodos de tempo livre, embora todos se deem muito bem, atentamos que apesar da proximidade dos moradores, a interação entre os mesmos para finalidades de conversa, ou tomar um mate, fumar um cigarro de palha ou promover qualquer outra atividade em conjunto, dificilmente ocorre na Agrovila.

Percebe-se que, em muitos momentos de tempo livre, facilmente se estende no âmbito intrafamiliar e, às vezes, nas relações vicinais. Nesse sentido, nos diálogos informais há subjetividades imaginárias e incorporadas, que se traduzem pela noção de que “a gente não gosta de atrapalhar os outros” como assinala T21. Ou também de se optar simplesmente pelo “compartilhamento e usufruto” no interior de suas casas, contribui-se desta maneira para a baixa frequência nas relações vicinais e outras sociabilidades.

As constatações desse “comodismo” social, verificadas em nossas observações e entrevistas, nos faz entender que as sociabilidades no percorrer dos anos tanto na Agrovila Iguaçu como em outros núcleos são decorrentes de

comportamentos que foram construídos e vivenciados em seu conjunto desta maneira. Deste modo, os arranjos sociais em período de tempo livre compreendem-se mais em momentos de solidão ou intrafamiliar, do que compartilhados cotidianamente e externamente às suas casas.

Nesse momento, torna-se importante ressaltar que, diante da variabilidade de situações, o fenômeno tempo livre apresenta-se permeados pelas subjetividades, bem como pelas objetividades das ações dos indivíduos constituídas em elementos de reflexão, liberdade e deleite, que se expressam na personalidade dos assentados, aproximando-se, desta forma, tanto do postulado teórico de Marx e sua expectativa de como otimizar e qualificar a economia de tempo, como na construção teórica de tempo livre idealizado pela Escola de Frankfurt.

Cabe conferir com especial atenção à relação entre pais e filhos, pois nestes momentos a prática de lazer se materializa por outras formas criativas, pitorescas ou singelas. Tanto no âmbito familiar como na escolar as crianças são estimuladas a desenvolver seus objetos, além de imaginar e criar suas histórias ilustradas ou escritas. Para representar tal condicionalidade, na propriedade de um assentado foi projetado e desenvolvido com sobras de materiais coletados no depósito da propriedade e junto a outros assentados, um equipamento que se assemelha a uma “tirolesa” e uma gangorra (FIGURA 11), que permite a interação com as crianças e oportuniza um tempo para a convivência mútua. O exemplo desse tipo de entretenimento nos remete àquela concepção enunciadas por WOLF (1976) em que a satisfação de se disponibilizar tempo para a criação de produtos e materiais de utilidades diversas para suprir necessidades para além da vida na produção, propiciando-se tanto aos pais como as crianças por meio de atividade recreativa, a afetividade e exacerbação da emotividade pelo lazer.

Além disso, andar de bicicleta, a ler um livro infantil, assistir desenhos ou filmes também são formas agregadoras nessa relação social que a satisfação apresenta-se na seguinte fala de T28: *“gosto muito de brincar com os meninos, ver um filme aqueles de ação, ou, brincar com eles e passear e pelas trilhas é bom demais”*.

FIGURA 11 - A TIROLESA E GANGORRA



FONTE: Autor (2016).

Ao presenciarmos a relevância do incentivo ao exercício criativo que se constrói socialmente, como afirma Walter Benjamin:

[...] nada é mais próprio da criança que combinar imparcialmente em suas construções as substâncias mais heterogêneas –pedra, plastilina, madeira, papel...ninguém é mais sóbrio com relação aos materiais que a criança: um simples fragmento de madeira, uma pinha, ou uma pedra reúnem solidez e na simplicidade de sua matéria toda uma plenitude das figuras mais diversas. E ao imaginar para crianças bonecas de bétula ou de palha, berços de vidro, navios de zinco, os adultos estão interpretando à sua moda a sensibilidade infantil (BENJAMIN, 2012, p.265).

O lazer representado pela forma de testar as ideias e de desenvolver o raciocínio, brincando, se caracteriza como um processo de humanização. Ademais, o papel das subjetividades e sua inerência à criatividade, as diferentes formas de recreação imbricada com a terra, a água, o ar e “ouvir” a natureza engendra a satisfação, e que o redirecionamento da compreensão em torno do lazer se reproduz através do próprio “re-encantamento” cultural e de momentos de sublimação que o contato com a natureza produz nos camponeses.

Em um dos dias em que estivemos na agrovila, na casa dos irmãos T2, para tomar um café da manhã fomos convidados a acompanhá-los junto com o restante da família a apresentação e celebração do “Dia dos Pais” que as crianças faziam na escola, com as atividades iniciando pontualmente às 9 horas²¹.

²¹ Ressaltamos que o sucesso do propósito das homenagens, se deu na estratégia adotada pela escola para que os pais participassem do evento consistiu de que na participação de cada pai de aluno, o grupo a qual estaria pertencendo junto ao seu filho nas brincadeiras ganharia de imediato um ponto para equipe no somatório geral.

A manhã toda foi de muitas brincadeiras como boca de palhaço, corrida de saco, pega-pega, memória humana, vôlei de lençol, pega lixo, entre outras. Percebemos que este evento mobilizou boa parte do assentamento, com a presença de, praticamente, todos os pais camponeses que deixaram de trabalhar para se envolverem junto aos seus filhos. E mesmo quando estes não tinham a figura masculina, as mães assumiram o devido papel com a mesma dedicação.

Estes momentos ratificam a importância dada à vida familiar e a coletividade para a efetivação das atividades propostas pela escola, demonstrando, mais uma vez, como o domínio do modo de produção por parte dos assentados os permite planejar o “tempo” necessário no engajamento dos eventos em que são convocados. Assim afirmam (T14) e (T26) “*sendo avisado com antecedência, tudo certinho, é difícil nós não participar*”, “*é o tempo pra nossa família, pros nossos filhos*”. Essas motivações se aproximam do que Fromm ansiava, ou seja, a substituição do mundo da vida mercantilista pelo caráter criativo e amoroso (FROMM, 1976).

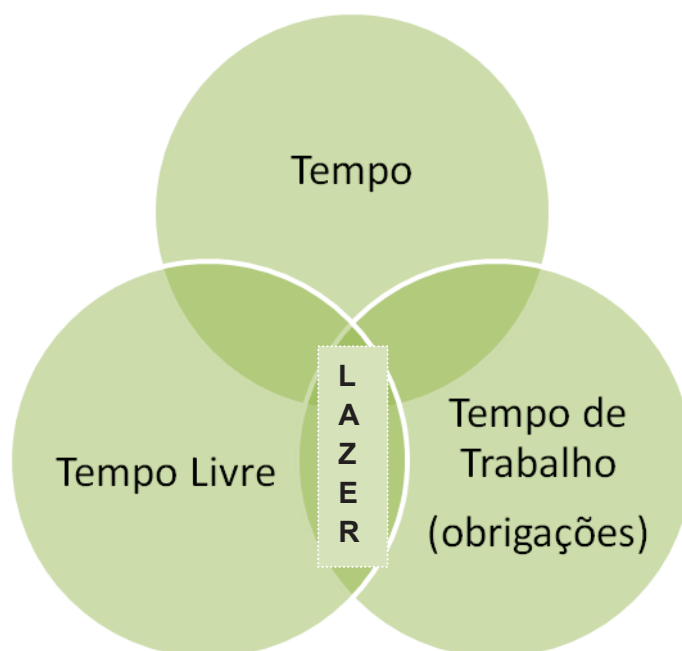
Ao seguirmos acompanhando o dia de determinada família de assentados, com o intuito de se retratar o comportamento e as relações constituídas com foco no tempo livre, observou-se que após as atividades na escola pela manhã, na sequência pós almoço as crianças assistiram um filme no aparelho de DvD junto de seu pai. Nesse ínterim, (T28) avisava a todos que aproveitaria para descansar um pouco no quarto ao lado e que se comunicaria via redes sociais, pois “*agora ta tendo sinal de internet*”. Como parte desse processo legítimo de adoção e inserção a “*era informacional e comunicativa*” na vida dos assentados, demonstra-se que o usufruto do tempo livre para tal fim, em certa medida, apresenta-se como tendência de adaptação “*às novas tecnologias para satisfazer seus interesses e desejos*” (CASTELLS, 2003).

De modo geral enfatiza-se que a sociabilidade no Contestado, na especificidade de âmbito familiar, prospera distintamente em relação às relações vicinais. Com isso, o cotidiano de vida dos assentados conforma-se na gama de elementos de ordem objetivas e subjetivas que redimensiona o próprio tempo e o tempo livre. Assim, distingue-se de modelos estanques a respeito da temporalidade da vida como preconizados pelos teóricos da modernidade urbana industrial, em que

os “diversos tempos” são caracterizados e definidos sob o ponto de vista tanto de sua divisão como de concepção.

Percebe-se que no Contestado, a desaceleração do ritmo da vida é uma das características peculiares e expressivas do cotidiano dos assentados ecológicos, na medida em que os mesmos compreendem suas atividades laborais como lazer. O tempo livre reveste-se de outro sentido, convertendo-se numa temporalidade que desconstrói a verticalização da dinâmica dualista moderna e que, portanto, de algum modo aproxima-se da noção de tempo vislumbrado por Moreno (2005), no qual “temos um tempo de vida, e que está sempre ocupado”, permitindo-se, deste modo, pensar e agir para a constituição qualitativa da vida individual e coletiva.

FIGURA 12 - A TEMPORALIDADE NO RURAL DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO - LAPA/PR



FONTE: Autor (2019).

Enfim, novamente reforça-se que dada à dinâmica técnica produtiva agroecológica, o lazer para os assentados “navega” entre o sentimento de liberdade e de percepção positiva sobre o trabalho, sobrepondo-se ao sofrimento normalmente atribuído a vida no campo.

Na seção a seguir, o foco de nosso estudo visa o sentido do fenômeno do tempo livre em diferentes espaços institucionais e coletivos, considerando os conflitos e as contradições que permeia a vida social coletiva.

4.3 O TEMPO LIVRE PARA AS INSTITUIÇÕES E COLETIVIDADES NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO

Nesta seção trataremos de contextualizar e evidenciar a significação do tempo que são convertidas para atender demandas institucionais ou coletivas. Para facilitar o entendimento da pesquisa, optamos por descrever e analisar por indicadores (dimensões) que, por sua vez, nos possibilitam assumirmos e sustentar posições de como a temporalidade se constitui no modo de vida rural no Assentamento do Contestado. Nesse sentido, seguimos nosso enfoque sobre o prisma do tempo livre e do lazer como constituição de identidade, laços de sociabilidades e disputas, bem como o trabalho como realizado na seção precedente.

Também se enfatiza que as análises nas seções a seguir como: a respeito do futebol; a religiosidade e dos bailes, as coletas de dados e observações se deram sobre o conjunto dos assentados e não apenas os ecológicos. Já na última seção deste capítulo, o foco das análises e coleta de dados ocorreu junto aos assentados envolvidos com a agroecologia.

4.3.1 O futebol – o tempo pela memória, seu papel político e seus tensionamentos

De modo geral, podemos considerar o futebol no âmbito do lazer como um dos elementos significativos do tempo livre e um dos mais referenciados entre as atividades desenvolvidas pelos camponeses do Assentamento do Contestado. Afinal a maioria dos entrevistados foi enfática ao mencionar esta atividade esportiva como indutora de sociabilidade. Ainda, nesse contexto, é interessante observar que o futebol, como parte do lazer dos assentados, se constitui em elemento estratégico e de organização do movimento social para a melhoria das condições da infraestrutura interna e de interrelação com as demais comunidades.

Sendo assim, o futebol por meio de torneios ou campeonatos objetiva em reunir a comunidade assumindo o papel de “mola” propulsora de iniciativas pensadas para as sociabilidades no assentamento. assim como, suas implicações

como prática esportiva coletiva no uso do tempo livre e a sua preponderância política. Entretanto, nota-se também, que certos conflitos têm repercutido na desistência ou distanciamento de alguns assentados que, de um modo e de outro, tem dificultado o equilíbrio interno nessa coletividade, contrabalançando, dialeticamente, entre aproximações e afastamentos.

Há torneios e amistosos, normalmente, promovidas pelas prefeituras dos municípios próximos à região da Lapa, A formação de equipe e a participação nesses momentos mostras-se como elo fundamental para o estreitamento entre os assentados e demais comunidades e bairros da região, pois uma das finalidades consiste em quebrar “barreiras” ou “estigmas” a respeito do MST.

Para além dos jogos e divertimento, geralmente, essas aproximações sociais e as confraternizações futebolísticas, de acordo com T30, “*podem ser consideradas como nosso lazer*”, e, mesmo, como esfera para discussões “política internas” como verificaremos a seguir.

Em nossas observações que se realizaram no pós jogo de um amistoso, (e que consideramos tal fato como o mais relevante deste dia), todos os “companheiros e companheiras” que estavam presentes passaram a levantar questões e definições de ordem para os próximos passos como, por exemplo, respeito a utilização do espaço esportivo que há dentro do assentamento. Isso acarretava pensar em formas de se obter mais arrecadação, na destinação dos valores angariados para a manutenção e implementação de obras na área da cancha, no financiamento para inscrição nos torneios dos times masculino e feminino para, inclusive, incentivá-las, e outras estratégias para aperfeiçoar o correspondente espaço recreativo.

A partir disso, foi possível verificar as tensões internas a respeito do comando do próprio time de futebol, dos pontos de vista existentes e divergentes entre os mais jovens com os mais velhos, que disputam o poder simbólico de tomada de decisão a respeito da manutenção do campo de futebol, de quais torneios devem participar e de quem deveria financiar a inscrição na mesma, e se seria financiada pelo fundo criado pelo “time”, ou por meio de eventos pontuais, ou, ainda, pagos apenas pelos participantes do mesmo. Perante essa conjuntura podemos pontuar que o futebol é como uma atividade não apenas de cunho esportivo e de lazer, mas também de caráter político que reforça o sentimento de classe com fins de legitimar e reforçar o modo de vida e identidade camponesa.

Considerando os interesse e decisões coletivas para onde e quando participar dos torneios, ou quem ou quais times interessam “convidar” para dentro do assentamento, essas ações conjuntas ou “comunitárias” não deixam de serem subjetivamente visadas com relação a meios e fins Weber (2009), na medida em que são ações que objetivam a reciprocidade dos cidadãos. Mesmo porque o fato de os assentados do Contestados serem ligados ao MST, os preconceitos ou noções por parte dos cidadãos em relação a estes se constituem em estigmas e fronteiras que, muitas vezes, são criados pelos diferentes meios de comunicações, fomentando-se “imaginários” ou visões negativas que se solidificam e subjugam o movimento social do campo.

Portanto, na defesa de seus valores, o futebol mostra-se politicamente como uma ferramenta de ação social de luta não pelo viés de confronto, mas de uma luta motivada para se atenuar a construção social interiorizado pelos cidadãos em relação ao camponês do movimento, além de se buscar o fortalecimento comunitário pelo diálogo com a cidade como observa-se na (FIGURA 13) abaixo:

FIGURA 13 - O TORNEIO DE FUTEBOL

Premiação:
 1º Troféu mais 30% do valor das inscrições
 2º Troféu mais 15% do valor das inscrições
 3º Troféu
 Repescagem Troféu

1º Torneio de futebol suiço
Integração campo e cidade

Promoção: Esporte Clube Contestado e formandos da ELAA
 Data: 09 de Dezembro 2018
 Inscrição **em 50,00** até o dia

ALMOÇO SOB ENCOMENDA
CARNE ASSADA
R\$ 15,00 Kg

contato (41) 999220303 Odair
(69) 992576008 Thiago

FONTE: MST Contestado (2018).

Paralelamente a isso, em âmbito interno, há a questão do fomento ao futebol feminino e que, também, é político. Nesse sentido, percebe-se como tratativa importante a inserção das mulheres para prática esportiva dominada pelos homens, pois a formação do time feminino tenderia à transformação do olhar dos assentados

sobre o próprio papel das mulheres, como explica T19: “mesmo nos domingos para nós mulheres se ater primeiro aos filhos, a casa e deixar o almoço pronto antes de se pensar no nosso lazer era normal, mas com a ideia da formação de um time de futebol de mulheres isso tem ajudado a mudar o pensamento das pessoas daqui”. Entretanto, a manutenção do time feminino tem tido suas dificuldades, pelo fato de que uma parte das jogadoras ansiava, assim como os homens, participar de torneios na região da Lapa e, com isso, rapidamente passou a sair da seara do entretenimento para a lógica competitiva. Fato que levou, inclusive, a convidar jogadoras de fora do assentamento para fazer parte do time, o que segundo T21 “tem gerado divergências internas e que tem dificultado a manutenção do próprio time”.

Com isso, nos transparece que a maior problemática não está no fato de que as mulheres não possam participar dos torneios, mas de lidar com o processo de organização e posicionamento político interno com fins de autonomia de gênero e de igualdades de direitos para participar de uma atividade de lazer. De outro modo, a conquista representado pela formação do time de futebol feminino perde, em certa medida, seu caráter político ao deixar de consolidar-se como elemento de posicionamento de gênero no assentamento, por priorizar e se incorporar a lógica competitiva dessa prática esportiva.

A partir de conversas informais com as entrevistadas, nossas análises se confirmam visto que era um passo importante até mesmo para sair de casa, de poder deixar aos cuidados da mesma para os homens, de poder se reunir e se divertir com as companheiras e, principalmente, de terem sua coletividade reforçada pelo esporte. Mas como é um processo incipiente e em construção, de acordo com as reflexões das pesquisadas os fatores expostos (cuidar da casa e dos filhos e preparar os almoços, por exemplo) têm minando a continuidade da equipe tanto no sentido de integração e de treinamentos. De qualquer modo, essa conjuntura novamente reafirma o lazer através como instrumento político.

Contudo, pelo contexto exposto, é necessário enfatizar que o futebol exerce uma função social e político e, acima de tudo, identitária, em que a prática dessa atividade em tempo livre vai muito além do seu caráter lúdico ou de apenas entretenimento como se dava nas tardes de sábado em Cruz das Almas descritas por Pierson (1966).

Além disso, se considerarmos o futebol pelo prisma da dialética, a consciência de classe dos assentados se reflete na disputa do capital social e simbólico nas relações promovidas através dos torneios entre campo e cidade. Ora, se não fosse assim, depoimentos como os de T30 de que *“é uma pena os caras não vierem jogar com nós aqui no assentamento”* ou, de que *“não dá pra acreditar né, faz vinte anos que estamos aqui e parece que pra esses caras somos bicho, fazer o que? é continuar tentando”*, afinal a luta pelo reconhecimento social no âmbito do futebol é um dos diversos canais de interesses para firmação comunitária e de interrelação campo e cidade. Como resultante desses tensionamentos denotam-se enfraquecimento em, ao menos, duas ações comunicativas importantes: Em primeiro, na premissa de que através do esporte se pode fortalecer e ser mais um canal institucional do MST junto a outros espaços de diálogos e disputas; e em segundo, tendo-se uma equipe formada, genuinamente, por camponesas, a curiosidade das pessoas potencializaria a própria marca do movimento social como plural e atento às equidades de gênero..

Saindo da esfera do futebol como instituição política, em nossa pesquisa observou-se que na significação do tempo livre a menção ao futebol era praticamente naturalizado como referência de lazer, sendo assim, questionamos, especificamente, o que o futebol significa para os assentados, o que denota-se nos depoimentos coletados:

“O futebol é importante porque dá pra se divertir junto com a comunidade né”(T32);

“Pra mim, o futebol, o jogo de futebol, é lazer. Quando era mais novo nós passava até dia de semana fazendo exercícios físicos; é que hoje pendurei a chuteira, não vou jogar mais bola”(T34);

“Gosto do futebol e da “bocha” porque são esporte que reunia muito a “veiarada.”(T36);

Bem como a importante fala de (T23) ao afirmar que *“gosto do futebol porque é o esporte que junta às meninas”*;

Desta forma, entre a série de respostas constatamos que o futebol, também se constitui como uma atividade esportiva que retrata a sociabilidade ligada ao não trabalho, de divertimento que transforma o dia camponês, e que nos remete ao que Dumazedier (1979, p.28) aponta: *“o lazer não é ociosidade, não suprime o trabalho,*

o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim de dia, da semana, do ano ou da vida do trabalho”.

A apreciação pelo futebol como fio condutor social interno se torna perceptível quando os entrevistados se recordavam e referenciavam a respeito da reinauguração do campo de futebol, por ter sido uma festança consagrada com churrasco, brincadeiras para as crianças, voleibol de grama para os jovens e futebol masculino e feminino com participação massiva dos assentados. Por isso, para os assentados, devido a esse fato marcante, lastima-se que outros eventos de grande porte não sejam corriqueiros no espaço do assentamento.

Além dessa memória, lamenta-se, por parte dos entrevistados, que a utilização do próprio campo de futebol não tenha se dado com mais frequência e somente em algumas ocasiões, como pontua seu T2: “é tão bão poder assistir os jogos, contar e ouvir causos e encontrar os companheiros na cancha, que é uma pena não ter sempre”.

A convergência de depoimentos dos entrevistados nos remete a semelhanças do que ocorre no bairro de São Pedro (1978), quando os camponeses nos sábados e domingos à tarde: jogam cartas, bocha, “48” (uma variante de jogo de bochas), bebem, contam estórias, conversam, trocam informações (SANTOS 1978).

Contudo, nossas observações e diálogos com os camponeses, podemos considerar, em certa medida, como questionável a capacidade que o futebol exerce como “aglutinador” como um todo, pois essa prática esportiva tem sido dentro do assentamento de modo pontual, com envolvimento de uma parcela ínfima dos camponeses, visto que o número de participantes do “time” que conforma a “seleção dos assentados” varia entre 15 a 20 participantes “assíduos”, que intentam manter tal atividade mesmo com a baixa frequência de pessoas que assistem aos jogos. Com isso, o futebol como imperativo social interno tem sido realizada com o passar do tempo um lazer restritivo a vida de alguns camponeses, visto que essa conjuntura se expressa nas palavras de T38 na falta de

um espaço que de fato abrangesse todos os assentados desde as crianças até os mais idosos, porque de repente o que ta resumida hoje é o futebol e daí nem todo mundo participa, daí é aquela faixa etária pega dos 15 aos trinta e poucos anos né, mas daí as criancinhas as pessoas mais idosas nem participam.

Apesar de o futebol ser o mais mencionado, por sua vez, nem sempre o mais praticado ou acompanhado, ainda assim, se reconhece seu papel social. Por ser umas das formas de lazer no assentamento, que o “sonho” de se ter um centro comunitário de lazer e que possa disponibilizar diversas atividades para o usufruto de todas as faixas etárias, emerge a necessidade de disponibilizar outros espaços de sociabilidades, como idealizada por T25 ao indicar que seria *“bom ter um espaço pra nós mulheres, um salão de beleza, um parquinho pras crianças, uma quadra esportiva pra jogar vôlei, e um local pra dançar e uma lanchonete”*, pois sem isso não dá “nem ânimo de sair de casa”. Da mesma forma, os assentados T30 e T32 pensam que a *“volta da bocha seria importante”* e de *“uma sinuquinha ou mesa pra baralho”*, pois isso é o que a *“gente daqui gostava de fazer”*.

Nesse sentido, percebe-se mais uma vez pela memória que há uma expectativa de que o sonho de tal centro de lazer “saia do papel” para se dar “luz” à insuficiência do que se fazer no tempo livre, reanimando-se a sociabilidade local. Esses anseios e projetos se aproximam ao caso de Terranova, quando cada agrovila tinha um “Centro garante o lazer dos colonos: o jogo de bocha para os homens ao lado do pavilhão, o campo de futebol para a equipe de jovens; o “clube das mulheres” que se reúne regularmente um domingo por mês para jogos entre mulheres, como jogo de malha sobre a mesa (SANTOS, 1993, p.159), retroalimentando as sociabilidades.

Sendo assim, podemos perceber que o futebol “transita” em uma linha tênue por um lado entre ser uma prática a ser desenvolvida como viés de lazer que visa a coesão social, o intercâmbio, a representação e interação social, inclusive, com demais indivíduos que não pertencem ao modo de vida camponesa. E por outro lado, o futebol como papel político e social revela internamente e externamente seu empoderamento simbólico e de reconhecimento de transformação social junto às comunidades próximas.

Enfatiza-se que apesar dos tensionamentos de como, quando e por quem deve ser dirigida, submetida e exercida a prática esportiva, as disputas internas nos evidenciam que há preocupação em se buscar outras formas de lazer para incentivar e resgatar as sociabilidades de outrora dos períodos de tempo livre dos assentados.

Por fim, o futebol como pano de fundo dos eventos do assentamento, nos leva e faz considerar como alicerce relevante que move o tempo livre e de lazer para

os assentados. Ainda que o futebol tenha limites como uma prática esportiva socializadora, deve-se a esta prática os momentos mais marcantes da memória e do prazer do convívio vivido socialmente. Nas brincadeiras, nas piadas, nos causos contados, os debates, e no envolvimento de todos que transforma o dia e contribui para dar sentido ao tempo livre na vida rural do Assentamento do Contestado.

Outra questão relevante salientada na reunião pós-jogo que acompanhamos refere-se ao espaço usado como “bar”, que fica a poucos metros do campo de futebol do assentamento. O local passou a ser pautado pelo fato de que só funciona em dias de eventos e sua sub-utilização não tem favorecido a sociabilidade. No entanto, para os homens *“O bar tem que ser aberto em outros dias da semana, quando tem jogos pela televisão”* e *“temos que aproveitar para arrecadar com aqueles que querem se reunir, tomar cerveja, jogar baralho e ver futebol”*, pois *“só temo o mercadinho do P. e ai não dá T27”*²².

Inclusive, por ser o único espaço com um caráter próximo de um bar no assentamento, o “Armazém do Contestado” (FIGURA 13), que está na área da sede central, tem uma estrutura simples, com poucas mesas, sem televisão para transmitir futebol e com a função básica de vender produtos para o dia-dia dos assentados (como açúcar, café, carnes, cerveja, etc.). Em nossas observações, nota-se que o local é normalmente frequentado por homens da terceira idade aposentados que se encontram, quase diariamente, para tomar uma cervejinha. Também alguns poucos estudantes da ELAA ao final da tarde marcam presença no local e, raramente, as mulheres e crianças marcam presença no local.

²² O Armazém do Contestado também se reconhece como “Mercadinho do Passinato”.

FIGURA 14 - ARMAZÉM DO CONTESTADO



FONTE: Autor (2016)

Portanto, devido a pouca atratividade que o referido local oferece, se justifica a urgência de um espaço mais socializável por parte dos interlocutores para a retomada da função social tradicional da “venda” no interior da comunidade, onde se vai comprar, papear, tomar cerveja, igualmente retratados por Pierson (1966) em que determinados grupos se reuniam no botequim para jogos de carta ou chorinho musical, ou como na função da bodega relatada por Santos (1978).

Para dar cabo ao projeto do “bar”, de acordo com os informantes para a reestruturação do mesmo seria almejavável um “mutirão”; um envolvimento de quatro a seis pessoas para ampliação e renovação estrutural do local, já que “tem que ter cuidado com o processo construtivo, tem que saber colocar uma Eternit, saber cortar e colocar a madeira, saber quem vai cuidar da fiação elétrica para evitarmos acidentes, e tudo isso requer disponibilizar nosso tempo rapaziada, tem que ter compromisso (T32)”.

Observamos que durante a pesquisa, em conversas informais, a maioria dos entrevistados foi sempre categórica em afirmar que o sentido “clássico” de mutirão, ou seja, o sistema de ajuda mútua – era considerado quase inexistente e que foi praticado mais nos tempos de acampamento no Contestado. Sendo assim, não deixa de ser relevante que a prática do mutirão emergiu justamente para fins de melhoria do espaço de lazer coletivo. Contudo, com esse processo de participação exige que os envolvidos disponibilizem seu tempo livre para a prática voluntária, o interlocutor T38 pondera para as dificuldades do mutirão

se vir dez pessoas para ajudar hoje, e cada pessoa tem que trabalhar no mínimo 8 horas, daí já tem que entrar no rigor de patrão né, aí tem que organizar produção, pensar o horário, e tem que pensar as atividades e aí já vira uma coisa meio chata. E também começar a ver o desempenho das pessoas, aí vira aquela coisa chata né.

A relevante fala do interlocutor nos transmite sua visão sobre a dimensão de temporalidade no sentido do seu regramento, que vem imbricada a toda discussão do efeito físico e social movido pelo relógio e imperativo do sistema capitalista. Até mesmo daquela cultura do trabalho que Weber (2004) enfatizava sobre a ritmização da vida advinda do racionalismo ascético que metamorfoseia o modo de vida tradicional para a vocação meramente econômica que, definitivamente, não se coaduna com as práticas dos assentados. Ademais a própria constituição de seu modo de vida converge à perspectiva de Woortmann (1983;1990), que havia constatado a oposição entre o negócio e a sujeição moral, e que nesse contexto ao se decidir entre um e outro, nos transparece que os camponeses do Contestado preferem evitar misturar negócio e moral.

Nota-se que a possível reforma do bar está permeada de expectativas por boa parte dos pesquisados, pois se reconhece este local não como ponto para apenas consumo de “álcool”, mas, sobretudo, como forma de contribuir para ser mais uma opção de ponto de encontro e do que se fazer no tempo livre, reconstruindo-se assim, um elemento que faz parte da vida camponesa.

Porém, como o interesse dessa reforma do bar conta praticamente com esforços de participantes de maioria composta de homens., a ocupação desse espaço apresenta tendência de reconhecimento da representação social deste público.

Também nas discussões em torno do bar, denota-se que há uma intencionalidade positiva de se dar “luz” ao ambiente local e ao tempo livre propriamente dito. Se dar luz no sentido de revitalizar o local que está subutilizado, que por sua falta de manutenção, de atratividade, a ausência de conforto, tem-se tornado um local inútil como opção para o tempo livre dos camponeses, pois como ressalta T29 *“se não tem lanchonete ou barzinho pra nós se reuni com o pessoal nem dá vontade de sair”*.

De todo modo, percebe-se a intenção para alterar esse quadro, a fim de viabilizar o preenchimento do período de tempo livre por meio de vivenciar através dos jogos de futebol televisivo, dos diferentes jogos de carta, dos dominós que entre outros entretenimentos possíveis, a fim de se resgatar e revitalizar o espírito coletivo.

Concomitantemente a isso, evidentemente, percebe-se que há o lado positivo da memória social que magnífica e que se valoriza no evento em torno do futebol. A memória e repercussão do último grande evento em torno do futebol se traduzem em significados diversos do que se passou naquele dia, dada a sociabilidade que se efetivou. Por isso, pode-se compreender a função social de tal prática esportiva como significativo do tempo livre dos camponeses.

Enfim podemos pensar o futebol com um dos principais fomentadores para prática esportiva, de lazer, de envolvimento do coletivo, e de demonstração de certa coesão e solidariedade dos assentados. Considerando-se o futebol pelo viés político, a interação por ele promovida junto às outras comunidades próximas, reforçam seus valores e sua identidade camponesa, revertendo-se positividade a ótica sobre os mesmos.

Por fim, através dos relatos se reconhece que a carência de um local específico que atraia e ofereça outras opções para além do futebol, são fundamentais para tornar o tempo livre do assentado mais sociável. E, com isso, evitar a situação de “enclausura social”, que se tem mostrado como tendência no Assentamento do Contestado.

4.3.2 O tempo para prática religiosa

O fenômeno religioso por ser universal e proveniente desde os tempos remotos tem exercido influência tanto em lugares como em povos distintos. Na

cultura e vida campesina, basicamente, as “representações sociais” compreendem-se através de formas mitológicas e simbólicas que podem produzir dependência em relação à sociedade (DURKHEIM, 1996).

Historicamente, no caso brasileiro, a religiosidade se fez presente nos principais movimentos sociais do campo seja instituição de ordem católica ou não. Em se tratando do MST, as Comunidades Eclesiais de Base surgidas nos primeiros anos da década de 1970, foram alicerces importantes para constituição de espaços de reflexão da realidade, desenvolvimento de experiências e de organização dos trabalhadores rurais contra as políticas adotadas naquele período. Em decorrência da “ligação” entre a igreja e camponeses que na década subsequente consolidaram-se as bases de apoio para as ocupações de terra pelo MST.

Com isso, ascendência da religiosidade com elementos social tornou-se relevante nas sociabilidades dos assentados do Contestado, desde a época da ocupação do território com a implantação de uma pequena capela católica. Porém com os passar de quase vinte anos, outras congregações integraram-se no Assentamento do Contestado.

Desse modo, denotaremos em primeiro momento a caracterização de linhas ou congregações que atuam dentro da área correspondente ao assentamento. Na sequência, a partir das informações obtidas em nossa pesquisa, analisaremos a relação da religiosidade e do tempo das famílias, e se há pertinência de se atribuir a essa temporalidade ao fenômeno do tempo livre.

Chamamos a atenção para o fato de que entre as cinco congregações existentes no Assentamento foram realizadas entrevistas com cada “ministro ou pastor” de quatro destas, sendo que não logramos contato com um pastor da mais recente congregação no assentamento.

A religião católica está presente desde o período em que os camponeses ainda eram considerados acampados no Contestado. Dada essa condição, naturalmente, teve sua instalação física com uma pequena “Igreja” (capela) próxima à sede central do assentamento.

Abarcando em torno de trinta famílias, os católicos têm um calendário de reuniões que consiste em uma missa por mês aos sábados das 15h30min às 16h30min, e todos os domingos pela manhã das 10 horas às 11 horas, além da catequese que se realiza aos fins de semana nas casas dos assentados. É um

catolicismo sob influência da linguagem advinda das retóricas construídas pelas Comunidades Eclesiais de Base, conseqüentemente, ligada a Pastoral da Terra.

Diferentemente de outras localidades ou regiões onde há um calendário de festas em referência às santidades, no Contestado raramente se concebe um evento nesse sentido. Esporadicamente, uma “festa” para Nossa Senhora Aparecida ocorre no mês de outubro, sendo organizada e realizada pelos assentados católicos.

Sendo assim, a permanência de um pouco da tradição e de preservação de identidade católica se deve, simbolicamente, por ser a primeira constituída desde os tempos da ocupação, de ter mais famílias fiéis e de seu poder institucional em diversos momentos ao atuar em favor da luta camponesa.

Conjuntamente a isso, outros fatores que contribuem para seu reconhecimento institucional no assentamento condizem ao fato de ser reconhecida como mais libertária aos fiéis, visto que os católicos são os que têm “trânsito” livre por outras doutrinas religiosas e de não sofrerem “restrições de vestimentas, no uso do corte de cabelo, a independência de homens e mulheres frequentarem os bares, beberem e dançarem, e de crianças e adolescentes jogarem bola no campo de futebol” (GAVIRIA, 2008, p.282). Diante desse quadro pode-se indagar, que tendência comportamental e moral dá o tom identitário católico do assentado? Um pouco mais adiante veremos como isso aparece em relação aos outros pelo viés do tempo.

A congregação evangélica Arcada da Aliança, com três anos no Assentamento contabiliza seis famílias fiéis participantes (por volta de vinte pessoas). Os encontros ocorrem todas as terças-feiras com pregações das 20 horas às 21 horas, aos domingos das 14 horas às 17 horas, sendo que todo segundo sábado de cada mês é realizada uma vigília no horário das 23 horas às 3 horas da madrugada, “mesmo que não tenhamos um calendário de festas” como afirmou o pastor da mesma.

As vigílias, mesmo sendo momentos reservados junto aos fiéis, “nós realizamos uma confraternização ao final que se torna nossa celebração”. Ainda o pastor pontua que na congregação não há impedimento para que seus fiéis participem de eventos dentro ou fora do assentamento.

A igreja pentecostal Assembleia de Deus se faz presente desde o tempo de ocupação no Contestado, onde algumas poucas famílias já faziam parte dessa

congregação. Mas foi somente a partir de 2013 que, efetivamente, se construiu um espaço físico para a realização dos cultos. Diante dessa condicionalidade, o pastor afirma que agora o foco é o assentamento, pois nosso objetivo “é tentar evangelizar maior número de assentados”.

Atualmente, são em torno de seis famílias que fazem parte da congregação, onde participam de uma vigília a cada dois meses e que inicia às 22 horas até às 3 horas da manhã. Os cultos são realizados às quartas-feiras no horário das 19h30min às 21 horas, com ensinamentos para aplicação da interpretação dos textos bíblicos. Aos domingos, ocorre no mesmo horário do meio da semana, porém o foco dos cultos deste dia se direciona para o convencimento das pessoas a se converter ao evangelho (o chamado “ganhar as almas para o reino”). Já aos sábados são agendados cultos nos lares de uma das famílias, com média de uma hora para a atividade. Quanto ao calendário de festas, no momento inexistente, embora de acordo com o pastor, “a assembleia seja festeira pra valer, ainda se temos condição nem de realizar a comemoração do aniversário de inauguração da igreja”.

Por último, já com dezesseis anos no Assentamento, a Congregação Cristã no Brasil tem onze famílias que participam assiduamente e que atuam coletivamente em sua administração da mesma. Os cultos são realizados aos domingos, com o “culto da mocidade” que inicia às 14 horas e vai até às 15 horas. O culto oficial que inicia às 15h30min até às 17 horas, e em todos os meses do ano que tem o quinto domingo há ensaio musical com apenas um culto para todos participantes das 15h às 17 horas, com confraternização ao final.

Diante desse quadro, percebe-se que a religiosidade faz parte do cotidiano e da temporalidade da vida de parte das famílias assentadas, tendo-se na predominância de inclinação católica a sobreposição às demais congregações,

Mesmo sendo reconhecida como a mais “antiga” religião entre os assentados, é notável que sejam inabituais as festas e celebrações de fé para alguma santidade(s) ou padroeira(s) que integrem ao calendário católico do assentamento, tendo apenas nas missas e na catequese momentos de sociabilidade.

Examinamos, também, que o tempo para prática religiosa católica se desenrola em um processo mais intimista e caseiro com dedicação para orações diárias e leituras da bíblia, como nos relata T31, que “durante a semana disponho de

trinta a quarenta minutos de reza por dia”, ou como na família de T22, que “é comum dedicar às orações pela noite, já que a cada 15 dias tem novena de duas horas”. Desta forma, a proeminência social entre os católicos condiciona-se principalmente nas missas dominicais, o que nos transparece e corrobora para o caráter singular do comportamento dos seguidores dessa linha religiosa.

Apesar das outras congregações religiosas no assentamento também não apresentarem um calendário de eventos e festividades, parece-nos evidente que a disponibilidade de tempo entre os participantes de tais ordens religiosas, sejam evangélicas ou neopentecostais, tem mais intensidade no tempo destinado para este fim, visto que as vigílias podem chegar quase ao amanhecer, tendo, ainda, confraternização ao final do “ritual”, como desencadeante das interações e conversas que se prolongam até o início do dia.

Além disso, verificamos o fato de que essa dedicação de tempo para as igrejas evangélicas, de um modo ou de outro, tem sido alvo de estigmas, dada suas “concepções” morais, atribuindo-se a isso, a ausência de participação desses assentados em momentos sociais e de militância na luta promovidos pelo movimento, como se denota nas palavras T40

Não sou contra igreja nenhuma, eu sou católico, mas eu sou eu, só que dai se você for ver bem mais de perto, se agente for fazer mobilização fora a maioria dessas igrejas evangélicas não participa de mobilização. E nois hoje só conseguimos tudo que nois conseguimos hoje foi através de mobilizar. Porque de graça nois não recebemos nada até hoje, tudo é custa de luta, custa de caminhada mesmo pra poder chegar onde nós chegamos. E eu não sei quem que diz pra esse nosso povo que o evangélico não pode participar.

Nessa mesma situação de ausência de participação e de se disponibilizar o tempo para os momentos de mobilização e para o movimento social, mas com o olhar de quem pertence a uma linha evangélica o seguinte interlocutor T42 pondera que

Eu tenho batido muito nessa tecla também, e eu sou evangélico, só que não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque é o interesse pro bem de todos, sem exceção de cor, raça ou religião a gente tem que ir atrás. Porque agora só funciona com pressão. A maior parte do povo ta em cima do muro, não sei se vocês já notaram isso.

Com isso, temos no imaginário social, por vezes, com viés discriminatório, a noção de que determinadas ordens e de processos de não envolvimento cooperativo em certas causas ou falta de empenho de tempo para as mesmas, sejam

engendradas internamente pelas congregações evangélicas. Como se a discrepância de interesses fosse resultado de alinhamento religioso remanescente, mas que tanto numa quanto em outra, independentemente da prática religiosa, nos leva a compreender que o disponibilizar de tempo para a luta seja regra nesse contexto.

Em outra ótica sobre o papel da religião, para alguns assentados a mesma auxilia para engendrar comportamento passivo diante das necessidades do movimento social, como observa-se no seguinte depoimento

a religião dentro do assentamento existe um conflito, porque nós sabemos que a igreja conforta as pessoas, só que aí as pessoas se afastam de igreja e se entocam em casa, mas não tão sabendo debater o papel da igreja. É eu tá lá dentro daquele espaço, no meio das pessoas preocupado com o assentamento, preocupado com a comunidade, a reza tem que tá em benefício de todos...(T44).

Através desta fala verifica-se que a preocupação do assentado não está em se discutir o pertencimento a uma congregação religiosa específica, pelo contrário, o que vale é saber se além da dedicação a qualquer crença religiosa se permite ou se incita um tempo para o debate em torno das demandas do assentamento.

De certo modo, podemos tomar esses diferentes olhares como evidência do quadro de tensões entre os camponeses do assentamento dado pelo pilar da religião, mesmo porque, para alguns informantes, a “interferência” de certas igrejas reflete diretamente na sociabilidade no Contestado.

Ainda a respeito das considerações sobre certas atitudes dos “companheiros evangélicos”, o imaginário também se reforça quando em um dos poucos eventos festivos no assentamento, como “A noite da pizza”, não se via a presença de pessoas de pertença determinadas “igrejas”, corroborando para a percepção de que há um controle do comportamental dos membros por “leis” das quais se “se estabelecem limites em relação a algumas práticas sociais” (GAVIRIA, 2008, p.282). Essa falta de sociabilidade, nesse contexto, para os que estavam participando do evento, corrobora para o sentimento estigmatizante a respeito do outro. Embora o elemento que está em jogo nessa dinâmica de adesão ou na falta de comprometimento na participação, segundo alguns informantes, condiz pela disponibilidade do álcool, como a cerveja e o vinho, contrariando as pregações evangélicas, como se confirma nas palavras de T46:

Ai tem outra dificuldade pra poder ter essa convivência como um todo no assentamento, se for depender da atividade e do que ela envolve uma parte não vai. Pega por exemplo os evangélicos. Os evangélicos não gostam de bebida e até já foi algumas iniciativas de se fazer festa sem álcool, fazer uma festa onde as pessoas levam aquilo que vai ter lá. Teve um ano que a gente fez cerveja caseira, por exemplo, sem álcool, refrigerante caseiro pra ver se o pessoal vai né. Então há essa dificuldade de conseguir muitas vezes motivar as pessoas pra evitar aquela ideia de nossa vida é só trabalhar e não tira esse tempo pra outras coisas, às vezes por falta desse ambiente, que possa ser um ambiente seguro, que não vá ter violência, que não vá ter outras coisas e que possa juntar as famílias.

Certamente nos deparamos com uma das maiores controvérsias dentro da comunidade do Assentamento, afinal as crenças e as racionalidades peculiares existentes nos meandros de cada modelo institucional religioso dá forma aos imaginários, as implicações e aos seus possíveis impedimentos. Na realidade, os fatores são os mais diversos e inseparáveis das transitoriedades que determinados padrões culturais e religiosos que se exercem sobre as identidades locais, mesmo diante de linhas religiosas, notadamente, de base cristã e evangélica.

Quando perguntados sobre a significação do tempo livre, os interlocutores referenciam o tempo da religião. Percebe-se, de fato, que dado o prevalecimento de uma obrigação moral e de se disponibilizar sagradamente o tempo destinado este fim, perde-se o sentido de tempo livre, isto é, como tempo enquanto espaço de liberdade e autonomia.

Portanto, o que temos é o imperativo do uso do tempo pautado em limitações advindas de impedimentos morais que resultam, por vezes, em ausência social, coadunando-se às reflexões de Max Weber sobre as alterações de um “costume que se realiza de algum modo sob o patrocínio de poderes supra sensíveis que pode afetar o interesse dos espíritos e dos deuses. Assim, a religião multiplica inseguranças e inibições naturais em todo agente inovador: o sagrado é especificamente invariável (WEBER, 2008, p.282)”.

Outra evidência que nos chama a atenção é a ausência, nos últimos anos, de eventos, de celebrações ou festas de cunho religioso, e que funcionam como estratégias para o fortalecimento da união camponesa e revitalização do próprio espaço rural. Essa inexistência de festividades contribui indiretamente para acomodação e, inapelavelmente, o desinteresse pelas ações coletivas para a elaboração de um calendário festivo religioso como aqueles mencionados por Hordin (1961) e Elias (1998) que retratavam em tempos longínquos as festas para cada

momento do processo produtivo e relacional com a natureza e a cosmologia, sejam as festas em nome do semear, da fertilidade e da colheita.

Os momentos de sociabilidade a partir da via religiosa têm fragmentado as relações entre os assentados, reforçando-se as percepções negativas recíprocas sobre a filiação de determinadas doutrinas que implicam tensionamentos que apartam as possibilidades de consensos que dificultam as trocas de capital social.

Nesse sentido, podemos pensar como se dentro de uma representação social geral, fosse formado por “micro representações sociais” que se opõem, em certa medida, as ideias de Durkheim (2004), visto que o tempo se organiza objetivamente pela ordem de um grupo de indivíduos, para cerimônias festivas não coletivas, diferentemente, do que preconizava o sociólogo. Privilegia-se, assim, apenas os filiados à determinada linha doutrinária religiosa, nos fazendo compreender no caso estudado que a especificidade se tem prevalecido sobre o conjunto do coletivo.

Em nossas observações em campo e conversações percebe-se, para parte dos assentados, que a retomada de eventos festivos de cunho religioso, que congreguem as diversas linhas religiosas atuantes no assentamento seria viável para facilitar as trocas simbólicas de interconhecimento que são fundamentais, inclusive, para atenuar-se os pré-julgamentos e impulsionar a reprodução social do modo de vida rural do assentamento. Mesmo porque a valoração moral do tempo destinado à prática religiosa está incorporada à vida de parte dos camponeses do assentamento do Contestado.

Enfim, perante a fragmentação institucional religiosa e as obediências inerentes aos papéis sociais acordados às regras de cada ordem nos faz desconsiderar o tempo de obrigação moral como parte do tempo livre em tal contexto, pois seria uma contradição ao arcabouço teórico que lhe condiz, salvo os raros momentos de conagração festivos que oportunizam as sociabilidades no assentamento. Portanto, no referido contexto, o mais sensato é compreendermos que estamos diante de concepções do uso de tempo ligado estritamente aos valores morais norteadores de ações em determinados períodos de tempo.

4.3.3 O tempo livre: o saudosismo dos bailes

Antigamente tinha muito mais baile direto, final de semana lembro que ia bastante gente. E isso que nós tamo querendo trazer de novo, porque é um negocio bom que reúne muita gente. O casarão enchia, era lotado de gente nossa baile ia até três quatro da manhã, era muito bom (T31).

Por meio deste fragmento de memória e de evocação nostálgica que versa sobre o lazer conformado pelas festas e celebrações que quebravam a rotina do dia seguinte e que deixava o espírito vivo dos camponeses que, atualmente, cada vez mais, são pedaços esparsos do que ficou daquele tempo livre em que tudo nele se refletia em alegria.

Os bailes no Assentamento do Contestado aconteciam desde os tempos em que estavam acampados. Viver embaixo das lonas não os impedia de, às vezes, promover uma ou outra festa. A descontração era fundamental para lidar com as tensões inerentes à luta pela permanência na terra. Graças a essas pequenas festas que aproximavam e se faziam conhecer, os demais “companheiros” de luta, construindo-se a identidade social.

A partir da efetivação do Assentamento, o “Casarão” tombado que está na sede central passou a ser o local onde se realizavam as festas de casamento e os bailes, sendo que estes últimos ocorriam com muita frequência e participação assídua dos assentados.

No começo, contava com a presença apenas das famílias assentadas, inclusive, com a participação das crianças, adolescentes, e dos mais velhos. Sendo assim, como no futebol, ir aos bailes ou dançar são elementos significativos no que tange ao tempo livre por parte dos entrevistados. Desse modo, por meio das subjetividades e memória veremos se há pertinência de elementos significativos na constituição de tempo livre.

Com o passar dos anos, a chegada de pessoas de fora (de municípios próximos à Lapa) encorpava-se ainda mais às festas. Nesse “reduto”, de acordo com T2, “nunca havia desavenças, era um ambiente muito bom para todos”. Já para T33, “era nossa diversão”, e “nois arrastava o pé (T48)”. Ainda nesse contexto, uma interlocutora também relata que graças aos bailes surgiram muitos “namoros e casamentos”, o que nos leva a considerar que os bailes em si tinham o papel importante para os arranjos familiares.

FIGURA 15 - O BAILE CAMPONÊS



FONTE: Autor (2017).

A imagem retrata o baile que ocorreu na 16 Jornada de Agroecologia no Município da Lapa, em um local próximo ao Assentamento do Contestado. Como o baile tem sido raro nos últimos anos no cotidiano do assentado, podemos ter a noção do significado do mesmo para os assentados e demais camponeses. No dia do baile percebemos que ao longo do dia os camponeses já comentavam com muita expectativa a respeito desse momento, de tal modo, que por volta das 18:30 hs. do último dia de evento, a maioria dos interessados foi se preparar em suas residências ou na “alojamento” do evento. Todos bem vestidos, perfumados e aparentemente felizes partiram a dançar assim que a banda deu início ao “arrasta pé”. Percebeu-se no evento que as duplas podiam ser formadas pela diversidade tanto de gênero quanto pela faixa etária, afinal nesse baile todos tem direito a dançar, diferentemente do retratado por Bourdieu (2006).

Esses arranjos sociais entre os camponeses de Béarn, no sudoeste da França, estudados por Bordieu (2006) onde os bailes descritos demarcavam

restrições, como a de solteiros não poderem dançar e aos velhos sendo permitido comparecimento apenas nos grandes eventos. Os assentados do Contestado vivenciam o avesso do arranjo social em Béarn, pois não havia impedimentos para os jovens, nem para os mais velhos.

Nas narrativas constatou-se que as festas ou bailes eram um tempo de entrega à satisfação e felicidade. De um tempo que não passava e que era todo presente, e que assim se seguiu nos primeiros anos do Contestado. Mas como nem tudo são flores, após a implantação da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), alterou-se consideravelmente a dinâmica social. A coordenação do assentamento, com o consentimento da maioria dos assentados, no sentido de se solidarizar com a escola, cedeu o Casarão para a realização de aulas, palestras, oficinas e reuniões.

Com isso, a “destinação” do Casarão para o ELAA, com o passar do tempo, “inconscientemente”, deixou o sentimento de que aquele espaço não pertencia mais ao assentados, e sim à escola, o que engendrou um distanciamento em relação ao local. Esse processo de afastamento, de acordo as conversas informais, foi sendo socialmente construído proporcionalmente ao número de festas e bailes que ocorriam naquele local. Por mais que nunca houvesse uma negativa por parte da escola para o uso do espaço, na “cabeça de muitos companheiros, se entendia que aquele local voltado para educação não combinava com baile (T50)”.

Apesar de o Casarão, por vezes, seguir sendo utilizado para festas de casamentos, os bailes já não aconteciam com a mesma frequência de outrora, visto que nos últimos anos foi sendo reduzida de um a dois por ano. No ano de 2016, por exemplo, houve apenas um baile e uma celebração festiva da Igreja Católica para “Louvor Nossa Senhora Aparecida”. Todavia, para corroborar com essa situação decrescente de festividades, o Casarão passou a ser reformado interna e externamente, de modo que as pequenas festas ou encontros de pouca repercussão e mais restrito aos assentados foram deslocados para o recente espaço destinado às aulas da ELAA.

Essas descrições desse panorama histórico e da memória coletiva em torno dos bailes nos mostra que essa conjuntura de desprovimento de ânimo por parte dos assentados conjugada a ausência de espaço físico adequado, reitera a baixa sociabilidade comunitária no presente.

Apesar dessa situação, quando indagados sobre o que significa para eles o tempo livre, o futebol, os bailes e as festas são os principais referenciais de experiência de lazer no assentamento do Contestado.

Percebe-se que o declínio das celebrações festivas tem influenciado diretamente para a introspecção das famílias e que, notoriamente, a redução de tais manifestações festivas para muitos entrevistados tem se transformado em meras recordações com tom saudosista.

Para se tentar reverter esse quadro, para se divertirem alguns assentados se lançam para os bailes de comunidades próximas ao assentamento, como enfatizados pelos interlocutores (T48, T50): “*não da pra perder o costume né*” ou “*ir ao bailinho de vez em quando faz bem pra alma*”. Pontuamos, que a atitude de ir aos locais onde ocorrem os ‘bailões’ consiste em uma prática comum entre os homens. Raramente as mulheres solteiras vão a esses locais sozinhas; só se forem convidadas e acompanhadas.

Já o Bailão da “terceira idade”, que ocorre nas quintas-feiras na parte urbana da Lapa, chegou a ser uma alternativa de lazer, pois “quando tinha ônibus que saía da sede central do assentamento dava a possibilidade de nossa faixa etária participar com mais frequência” T52, mesmo porque “*tem gente que não tem carro, ou quer beber sossegado*” (T54). Mas a desativação desse transporte, segundo as palavras do interlocutor, tem contribuído para a permanência das pessoas em casa.

Nessa esteira, em tom mais indignado, T56 levanta as seguintes indagações: “eu não mereço a estrada digna? não mereço uma diversão?, eu não mereço nada?”. E a somatória de fatores, de acordo com os interlocutores tem dificultado a manutenção dos laços de amizade comunitária. A emergência para se retomar o dinamismo dos bailes e festas, talvez, possam fomentar as sociabilidades pelo lazer. Para Antonio Candido o “lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, isto é, ser condenado ou culpado, segundo é costume (CANDIDO, 1979, p. 87)”.

Contudo, entre as festas mais mencionadas, mais esperadas, e consideradas pelos nossos informantes esta a do aniversário do Assentamento do Contestado (FIGURA 13), afinal tal evento é uma celebração que exige a disponibilidade de tempo e envolvimento voluntário de muitos assentados, pois há

participação de quase a totalidade das famílias assentadas, somadas às pessoas de fora que, de uma maneira ou de outra, se envolvem com a questão camponesa e do MST.

FIGURA 16 - A FESTA DE ANIVERSÁRIO



**O Assentamento Contestado
está completando 19 anos !!!
Convidamos a todas e todos para
celebrar esta data conosco !!**

Data: 04/02/18 - Domingo

**Local: Escola Latinoamericana de Agroecologia -
Assentamento Contestado - Lapa**

Programação:

- 9 h - Café da manhã
- 10 :30 - Culto Ecumênico
- 11:30 - Inauguração do Monumento
- 12:30 - Almoço com costela fogo de chão
- Tarde musical com bazar e bolo

- Costela fogo de chão a
25,00/kg com direito a outros
acompanhamentos

- Trazer pratos e talheres

FONTE: MST Contestado (2018).

A respeito da dimensão desse evento festivo, T52 nos conta que “*na festa do assentamento nós trabalhamos 2 dias preparando carne, bolo e bebida, arroz, maioneses, a salada, o pão, o suco, bar pra vender cerveja*”. Através desse depoimento, podemos perceber a relevância que a data comemorativa tem para todos os camponeses, e da entrega do tempo de cada um que participa na execução, para que não seja apenas exitosa, e sim que seja marcante para todos que nele participam.

Vale mencionar que, na festa de aniversário dos assentados, além dos jogos e brincadeiras como o bingo são realizados durante o dia, sendo que ao final se realiza uma missa não apenas com a fala do padre católico, mas com abertura para a participação dos pastores das outras congregações que atuam dentro do

assentamento. Essa confluência de união religiosa e fortalecimento social nesse dia de relevante celebração, se aproxima a reflexão dada pelo filósofo Han (2017, p.111) ao mencionar que “a festa é o evento, o lugar onde estamos junto com os deuses, onde inclusive nós próprios nos tornamos divinos. Os deuses se alegram quando os seres humanos jogam e brincam, os seres humanos jogam e brincam para os deuses”.

Assim podemos constatar que ao adentrarmos na experiência festiva seja divina ou não, se converte em um tempo para a revitalização individual e social, onde se cessa o tempo cotidiano do trabalho para o tempo solidário e celebrativo da festa. E, ainda, nos remete àquele tempo pensado por Eliade (1965), quando a insurgência de um acontecimento significativo é a que revela sua própria existência, que se consolida na imbricação do tempo liberado inserido ao tempo sagrado, como verifica-se seja na festa de louvor à Nossa Senhora Aparecida, seja na missa de aniversário do Assentamento.

Portanto, ao nosso ver a ausência da dimensão festiva para os assentados do Contestado pode ser um dos indicativos para o retraimento do lazer e da vida social local, pois a partir do instante que as pessoas admitem ficar dentro das suas casas meramente por falta do que fazer com sua disponibilidade de tempo e que, de tal modo, redunde na conversão do tempo livre em tempo de trabalho.

De certo modo, constata-se que estamos diante de indivíduos que no passar de seus dias tornam-se introspectivos, dada a insuficiência de infraestrutura que possam atrair e animar para sair de suas casas. Nesse contexto, é imprescindível a construção de um novo espaço que pode reverter e reacender as relações sociais, bem como, assegurar o sentimento de pertencimento ao grupo social.

Além disso, sem as atividades festivas, principalmente, para os mais jovens, pode tornar-se mais um motivo para corroborar para o “desenraizamento” e de abertura às “tentações” advindas do modelo cultural da vida urbana. Já para os mais velhos, a dificuldade de deslocamento, o custo financeiro e a ausência de transporte público e para se deslocar aos bailes da região se reverte em desmotivação e restrição ao mundo vivido dentro de suas casas como constatamos.

Essas importantes ponderações não somente confirmam nossas análises, como mostram as fragilidades que fazem parte do cotidiano do assentamento no

sentido de se ter apoio institucional governamental para fornecer condições básicas para a comunidade do Contestado.

Assim como para a terceira idade, no caso das mulheres T33 explica a situação das *“mulheres solteiras ou que tenham um pouco mais de idade pra ir no baile na Lapa é difícil, nós casada, só com os marido”*. Ainda a entrevistada assinala que, normalmente, saídas em grupo são as mais comuns, tornando-se assim, duplamente dependentes: primeiro da falta de infraestrutura e dessa prática de lazer no interior do assentamento e, de certo modo, dos homens camponeses.

Por fim, de modo geral, consideram-se as festas e bailes como elementos momentos de lazer, conseqüentemente, de práticas que se desenvolvem através do tempo livre. Por serem os principais lazeres presentes nas memórias dos assentados, os incentivos a tais práticas representam um dos fios condutores essenciais para se evitar a desestruturação social, dado o caráter sócio-histórico de tais práticas provedoras dos laços sociais e do viver bem dos camponeses.

Se, porventura, a inconstância das festividades se estender por muito tempo, os bons tempos idos podem vir a ser, meramente, reproduzidos e traduzidos por meio dos “causos” contados, e evidenciados pelo sentimento saudosista daqueles que a vivenciaram.

4.3.4 O tempo socializado coletivamente: “o cara no movimento não é trabalho”?

Retomando, especificamente, a relação da agroecologia com o tempo livre salientamos que se pode analisar pela perspectiva de como este modelo produtivo tem influenciado diretamente nas relações intrafamiliares e nas sociabilidades internas e externas no Contestado.

O intenso envolvimento e comprometimento com os alicerces que fundamentam os questionamentos e enfrentamentos a respeito do modelo produtivo conservador de grande escala faz com que os camponeses participem assiduamente para a construção e consolidação das relações orgânicas do movimento social de pertença, no caso o MST. Com isso, o delineamento voltado para a ecologização da agricultura nos possibilita entender a significação tanto de tempo como de tempo livre. Nesse contexto, T58 relata o seguinte:

Na verdade nosso tempo livre acabamos usando na organização. Dessa questão mesmo da gente associar o tempo, muitas vezes é um negócio meio louco, mas parece que eu fazer a agroecologia, a satisfação de fazer, de estar construindo, não sei se é isso que a gente vira, começando e entrando no final de semana e todo o tempo, ou ta numa atividade produtiva ou ta numa atividade organizativa né. A satisfação de achar que tá construindo algo novo né, sabendo que tem que ter dedicação às vezes maior porque às vezes vai além da gente né, porque não adianta só eu pensar em fazer a agroecologia desvinculado ao meu vizinho ou desvinculado a uma articulação, isolada, porque daí acaba não acontecendo. A gente foi notando que o agroecológico depois se encaixou melhor ao conceito que a gente foi se envolvendo que é pensar a produção, a ciência da produção, das tecnologias com o conhecimento tradicional e que já tinha esse círculo social que vai desde a família, da comunidade, da região onde mora, com uma articulação política que também não pode ser de uma região. Tem que ser uma visão maior da organização que se envolve como no caso do nosso que é a via campesina, que daí tem a luta dos indígenas, a luta de comunidade tradicional de vários tipos de cultura que tem esse foco da produção mais sustentável da vida. Muito tempo às vezes até acabava as festas tava em torno disso, os passeios às rodas de conversa, sempre por mais que descontraia em alguns momentos, sempre isso vem à tona.

Tal discurso reflexivo representa como tempo livre se concebe como um tempo praticamente fluido que não se descola do pensar sobre o desenvolvimento do sistema produtivo ecológico e das políticas inerentes ao mesmo como enfatizada na fala do interlocutor: “*nosso tempo livre acabamos usando na organização*”. Nesses momentos como demonstrado na (FIGURA 17) que a relação social se concebe diretamente “nas reuniões de núcleo e certificação, vira um encontro...onde o próprio encontro vira a confraternização, como bolo e chimarrão” como afirma T60. Também a referida figura nos mostra ainda o engajamento dos envolvidos em seu respectivo núcleo e seriedade ao propósito da reunião. Com todos os presentes podendo dar suas opiniões, críticas e elogios. Atenta-se também para a participação equilibrada entre homens e das mulheres retratada na imagem.

FIGURA 17 - TEMPO PARA REUNIÃO E CERTIFICAÇÃO



FONTE: Autor (2018).

Tais encontros nos conduzem ao tempo regido pela moral social indicada por Woortmann em que a subjetividade festiva e recíproca da ajuda mútua “tornaria esse interior do sítio, uma troca de tempo, que além de responder a uma necessidade prática, possui também um significado simbólico: não se está apenas produzindo um roçado; está-se reproduzindo uma comunidade” (1990. p.32). Também não se mostra diferente quando a organização para a Jornada de Agroecologia nos anos em que tem sido celebrada e realizada na Lapa, em que o envolvimento com o planejamento e execução dos objetivos propostos faz com que os camponeses agroecológicos do assentamento disponibilizem seu tempo para o evento que, de acordo, com T35, *“aumenta nosso trabalho, pois tenho que preparar material para auriculoterapia e mais ervas para atender os companheiros”* como pode-se conferir na figura 13. Já para T37, *“nos dividimo para atender os companheiros dos outros assentamentos para troca de experiências... é uma forma de socializá”*.

Com isso, nas experiências que são trocadas, tanto em reuniões de núcleo ou com a coordenação geral, como nos encontros da Jornada ou de “certificação da Rede Ecovida” que balizam a qualidade dos produtos dos camponeses. Esses encontros exercem uma função social através da confraternização entre os mesmos, se transpõe como um pequeno ritual de oferenda de produtos elaborados pelos mesmos que participam deste momento. Seja através do café da manhã ou da tarde, ou no almoço (com a variedade dos produtos colhidos na época), com as cestas de frutas acompanhados de “cuias de chimarrão”, tais práticas se revelam simbolicamente como um tempo para o fortalecimento do grupo e do movimento social como um todo. Desta feita, converge-se às reflexões do seguinte antropólogo: “as relações sociais, de qualquer espécie, nunca serão exclusivamente utilitárias ou instrumentais. Toda relação social está cercada de construções simbólicas que servem para explicá-la, justificá-la e regulá-la” (WOLF, 1976, p.20).

Aliás, é substancialmente notória a consciência de que graças a esse processo que houve salto qualitativo de vida e de infraestrutura existente no assentamento como um todo, pois *“se não tivesse engajamento, não sei hoje estaríamos aqui; claro que tudo não tá mil maravilhas, mas através disso que nós estamos aqui, foi e é o essencial de estarmos na condição de vida que temo”* T60. O sentimento de se disponibilizar do seu tempo, também, “significa aquilo o que se comprometeu a fazer desde o começo, a gente sabe que em lugar nenhum no mundo vive sem organização, e quem prega isso pra você que quando se organiza você é baderneiro, é que quer manter você no controle” T62.

Portanto, a mesma disposição que se confere na produção, proporcionalmente, se empenha para a manutenção e coesão em prol do fortalecimento do movimento social. Por isso, o tempo do assentado para o movimento, de uma maneira ou de outra, pode se converter em tempo de trabalho, dependendo de que assim a “enxerga” e que, por isso, faz existir algumas incompreensões por parte de alguns “companheiros”, com assim reproduzido pelas palavras de T64

Ah se o camarada está na estrada não trabalha. Interessante: quer dizer que o que o cara no movimento não é trabalho? Às vezes o pessoal tem preconceito ou falta de compreensão, às vezes é sacanagem dos caras, ta na estrada é ta vadiando, e não é né, tá no movimento fazer atividade é um trabalho mais difícil que pegar na enxada, mais stressante, mais chato”.

Neste contexto, podemos apontar que se “abre mão” do tempo livre para tornar-se um tempo de “trabalho”, com características distintas à prática instrumental cotidiana, pois, normalmente, considera-se sem fim lucrativo (evidentemente por parte de quem doa seu tempo). Ainda nesse sentido pode ser tomado como voluntariado, visto que é praticada para atender as diferentes necessidades que emergem no assentamento e no movimento social como um todo e que, deste modo, se enquadra conceitualmente por

Serem todas aquelas ações voluntárias que se realizam de maneira regular e reiterada dentro de um agrupamento o não, tendo ou não figura jurídica legal [...] Geralmente o trabalho organizado inclui os voluntários que atuam de maneira grupal, reiterada e frequentemente, que se enfocam em uma causa eleita pelo grupo (COLIN e IGARTÚA, 2016, p.31).

Outros exemplos no contexto do assentamento é a atuação voluntária das assentadas que tem no conhecimento da natureza, da força “cósmica” ou “sobrenatural” seus papéis reconhecidos por todos os assentados. Uma atua com a bioenergia e a outra como a “benzedeira”. Ambas com idades aproximadas, disponibilizam de seu tempo para atendimentos todas as manhãs das quintas-feiras a partir das 8:30hs, e em todos os segundos sábados de cada mês no horário das 14hs às 18hs.

A benzedeira é a mais tranquila, de conversa mansa e um pouco tímida, diferentemente, da personalidade da companheira de trabalho, que é a “energia em pessoa”, “irrequieta”, e que se define como uma pessoa que “mergulha no social”. Ambas são como “feijão com arroz”, pelo modo como complementam seus trabalhos reciprocamente.

FIGURA 18 - OS ASSENTADOS E AS MEDICINAS ALTERNATIVAS



FONTE: Autor (2017).

A imagem (FIGURA 18) nos mostra o trabalho realizado no espaço dentro do posto de saúde do assentamento. Nos dias que se realizam os trabalhos, normalmente, o atendimento é constante aos assentados que, por vezes, formam fila para obter tratamento. Na sala estão todos os materiais necessários para desenvolvimento de medicina alternativa, com “mapas ilustrativos” da referida terapia e com diferentes essências naturais para auxiliar na cura de doenças.

No que tange a essa dinâmica em torno do voluntariado e de seu tempo, a senhora que atua com a bioenergia nos conta que participa de diversos coletivos: Coletivo da Unidade Básica de Saúde, do Conselho fiscal da Cooperativa e dos atendimentos da Bioenergia; resulta que “não tenho tempo nem pra minha própria família.” Por sua vez, a benzedeira, além dos atendimentos no posto de saúde, não recusa a solicitação de atendimento para quem chega à sua casa, pois para a mesma o tempo dedicado às suas mudas de ervas e, principalmente, “de que minhas rezas e energia ajudem a curar as pessoas, é o que me dá satisfação.”

Através de nossas observações e as conversas informais, principalmente, pelas pessoas que são atendidas, nota-se que foi graças a atuação e empenho das mesmas, e de seu papel em se elevar as atividades propostas, aliadas a obstinação de suas personalidades, que no espaço físico do posto de saúde inaugurado dentro do assentamento foi destinado para a atuação dessas assentadas.

O sentido que vemos nessa construção objetiva que se materializou nesse espaço é o reflexo e demonstração da luta camponesa para conquistar aquilo que é direito de todos - a saúde. Ademais imbricado a isso, o fato de se conseguir atuar e sensibilizar setores da medicina tradicional sobre a relevância de se atuar, conjuntamente, a outras formas de medicina, revela o respeito que se conquistou perante esses agentes; ao mesmo tempo, o resultado dessa entrega de tempo para o movimento deixa o exemplo e legado para os demais jovens, como assim exposto por T37

Faz parte da vida a rotina e o projeto de vida. Se eu não ajudar a construir para a organização da comunidade como poderei exigir e ser exemplo para o outro. Acredito no potencial da cultura e da construção coletiva, no nosso projeto de vida, no projeto da Reforma Agrária Popular e num projeto maior que é a manutenção da vida do campo para projetos futuros.

Enfim, percebe-se que “tirar o tempo” para observar e ouvir as pessoas, assumir tarefas e disseminar as consequências positivas advindas da prática de socialização diária, nutre o tempo de todos que se envolvem com o movimento social e com o assentamento, aproximando-se, assim, as ideias de Marx sobre a economia de tempo social tido com a produção agrícola na qual, por exemplo, se destina um “tempo para que se ganhe para outras produções seja materiais, espirituais ou de desenvolvimento do próprio prazer (2011, p.119)”, seja no âmbito coletivo como individualizado.

Também não se pode desconsiderar o entendimento de alguns camponeses que o tempo livre disponibilizado para ações do MST seja atinente a esse tempo, e não a um tempo qualquer, ou como apenas tempo de trabalho. Nessa perspectiva, encontramos justificativa dessa dinâmica temporal nas ideias de Toti: “os militantes que dediquem a maior parte do seu tempo livre ao estudo e a atividade coletiva sindical ou de partido, ou das ações culturais da esquerda, demonstrem que a razão da vida não pode ser o espetáculo senão ação, não o assassinato do tempo, e sim sua glorificação mediante intervenções criadoras” (TOTI, 1975, p.182). Sendo assim,

há, portanto, o reconhecimento do que se atribui como tempo livre que se destina a fins coletivos e não, meramente, individualizados.

Entretanto, enfatizamos, por outro prisma, que, também estamos diante de um quadro de tempo que flui de acordo com a vontade dos indivíduos em se realizar determinadas funções e que deixa pouco espaço para se atribuir como um tempo livre em si; afinal, para além das escolhas individuais do que se fazer no seu tempo, temos que considerar, de certo modo, uma obediência regulatória do tempo advinda de seu meio social que se introjeta nos mesmos, como apontava Marx (2011).

Sendo assim, deparamos com linhas tênues entre tempo livre, trabalho e voluntariado, as escolhas individuais e as interatividades coletivas acabam conformando a complexidade do sentido de tempo, nos levando a considerar o leque de possibilidades para se refletir a própria temporalidade da vida camponesa do Contestado.

Enfim, no âmbito do que foi apresentado a partir dos agricultores ecológicos do Assentamento do Contestado, o sentido do tempo livre define-se nas subjetividades conectadas à natureza e ligada ao trabalho, tendo-se o lazer como ponto de intersecção e exaltação à estrutura da própria dinâmica laboral e da vivência cotidiana. Tem-se, assim, na relação com a terra, dos animais e dos elementos produzidos pela humanidade fluindo-se num ciclo interativo consolidado em prazer ou satisfação. Por fim, deste modo, refuta-se a hipótese das transformações recorrentes da sociedade, o assentado nos revelaria que pratica o tempo livre tal como a sociedade moderna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo no Assentamento do Contestado podemos tecer algumas considerações indicativas e afirmativas sobre a “condição camponesa”, que se reforça mesmo em tempos de desenvolvimento tecnológico e de políticas reacionárias organizadas para mitigar o papel tanto da reforma agrária como do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Na primeira parte deste trabalho vimos a relevância de alguns movimentos sociais para o campo, onde as experiências constituídas serviram de base para a formação organizacional mais sólida - o MST, com o intuito de se resgatar a dívida histórica dada pelo escamoteamento do modo de vida rural. Nesse sentido, a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi se consolidando e reafirmando-se como orientação de luta, de ordenamento político, de redefinições estratégicas em consonância com as atualizações de suas diretrizes para atuação frente aos desafios postos pela sociedade moderna. Todavia, como parte desse quadro, o referido movimento social ampliou suas bases por meio de aproximação com outros movimentos sociais e políticos, objetivando encorpar a militância para possíveis enfrentamentos contra modelos de desenvolvimentos econômicos, que estão para além daquele inimigo tradicionalmente reconhecido como latifundiário.

Desse modo, o Assentamento do Contestado ao longo e seus vinte anos apresenta-se como um projeto em constante construção. Sua historicidade e a permanência de algumas tradições persistem mesmo sob influência de dinâmicas de vida que tendem a solapar alguns elementos simbólicos ou comportamentos, por não confluírem as realidades das novas gerações de assentados. Além disso, a adaptação em relação às recentes concepções que a organicidade local aponta como a adoção para prática produtividade agrícola sustentável, mostra-se como desafio interno e de processo lento e gradativo. Nesse sentido, considera-se o assentamento está em processo de transição, pois das mais de 108 famílias, em torno de sessenta por cento desse total tem participado do projeto agroecológico.

Ainda como parte da caracterização do assentamento do Contestado constatou-se, que devido à toda infra-estrutura constituídas por “igrejas”, escolas, alojamentos, secretaria, biblioteca, refeitório e demais serviços como o recém inaugurado posto de saúde, tem-se mantido pela força organizativa comunitária. Por

mais que se tenham carências estruturais, como um pavimento mais adequado para transitar por toda área do Contestado, dadas as conquistas obtidas nesse âmbito e a adoção de boa parte dos assentados ao sistema produtivo agroecológico, a direção nacional do MST considera este assentamento como modelo e exemplo a ser seguido.

No decorrer da abordagem teórica da segunda parte deste trabalho, mostrou-se como o tempo no Assentamento Contestado obedece, por exemplo, a lógicas particulares de cada grupo ligado a uma linha religiosa e que fragilizam a concepção de Durkheim (1996), visto que os preceitos do tempo para este autor são determinados pelas representações coletivas em sobreposição a esfera individual.

Já Weber (2004) e sua noção de tempo e de racionalidade instrumental, pode-se considerar aproximação às suas ideias, quando no Assentamento, a autonomia e os valores morais de boa parte dos assentados não se “entrega” ao ideal burguês de controle de tempo, salvo quando houver necessidade de atender uma demanda cunho contratual.

Partindo-se das concepções de Karl Marx (2006; 2007) a respeito da jornada de trabalho e em torno de suas ideias do que se deve realizar quando se obtém uma economia de tempo, os assentados ecológicos têm evidenciado que na medida em que se tem o domínio do modo de produção, conjugada ao aparelhamento de máquinas adquiridas e disponibilizadas pela cooperativa, o tempo de trabalho se transforma completamente.

Com o controle sobre a jornada de trabalho, conseqüentemente, a penosidade, segundo nossos interlocutores, não se apresenta como fator negativo em seu modo de vida e destoa do que se notabiliza na literatura clássica do rural. Ainda quanto a penosidade, os agricultores ecológicos indicam que não sentem o trabalho como árduo, pois os métodos empregados em conjunto aos benefícios advindos pela produtividade agroecológica para a terra e a sociedade, faz com que a dinâmica laboral subentenda-se como lazer e prazer. Além disso, essa dinâmica nos mostra que estamos diante de um entrelaçamento entre o tempo de trabalho, tempo livre e o lazer que confluem em um só tempo. Isso nos coloca diante de outra ordem estruturante referente a tais temporalidades.

Desse modo, o sentido do tempo livre para os assentados constitui-se tanto como um tempo usufruído fora dos sistemas laborais e das obrigações sendo

pautadas no consumo ou no uso de equipamentos que são inerentes à vida citadina, como teorizado a partir da ordem urbana industrial moderna, Ou, também, entende-se tempo livre como lazer imbricado diretamente à ordem do trabalho e sentido como “prazer” afastando assim, dos preceitos da sociedade moderna.

Ainda, no que tange ao tempo livre vivido coletivamente, entre as gerações na faixa etária adulta ou idosos, verificou-se que os assentados compreendem o contexto que os tornam mais “caseiros” através de recordações de tempos passados como os bailes da comunidade que frequentemente fomentavam as sociabilidades no assentamento. Paralelo a isso, a ausência de estruturas adequadas para práticas de diferentes tipos de “lazer” tem corroborado para a introspecção dos mesmos.

Reitera-se, também, que uma das formas de objetividade observada no tempo livre dos assentados se constitui dialeticamente por meio do materialismo tecnológico do passado que dialoga com o presente, a exemplo a relevância do rádio. Assim, as dificuldades do usufruto de aparelhos tecnológicos modernos, como os celulares, podem ter seu tempo de uso reduzido devido às condições físicas geográficas de cada núcleo. Apesar da verificação que a permanência de uso contínuo de tais aparelhos têm interferindo diretamente no retraimento social, nas relações sociais e na organicidade do próprio movimento no Assentamento.

Retomando ideia de Adorno (2002) ao ponderar a respeito do ato de “bobear”, o mesmo o qualifica como ato representativo das despreocupações e que deve ser tomado como algo beneficentemente desfrutado, uma vez que o assentado ecológico contempla e absorve a ativação de seus sentidos através de uma natureza que o rodeia, desligando-se dos controles externos e dos lugares comuns.

Ao investigar como se constitui o tempo livre nas instituições e nas coletividades selecionadas, constatou-se que o futebol como atividade esportiva é reconhecido pela comunidade como indutor de sociabilidade no assentamento. Entretanto, nota-se com o passar dos anos a força de atratividade desse esporte como alternativa para o tempo livre dos assentados tem sido reduzida, visto o pouco uso da cancha durante a semana por parte dos jovens e crianças. Por outro lado, a apreciação dos jogos e torneios, basicamente, tem a presença de familiares e alguns amigos dos “atletas” que compõe os times masculinos e femininos.

Ainda assim, o futebol mostra-se relevante ao exercer uma função social que não está atrelada apenas ao âmbito esportivo, mas também à política. Com isso,

objetivam-se formas de construção e de desenvolvimento de alternativas de lazer para o coletivo do assentamento.

Ademais, o futebol torna-se elemento importante para aproximação com outras comunidades adjacentes com fins de afirmação identitária, pois se acredita que, assim, os estigmas “criados” sobre a noção dos camponeses assentados e de movimento social venham a ser descontraídos pela prática esportiva. Desse modo, constata-se o preenchimento do tempo livre a partir do futebol como forma de entretenimento que lhe é inerente, bem como o fenômeno do tempo livre permeado de ações políticas reivindicatórias geradas pelo futebol.

A religiosidade no Assentamento do Contestado se afasta daquelas tradições festivas presentes em muitas localidades do país, já que os eventos destinados a santos e padroeiros raramente ocorrem, tornando-se, desta forma, reconhecida como elemento de práticas peculiares para a vida social dos assentados. Concomitantemente a isso, verificou-se que a entrada e difusão de novas “congregações”, de acordo com alguns assentados, tem interferido diretamente nas relações sociais em períodos de tempo livre, embora os “pastores” e “ministros” entrevistados tenham afirmado que não há impedimentos para a participação de quaisquer atividades promovidas pelo movimento no assentamento. Contudo, reafirma-se que o tempo destinado para à religiosidade ao se ligar a ordem moral, não tem sentido em se conceber como parte de um tempo livre.

Se a religiosidade não tem fomentado festas na comunidade, há esperança de retorno dos bailes como forma de celebração e de conformação das sociabilidades no tempo livre e, que, todavia cristaliza-se no sonho de se obter um espaço social digno para retomada de um dos elementos mais “clássicos” do lazer dos assentados.

Diante do contexto apresentado e dentro do que objetivamos a respeito de se captar o sentido do tempo livre para os assentados, recomenda-se para futuros trabalhos desse campo investigativo, uma atenção exclusiva para alguns coletivos que vem sendo retomados no assentamento, dentre os quais o “Coletivo de Mulheres” e o “Coletivo da Unidade Básica de Saúde”. Inclusive nesse sentido, estivemos em algumas reuniões com o “Coletivo da juventude do assentamento”, mas com a baixa adesão e participação de jovens no coletivo acarretou na estagnação do mesmo, restringindo a coleta de dados que nos permitisse debruçar

a respeito das especificidades desse grupo com relação ao tempo livre. Dentre nossas observações, esse fato explica-se pela inevitabilidade de choque geracional decorrente da dialética de inclusão e exclusão digital, em que as construções sociais e tomadas de decisão dentro do movimento e do assentamento têm sido tradicionalmente dadas pelas relações sociais de modo pessoal, mas que, atualmente, com o advento das redes sociais como whatsapp e facebook vem se constituindo novos horizontes onde a captação de sinal de internet é menos volátil, a sua adaptabilidade tecnológica tem afetado diretamente a vida social no espaço e tempo como sugere a teoria de desencaixe de Giddens (1991).

Embora, também, tenhamos percebido através de observações e conversas informais, que entre os desejos da juventude masculina era de que se construísse uma pista de moto cross, próximo à área da cancha de futebol, pois, deste modo, se evitaria percorrer pelas trilhas e “estradas” que cortam o território do assentamento. Tal ideia logo foi refutada pela direção do assentamento, em virtude da periculosidade e de acidentes que poderiam ocorrer, exigindo-se assim, atendimento clínico especializado. Curiosamente, os jovens retratam a assimilação de práticas da vida moderna, quando afirmam que até alguns anos atrás era comum andar a cavalo. Este modal foi substituída pelas bicicletas, permanecendo por poucos anos até a chegada das motos, que atualmente são consideradas como “objeto de desejo” desse grupo.

Para reverter a situação atinente à falta de atividades e espaços com equipamentos de lazer, a partir de dezembro de 2018 deu-se início a um projeto com a participação dos assentados em parceria com a Secretaria de Obras Públicas do Estado e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná, para a elaboração de um “Centro de Lazer Comunitário” que oportunize o resgate das práticas do passado, aliado a implementação de outros equipamentos de lazer como um “bar lanchonete”, canchas poliesportivas, a quadra de bocha, brinquedoteca, biblioteca, espaços específicos para oficinas e para cursos, salão de beleza entre outras demandas. Caso se consolide o projeto, possivelmente, será aberto espaço para novos olhares investigativos.

Ainda, nesse sentido, a efetivação de tal projeto pode corroborar para a permanência dos jovens e adolescentes, assim como das gerações subsequentes, visto que a estrutura de equipamentos de lazer no assentamento para este grupo

resume-se aos esporádicos torneios de futebol e pequenos eventos como “A noite da pizza ou do pastel”, bem como, as reuniões nas tardes de domingo no “pesque-pague”, ou as atividades promovidas pelo colégio, ou as atividades culturais propostas pela direção cultural do Casarão.

Mas esse quadro motivou para a criação do “coletivo da juventude”, e que como já pontuamos, não seguiu adiante. Atinente a esse contexto, os assentados mais velhos mostram-se preocupados com a falta de compromisso e participação dos mais jovens com o futuro do Assentamento do Contestado. Paralelamente a isso, os mesmos reconhecem que a ausência de estruturas de lazer pode ser um fator preponderante para o êxodo rural local em busca de preenchimento do tempo livre e de outras necessidades na crença de estas que podem ser supridas em outro contexto de vida.

Por fim, nota-se, de modo geral, que os jovens esperam que as lideranças do assentamento resolvam todas as carências que lhes são sentidas e, ao mesmo tempo, não fazem questão de se envolverem e atuarem para a construção de objetivos que contribuam para a manutenção e melhoria das condições de vida, assim como, estimula-se os laços de aproximação entre os assentados do Assentamento do Contestado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- ARMESTO, F. F. El tiempo y la historia. In: **El tiempo a través del tiempo**. LIPPINCOTT, K.; ECO, U.; et.al.(Orgs.). Barcelona: Grijalbo, 2000.
- BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BELL, D. **O fim da ideologia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012
- BOURDIEU, P. O camponês e a fotografia. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, jun. 2006, p. 31-40.
- BRANDENBURG, A. Agricultura Familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.
- CALDART, R.S. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. Caxambu: **Anped/GT nº 3 – Movimentos Sociais e Educação**, 1999.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In; CARVALHO, H.M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DURKHEIM, E. **Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELIADE, M. **Lo sagrado y lo profano**. Barcelona: Labor, 1983.
- ENGELS, F. La situación de la clase obrera en Inglaterra. Buenos Aires: Futuro, 1965.
- FANGER, E. M. Voy atropellando tiempos: gênero y tiempo libre. Ciudad de Mexico: UAM, 2006.

FRIEDMANN, G. **El trabajo desmenuzado**. Buenos Aires: Sudamericana, 1958.

FROMM, E. **Ter ou Ser?**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GALEANO, E. H. **Bocas do tempo**. Porto Alegre, 2018.

GAVÍRIA, M.R. Os posseiros e a arte da negociação política. In: Neves. D.P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Unesp, 2008.

GUARINZOLI, C.; ROMEIRO, A.; BUANAIN, A. M.; SABATO, A. D.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, C. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GORGEN, F. S. A; STÉDILE, J. P. **Assentamentos: A resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimentismo do capitalismo no Campo Brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

GOMBRICH, E.H. Historia de los aniversários: tiempo, número y signo. In: LIPPINCOTT, K.; ECO, U.; et.al.(Orgs.). **El tiempo a través del tiempo**. Barcelona: Grijalbo, 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, B-C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALISKI, A. M. Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná: Disputas sobre os usos da natureza e ambiente. 2013. .203f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HOURLIN, G. **Une civilisation des loisirs**. Paris: Calmann – Lévy, 1961.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê, 2012.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Unesp, 2000.

LASSINTER, L.E. **The Chicago guide to collaborative ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007.

MARTINS, J. S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, L. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MELO, V. A. Sobre o conceito de lazer. In: **Sinais sociais**. Rio de Janeiro, v.8 n.23, 2013, p.9-86.

MILLS, C. W. **La unidad entre trabajo y tiempo libre**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1964.

MINTZ, S. W. **Taso: trabajador de la caña**. Puerto Rico: Huracán, 1988.

MORENO, I. **Todos tenemos tiempo: nueva práctica del tiempo libre en el siglo XXI**. Buenos Aires: Lumen, 2005.

NAGAE, B.; CARVALHO, A. I. Construção da Identidade no Movimento Sem Terra. Os assentados de Queda do Iguaçu (1999-2014). **II Congresso Internacional de História**. UEPG –UNICENTRO, 2015.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (orgs.). **Ensaio**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.133-159.

NOBERT, E. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

NORDER, L. A. C. Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. 2004. 313 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a Arte da agricultura**. São Paulo; Porto Alegre: Unesp; UFRGS, 2016.

QUEIROZ, M.I.P.de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: Vozes, 1973.

QUITÓN, C. T. **Tiempo libre y ocio**: sondeo participativo com enfoque de gênero. Cochabamba, CIPD, 1997.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SANTOS, J.V.T. **Colonos do Vinho**: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Matuchos**: exclusão e luta: do Sul para Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SEYFERTH, G. **A colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOTI, G. **Tiempo Libre y explotación capitalista**. México: Cultura Popular, 1975.

VALADÃO, A. C. Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades. 2012. 215f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

WANDERLEY, M. N. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In: **Revista Campina Grande**, v.23, n. 01 e 02, Jan-Dez, 2004.

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2012.

WESTPHALEN, M. C.; BALHANA, A. P. Le loisir dans le Paraná provincial. In: DAUMARD, M. A. (Org.). **Oiseveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX siècle**. Picardie: Paillart, 1983.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ANEXO A



Questionário Assentamento do Contestado– Lapa –Pr
 Pesquisador: Edson Rodolfo Garrido Motta – Centro de
 Estudos Rurais do Paraná (CERU)
 Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg – UFPR

Tema de pesquisa: O tempo livre dos camponeses do assentamento do Contestado/
 Lapa- P

1. Núcleo:
2. **Nome**.....
3. **Sexo** – () M () F () Outro - **Idade**.....
4. **Cidade**.....
5. **Localidade**
6. Estado.....
7. **Estado Civil** () casado (a) () solteiro (a) () outros -----
8. **Tem filhos** () Não () Sim - **Quantos?**.....
9. N° irmãos (M) N° de irmãs (F).....
10. Escolaridade
 () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto
 () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo
 () Outro.....
11. Todos os membros da família estão na agricultura? () Sim () Não
12. Se não, migraram para a cidade? () Sim () Não - Quantos migraram?
13. Por que migraram para a cidade?

14. **Renda da família** () até 1 Salário Mínimo -SM () 1 a 2 SM () 2 a 3 SM () 3 a 4 SM () mais de 4 Sm

15. **Condição atual** - () Assentado () Acampado () () outros -----
16. **Produção na propriedade:** () olericultura () soja () milho () feijão () arroz () leite () suínos () galinhas () outros.....
17. **Agricultura-** Agroecológica () Convencional (uso de insumos químicos, agrotóxico) () Transição
18. Para você, o que significa tempo livre ?
19. O que gostas de fazer no seu tempo livre?
20. No seu tempo livre costuma ir às cidades próximas ao assentamento?
() Sim () Não
21. O que é lazer para você?
22. Como você faz o controle do tempo de trabalho.
23. O que significa a agroecologia para você?
24. Estudou na Escola Latina Americana de Agroecologia () Sim () Não
25. **Ao trabalhar com a agroecologia como você percebe a mudança no seu tempo de trabalho e tempo livre ?**
-
-
26. Você utiliza o calendário biodinâmico? () Sim () Não
Se sim, ao utilizar o calendário, qual a sua percepção no seu tempo de trabalho e tempo livre?
27. Quais atividades de lazer proporcionados no assentamento você costuma participar?
28. Quais atividades de lazer gostaria que tivesse no assentamento?
29. Dos seguintes aparelhos eletrônicos, qual utiliza e quantas horas (+ ou -) por dia?
Televisão () Radio () Celular () Outro ()
Você utiliza rede social? Se sim, quanto tempo?
30. Participa de:
- () **Grupo de jovens** - Onde? -----
- () **Movimento social** - Qual?-----
- () **Igreja** - Qual?-----
- () **Sindicato** - Qual-----
- () **Partido Político** - Qual? -----

() **Festas Religiosas** – Quais?-----

() **Festas populares** – Quais? -----

() **Mutirão** - Onde?----- **Com quem?**-----

() **Cooperativa** – Qual -----

E quanto o tempo que semanalmente dedica para tal(is) atividade(s)?

31. Ocupa algum cargo de liderança:

() Comunidade local

Qual?.....

() **Grupo de jovens**

Qual?.....

() Movimento social

Qual?

() Igreja

Qual?

() Sindicato

Qual

() **Partido**

Qual?

() Cooperativa

Qual?.....

32. Você pertence a alguma congregação religiosa? Qual?

33. Quanto do seu tempo desprende para atividades religiosas?

34. Sua religião impede de realizar algumas atividades no seu tempo livre?

() Sim () Não

Se sim, o que por exemplo?

34.Você realiza trabalho/atividade voluntaria? () Sim () Não

35.Quanto tempo dedica no voluntariado?

36.O que significa desprender do seu tempo para o Movimento Social, Político ou Voluntariado?

Percepção do caráter penoso do trabalho ?.

Agradeço sua contribuição!